



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

MESTRADO EM CONTABILIDADE E AUDITORIA

ANÁLISE E GESTÃO DO RISCO: UMA APLICAÇÃO EMPÍRICA À AUDITORIA

Dissertação de Mestrado sob a orientação da Doutora Maria do Rosário Conceição Mira Carvalho

186284

MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS CONTREIRAS SALEMA ALEIXO DUARTE

ÉVORA
2009

*À minha filha Matilde,
Aos meus pais Isabel e José,
Ao meu marido Hugo*

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento é dirigido aos meus pais pelo amor, carinho e compreensão que me deram ao longo da vida e especialmente durante esta etapa.

À minha filha Matilde, a mais sacrificada durante a elaboração deste trabalho, que não usufruiu da atenção necessária.

Ao meu marido Hugo pela paciência, amor e reconforto que me demonstrou em todos os momentos deste percurso.

À minha orientadora, Doutora Maria do Rosário Carvalho pela imprescindível ajuda e disponibilidade que sempre demonstrou na orientação desta dissertação.

Ao Professor Doutor Francisco Carreira e ao Dr. Aníbal Loureiro dirijo um especial apreço pela amizade e apoio que sempre me dedicaram.

À Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal pelas condições proporcionadas e aos colegas que directa ou indirectamente contribuíram para a elaboração deste trabalho.

À Euronext Lisbon S.A. que possibilitou a recolha dos dados das empresas cotadas em Bolsa de Valores.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE QUADROS	VII
ÍNDICE DE FIGURAS	VIII
ÍNDICE DE TABELAS	IX
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	XII
RESUMO	XIII
ABSTRACT	XIV
1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DA LITERATURA	5
2.1. Breves considerações sobre a auditoria	5
2.1.1. Conceito e objectivo	5
2.1.2. Antecedentes Históricos	8
2.1.3. A auditoria em Portugal	20
2.1.4. Perspectivas da auditoria interna	21
2.1.4.1. A auditoria interna e a estratégia empresarial	23
2.1.4.2. Auditoria tradicional <i>versus</i> auditoria baseada no risco	25
2.1.4.3. O controlo interno e a gestão do risco empresarial	28
2.1.4.4. A função de auditoria interna e o comité de auditoria	28
2.2. A análise e gestão do risco em auditoria	35
2.2.1. O conceito de risco	35
2.2.2. A análise evolutiva da gestão do risco (<i>risk mangement</i>)	36
2.2.3. A relevância da gestão do risco	42
2.2.4. A análise/avaliação do risco	45
2.2.5. A prevenção do risco	46
2.2.6. A gestão do risco	48
2.2.7. Organismos emissores de <i>standards</i> de gestão do risco	50
2.2.7.1. The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)	51

2.2.7.2.	Federation of Risk Management Associations (FERMA)	52
2.2.7.3.	The Institute of Internal Auditors (IIA)	53
2.2.7.4.	International Organization for Standardization (ISO)	53
2.2.7.5.	Associação Portuguesa de Gestão de Riscos e Seguros (APOGERIS)	54
2.2.8.	O controlo interno e a gestão do risco	54
2.2.9.	Planos de gestão de riscos e a fraude	58
2.3.	Levantamento de estudos empíricos já desenvolvidos	61
2.3.1.	Estudos empíricos sobre a abordagem da auditoria baseada no risco	62
2.3.2.	Estudos empíricos sobre a auditoria interna em Portugal	78
2.3.3.	Estudos empíricos sobre a auditoria interna baseada no risco em Portugal	81
2.3.4.	Regulamentação sobre o Controlo Interno e Gestão de Risco em Portugal	82
3.	ESTUDO EMPÍRICO	86
3.1.	Objectivos do Estudo	86
3.2.	Metodologia de investigação	86
3.2.1.	Método de recolha de dados	86
3.2.2.	Questionário	87
3.2.3.	Estrutura do Questionário	88
3.2.4.	Técnica para análise de dados	90
3.3.	População e Amostra	91
3.3.1.	População	91
3.3.2.	Seleccção da Amostra	92
3.4.	Apresentação e análise dos resultados	92
3.4.1.	Análise descritiva	92
3.4.1.1.	Caracterização geral da amostra	92
3.4.1.2.	Análise dos resultados – SROC’s	95
3.4.1.3	Análise dos resultados – Empresas cotadas em Bolsa	108
3.4.2.	Análise estatística dos dados	122
3.4.2.1.	Dimensão das Empresas e Gestão do risco	124
3.4.2.2.	Análise comparativa das amostras	132
3.4.2.2.1.	Hipótese 1	132

3.4.2.2.2.	Hipótese 2	134
3.4.2.2.3.	Hipótese 3	136
3.4.2.2.4	Hipótese 4	137
3.4.2.2.5.	Hipótese 5	139
4.	CONCLUSÕES	142
4.1.	Conclusões Finais	142
4.2.	Limitações do Estudo	144
4.3.	Propostas para investigações futuras	144
BIBLIOGRAFIA		145
APÊNDICES		154
Apêndice 1 – Carta de Apresentação		155
Apêndice 2 – Questionário dirigido às Empresas Cotadas em Bolsa		156
Apêndice 3 – Questionário dirigido às Sociedades de Revisores Oficiais de Contas ..		166
Apêndice 4 – Lista das Empresas Cotadas em Bolsa		175
Apêndice 5 – Lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas		176
Apêndice 6 – Caracterização da amostra das Empresas Cotadas em Bolsa		179
Apêndice 7 – Histograma		180
Apêndice 8 – Normal Q-Q Plot e Detrended Normal Q-Q Plot		181
Apêndice 9 – Testes efectuados às hipóteses		182

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 - Análise evolutiva da auditoria	16
Quadro 2.2 - Evolução da auditoria na detecção de fraude	58
Quadro 3.1 - Questões para testar a hipótese 1	133
Quadro 3.2 - Questões para testar a hipótese 2	135
Quadro 3.3 - Questões para testar a hipótese 3	136
Quadro 3.4 - Questões para testar a hipótese 4	138
Quadro 3.5 - Questões para testar a hipótese 5	139

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 - Avaliação da eficácia dos comités de auditoria	30
Figura 2.2 - As relações do comité de auditoria	32
Figura 2.3 - Evolução do <i>risk management</i>	39
Figura 2.4 - Abordagem integrada do risco	44
Figura 2.5 - Avaliação do risco	44
Figura 2.6 - Auditoria interna <i>versus</i> risco	47
Figura 2.7 - Gestão do risco	50
Figura 2.8 - Matriz do COSO	57
Figura 3.1 - Etapas da investigação empírica	123

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.1 - População e amostra do estudo	92
Tabela 3.2 - Distribuição dos inquiridos segundo a sua idade	93
Tabela 3.3 - Distribuição dos inquiridos segundo as habilitações literárias	93
Tabela 3.4 - Distribuição dos inquiridos segundo a posição hierárquica que ocupam	94
Tabela 3.5 - Distribuição dos inquiridos segundo a função desempenhada nas SROC's	94
Tabela 3.6 - Distribuição dos inquiridos segundo a função desempenhada nas empresas	94
Tabela 3.7 - Distribuição dos inquiridos segundo a antiguidade	95
Tabela 3.8 - Distribuição das respostas segundo a importância atribuída à análise e gestão do risco	95
Tabela 3.9 - Distribuição das respostas segundo a importância da existência de um Departamento/Secção de análise e gestão do risco	96
Tabela 3.10 - Distribuição das respostas segundo quem deve assumir a responsabilidade pelo Departamento/Secção do risco	96
Tabela 3.11 - Distribuição das respostas segundo o recurso a especialistas de análise de riscos	97
Tabela 3.12 - Distribuição das respostas segundo a opinião sobre a identificação e quantificação das causas dos riscos	98
Tabela 3.13 - Distribuição das respostas segundo a responsabilidade pela gestão de risco	98
Tabela 3.14 - Distribuição das respostas segundo a necessidade de um plano de gestão do risco	99
Tabela 3.15 - Distribuição das respostas segundo a importância da existência de meios para mitigar os riscos	99
Tabela 3.16 - Distribuição das respostas segundo a existência de um controlo interno para prevenir os riscos	100
Tabela 3.17 - Distribuição das respostas segundo a opinião relativamente à empresa estabelecer acordos contratuais para partilhar, evitar, mitigar os riscos	100

Tabela 3.18 - Distribuição das respostas segundo a resposta ao risco	101
Tabela 3.19 - Distribuição das respostas segundo a opinião sobre a comunicação do risco	101
Tabela 3.20 - Distribuição das respostas segundo a responsabilidade pela elaboração do relatório de risco	102
Tabela 3.21 - Distribuição das respostas segundo a contribuição da análise e gestão do risco	103
Tabela 3.22 - Distribuição das respostas segundo a importância do risco de negócio	104
Tabela 3.23 - Distribuição das respostas segundo a responsabilidade pela avaliação do risco de negócio	105
Tabela 3.24 - Distribuição das respostas segundo o papel desempenhado pelo ROC perante o risco	105
Tabela 3.25 - Distribuição das respostas segundo a necessidade do ROC identificar os riscos	106
Tabela 3.26 - Distribuição das respostas segundo a responsabilidade do ROC perante a continuidade	106
Tabela 3.27 - Distribuição das respostas segundo as razões válidas para adoptar uma abordagem da auditoria baseada no risco de negócio	107
Tabela 3.28 - Distribuição das respostas das empresas segundo a sua estrutura interna	108
Tabela 3.29 - Distribuição das respostas segundo a avaliação dos riscos	109
Tabela 3.30 - Distribuição das respostas segundo a identificação dos riscos	110
Tabela 3.31 - Distribuição das respostas segundo as potenciais fontes de risco da envolvente externa	111
Tabela 3.32 - Distribuição das respostas segundo a avaliação do risco	112
Tabela 3.33 - Distribuição das respostas segundo a importância da gestão do risco	113
Tabela 3.34 - Distribuição das respostas segundo os métodos utilizados na mitigação dos riscos	114
Tabela 3.35 - Distribuição das respostas segundo a função do controlo interno	115

Tabela 3.36 - Distribuição das respostas segundo a adequação dos acordos contratuais	116
Tabela 3.37 - Distribuição das respostas segundo a comunicação do risco	117
Tabela 3.38 - Distribuição das respostas segundo a responsabilidade pela elaboração do relatório de risco	118
Tabela 3.39 - Distribuição das respostas segundo a contribuição da análise e gestão do risco de negócio na tomada de decisão estratégica	119
Tabela 3.40 - Distribuição das respostas segundo a importância da análise e gestão do risco	120
Tabela 3.41 - Distribuição das respostas segundo as razões válidas para a auditoria adoptar uma abordagem baseada no risco de negócio ...	121
Tabela 3.42 - Fiabilidade da variável dimensão	125
Tabela 3.43 - Coeficiente de fiabilidade da variável dimensão	126
Tabela 3.44 - Assimetria / achatamento da variável dimensão	127
Tabela 3.45 - Teste sobre a normalidade das variáveis: Nº médio de colaboradores, Volume de negócios e Total do Activo	128
Tabela 3.46 - Matriz de correlação entre a dimensão e a existência de um departamento interno de auditoria	129
Tabela 3.47 - Matriz de correlação entre a dimensão e a existência de um departamento de análise e gestão do risco	131
Tabela 3.48 - Frequências observadas / frequências esperadas – Hipótese 1	133
Tabela 3.49 - Chi-Square Tests – Hipótese 1	134
Tabela 3.50 - Frequências observadas / frequências esperadas – Hipótese 2	135
Tabela 3.51 - Chi-Square Tests – Hipótese 2	135
Tabela 3.52 - Frequências observadas / frequências esperadas – Hipótese 3	137
Tabela 3.53 - Chi-Square Tests – Hipótese 3	137
Tabela 3.54 - Frequências observadas / frequências esperadas – Hipótese 4	138
Tabela 3.55 - Chi-Square Tests – Hipótese 4	138
Tabela 3.56 - Chi-Square Tests – Hipótese 5	140

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AAA** - American Accounting Association
- ABR** - Auditoria baseada no Risco
- AICPA** - American Institute of Certified Public Accountants
- CAEs** - Chief Audit Executives
- CBOK** - Common Body of Knowledge
- CEE** - Comunidade Económica Europeia
- CIA** - Certified Internal Auditor
- CMVM** - Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
- COSO** - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
- CPC** - Conselho de Prevenção da Corrupção
- DRA** - Directriz de Revisão/Auditoria
- ERM** - Enterprise Risk Management
- FERMA** - Federation of European Risk Management Association
- IFAC** - International Federation of Accountants
- IIA** - Institute of Internal Auditors
- IOSCO** - International Organization of Securities Commissions
- IPAI** - Instituto Português de Auditores Internos
- ISA** - International Standard on Auditing
- ISO** - International Organization for Standardization
- ISP** - Instituto de Seguros de Portugal
- NTR/A** - Normas Técnicas de Revisão/Auditoria
- PCGA** - Princípios contabilísticos geralmente aceites
- OROC** - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
- R/CSA** - Control Risk Self-Assessment
- ROC** - Revisor Oficial de Contas
- SAS** - Statements on Auditing Standards
- SEC** - Securities and Exchange Commission
- SPSS** - Statistical Package for the Social Sciences
- SROC's** - Sociedades de Revisores Oficiais de Contas
- EU** - União Europeia
- UEC** - Union Européenne des Experts Comptables, Economiques et Financiers

RESUMO

Análise e Gestão do Risco: uma aplicação empírica à auditoria

A análise e gestão do risco têm merecido nos últimos anos especial atenção por parte das organizações, que estão expostas regularmente a vários riscos de natureza interna e externa. O objectivo desta dissertação é salientar a importância da análise e gestão do risco para as organizações e para o trabalho desenvolvido no âmbito da auditoria, especialmente no que se refere ao desempenho organizacional.

O estudo empírico incidiu sobre uma amostra constituída pelas empresas cotadas em mercado contínuo na Bolsa de Valores de Lisboa e pelas de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas. A metodologia utilizada consistiu no envio de questionários com o objectivo de obter as informações necessárias para testar as hipóteses formuladas.

Os resultados obtidos do estudo demonstram que as opiniões das empresas cotadas e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas face à importância da análise e gestão do risco nas organizações são semelhantes.

Palavras-chave: Análise e Gestão do Risco; Auditoria Interna; Controlo Interno.

ABSTRACT

Analysis and Management of Risk: an empirical study to audit work

In last years the analysis and management of risk has received special attention from those organizations that are usually exposed to internal and external risks. The purpose of this study is to underline the importance of analysis and management of risk for organizations and for audit work, especially concerning the organization performance.

The empirical study is focused on a sample of Companies quoted on the Continuous Market of the Lisbon Stock Exchange and SROC's. The methodology consisted on sending questionnaires in order to obtain the necessary information to test the hypotheses.

The results show that the opinions of Companies and SROC's are similar concerning the importance of analysis and management of risk in organizations.

Keywords: Risk Management; Internal Auditing; Internal Control.

1. INTRODUÇÃO

A globalização da economia e o desenvolvimento científico e tecnológico que se vem registando nas últimas décadas, associado às exigências cada vez maiores dos utilizadores da informação financeira provocam profundas alterações na conjuntura empresarial trazendo riscos acrescidos às organizações. Neste âmbito, torna-se imperativo a definição de uma abordagem pró-activa de gestão do risco, que permitirá às empresas potencializar a sua competitividade, minimizar a sua exposição ao risco e identificar oportunidades para o seu desenvolvimento contínuo e sustentável.

O conhecimento do negócio e dos riscos a ele associado tenderá a ser uma das maiores preocupações dos gestores e conseqüentemente dos auditores pois a avaliação do risco permite identificar, medir e priorizar os riscos, possibilitando a focalização dos gestores e responsáveis pela gestão do risco para as áreas auditáveis mais significativas. Para o auditor será mais fácil delinear o programa de auditoria capaz de testar os controlos mais importantes ou com maior profundidade, de forma a contribuir para a eficácia e eficiência da gestão organizacional.

Uma auditoria centrada na análise e identificação dos riscos acrescenta mais valor à organização, proporcionando uma maior amplitude nos aspectos que interessam à gestão. O próprio modelo do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) estabelece um novo paradigma de eventos para a gestão de processos de negócio em ambiente de controlo, nomeadamente a avaliação do risco através da sua identificação, medição e priorização e a gestão do risco através do seu controlo, redução e partilha.

A auditoria baseada apenas no controlo não responde às novas exigências da vida empresarial e o paradigma de uma auditoria baseada no risco começa e acaba com a consideração do risco de negócio. O controlo interno é sem dúvida uma parte importante da mitigação de riscos, mas não é a solução completa. O risco em auditoria parece ter uma natureza dupla e interdependente: por um lado, o risco de auditoria, por outro lado, o risco associado à continuidade da empresa. Isto significa que, a análise e gestão do risco deve permitir aos gestores e auditores uma avaliação das decisões tomadas, assim como, um apoio nas decisões futuras. Esta abordagem do risco deve ainda, proporcionar informação adequada e atempada, de forma a alcançar mais facilmente os objectivos definidos e constituindo um factor chave de diferenciação e de sucesso organizacional.

A gestão do risco está a aparecer cada vez mais como um tópico-chave de conferências e alvo de literatura e debate polémico em auditoria. Dado o aumento da incerteza, hoje em dia, muitos negócios procuram novas formas de analisar e gerir o risco. O que interessa é a focalização das acções no futuro, logo a análise dos riscos proporcionará uma auditoria mais vocacionada para cobrir toda a amplitude dos aspectos que interessam à gestão. O grande objectivo será a identificação dos riscos testando os meios pelos quais a gestão pode mitigar esses mesmos riscos, através da sua própria gestão.

O presente trabalho tem como objectivo analisar a problemática da análise e gestão do risco nas organizações numa perspectiva de auditoria e indagar da importância da gestão do risco como factor de informação relevante para a tomada de decisão, estabelecendo a ligação/conexão com a Auditoria Interna no seio empresarial. Pretende-se analisar a opinião e a importância que as empresas cotadas em bolsa e as sociedades de revisores oficiais de contas atribuem à análise e gestão do risco nas organizações, evidenciando a gestão do risco como nova tendência da auditoria e o seu impacto na definição da estratégia empresarial. Acresce o objectivo de identificar as metodologias e estruturas utilizadas pelas empresas relativamente à análise, controlo, comunicação e gestão do risco, procurando especificar se as mesmas são adequadas às exigências da envolvente global.

Pretende-se ainda estudar como a análise e gestão do risco nas organizações reflecte a sua importância na definição da estratégia empresarial, estabelecendo a convergência entre os conceitos teóricos e as reais necessidades de informação, de uma forma diversificada e comparativa, podendo constituir-se como um poderoso mecanismo personalizado de gestão.

Neste sentido, a obtenção de resposta para algumas questões consideradas relevantes no que concerne à problemática da análise e gestão do risco numa perspectiva de auditoria é objectivo fulcral. Para tanto equacionam-se as seguintes questões:

- A análise e gestão do risco são objecto de análise pelas empresas cotadas?
- As empresas cotadas e as Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC's) têm a mesma opinião sobre a importância da análise e gestão do risco?
- Há uma relação entre a dimensão da empresa e a existência de auditoria interna e de análise e gestão do risco?

- A análise e gestão do risco podem contribuir para a formulação estratégica da empresa?
- Análise e gestão do risco: factor de aumento de competitividade e sucesso empresarial?

A auditoria interna e os auditores internos assumem um papel determinante na medida em que outras questões se impõem, como é o caso da análise e gestão dos riscos de negócio, actualmente uma das temáticas em grande debate na vida das organizações.

É desta reflexão que surge o interesse e as motivações para a realização desta investigação que constitui um desafio para o desenvolvimento de novos saberes numa área ainda pouco explorada em Portugal. Esta temática é de extrema relevância pois permite o entendimento sobre os factores de risco associados à organização no desenvolvimento da sua gestão e do trabalho de auditoria interna baseada no risco. Permite ainda estabelecer mecanismos de gestão dos riscos que proporcionam, consequentemente, melhorias significativas nos processos de orientação e implementação estratégicos.

Consideramos que este estudo é bastante pertinente e dado que o actual estado da arte em Portugal está ainda pouco explorado, poderá lançar novas pistas de investigação numa área fundamental para o desenvolvimento das organizações numa sociedade global.

Este trabalho de investigação está estruturado em quatro capítulos distintos. No segundo capítulo é efectuada a revisão da literatura iniciada por uma abordagem aos fundamentos teóricos da Auditoria, evolução histórica e objectivos, explorando e precisando alguns focos de tensão permanente: Auditoria Tradicional *versus* Auditoria Baseada no Risco, Gestão *versus* Auditoria Interna. Seguidamente é abordada a análise e gestão do risco em auditoria através do enfoque na sua análise, gestão e a importância que assume na auditoria interna a na tomada de decisão estratégica. São ainda apresentados alguns estudos empíricos sobre a análise e gestão do risco e sobre a auditoria interna baseada no risco. No terceiro capítulo é realizado um estudo empírico, cuja metodologia se traduz na realização de questionários às empresas cotadas em mercado contínuo na Bolsa de Valores de Lisboa e às Sociedades de Revisores Oficiais de Contas com o objectivo de identificar a existência de áreas departamentais de análise e gestão do risco e mecanismos e indicadores de gestão e mitigação dos riscos. Será realizado um estudo das diferenças e semelhanças existentes entre as empresas na abordagem desta temática e sobre o relacionamento entre diferentes variáveis utilizando

testes de hipóteses com o recurso ao tratamento estatístico da informação através do software informático *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) analisando a informação quantitativa e qualitativa considerada relevante para a amostra em estudo.

Por fim, serão apresentados no último capítulo as conclusões relativas à revisão da literatura e do estudo empírico realizado, sendo também tecidas algumas considerações sobre as limitações do estudo e apresentadas algumas orientações para futuras investigações.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo pretende fazer uma revisão da literatura sobre a temática em estudo, através da análise de uma vasta literatura que inclui alguns estudos empíricos que permitem evidenciar o estado da arte.

2.1. Breves considerações sobre auditoria

2.1.1. Conceito e objectivo

O termo auditoria evoluiu ao longo dos anos, alargando os seus horizontes à medida que se expandia pelos países latinos e anglo-saxónicos. É actualmente um conceito completo da moderna economia segundo a opinião de Suarez (1991, p.1).

O conceito de auditoria deixou de designar apenas a revisão da contabilidade mas, também toda a actividade de controlo relacionada com a actividade económico-financeira das organizações públicas ou privadas.

A sua origem deriva da palavra inglesa “*to audit*” cujo significado é verificar, inspeccionar, investigar. A auditoria data de há mais de 2000 anos, primeiro no Egipto e, posteriormente, na Grécia e Roma. Mais tarde, expandiu-se para outros lugares devido à necessidade de apresentação pública das contas confiadas a cidadãos responsáveis pela gestão dos capitais públicos (Porter et al, 2003, p.3).

O conceito de auditoria tem sido objecto de estudo de diversos autores que desde sempre têm apresentado significados idênticos mas com algumas particularidades. Para Stamp e Moonitz (cit. in Costa, 2007, p.50):

“uma auditoria é um exame independente, objectivo e competente de um conjunto de demonstrações financeiras de uma entidade, juntamente com toda a prova de suporte necessária, sendo conduzida com a intenção de exprimir uma opinião informada e fidedigna, através de um relatório escrito, sobre se as demonstrações financeiras apresentam apropriadamente a posição financeira e o progresso da entidade, de acordo com os normas de contabilidade geralmente aceites (...).”

O conceito mais generalizado, segundo Flint (1988, p.5), é o mencionado pela *American Accounting Association* (AAA) em 1973, que encara a auditoria como um processo

sistemático que permite obter e avaliar as evidências relativas às asserções subjacentes às acções económicas, de forma a averiguar o grau de correspondência entre essas asserções e os critérios estabelecidos e ainda a comunicação de resultados aos interessados.

Em 1978, a *Union Européenne des Experts Comptables, Economiques et Financiers* (UEC) apresenta no seu normativo (cit. in Costa, 2007, p.50):

“o objecto de uma auditoria de demonstrações financeiras é a expressão de uma opinião sobre se ou não estas demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do estado dos negócios da empresa à data do balanço e dos seus resultados do ano financeiro, tendo em atenção a lei e as convenções do país no qual a empresa está registada.”

Em 1980 a *International Federation of Accountants* (IFAC) é mais preciso: define a auditoria como o exame ou verificação dos documentos de prestação de contas realizado pelo auditor com o objectivo de expressar a sua opinião sobre a credibilidade dos mesmos. Segundo Carmichael et al (1996, p.4) “(...) a auditoria é uma investigação independente de uma actividade particular (...)”

De referir a relevância científica da estrutura teórica da auditoria expressa nos oito postulados básicos da auditoria estabelecidos por Mautz e Sharaf (1961, pp.43-61):

- As informações e os dados contidos nas demonstrações financeiras são verificáveis;
- Não existe necessariamente conflito de interesse entre o auditor e a administração das organizações submetidas a auditoria;
- As demonstrações financeiras e outras informações submetidas a verificação são elaboradas livres de erros intencionais e irregularidades;
- Um sistema de controlo interno satisfatório elimina a probabilidade de existirem irregularidades;
- A aplicação consistente dos princípios contabilísticos geralmente aceites permite a apresentação adequada da posição financeira e dos resultados da empresa;
- Na falta de evidência em contrário, aquilo que já foi considerado verdade no passado também constituirá verdade para o futuro;

- Quando o auditor examina as demonstrações financeiras com o propósito de expressar uma opinião independente, o auditor recorre simplesmente à sua capacidade de auditor;
- O estatuto profissional do auditor independente impõe obrigações profissionais adequadas.

No que concerne aos objectivos de auditoria, as opiniões têm-se dividido ao longo dos anos. Vários organismos internacionais de profissionais de contabilidade e auditoria têm vindo a declarar objectivos diferentes. Cita-se para o efeito a IFAC (2006, cit. in Costa, 2007, p.50) “o objectivo de uma auditoria de demonstrações financeiras é o de permitir que o auditor expresse uma opinião sobre se as demonstrações financeiras estão preparada, em todos os aspectos materiais, de acordo com uma estrutura conceptual de relato financeiro aplicável.”

Em Julho de 2002 a Lei de Sarbannes-Oxley Act¹ veio legislar a prática de boa governação corporativa, requerendo às empresas cotadas, nos EUA, o relato da eficácia dos controlos internos. Esta Lei surgiu com o intuito de recuperar a credibilidade da informação financeira apresentada pelas empresas, que devido aos escândalos financeiros ocorridos no final da década de 90 na Enron e na Worldcom, a título de exemplo, ficou abalada.

Ao nível de legislação, a União Europeia (UE) tem vindo a publicar diversas Directivas Comunitárias relacionadas com a actividade empresarial e consequentemente com aspectos relacionados com a contabilidade e auditoria. Em 1984 foi publicada a Directiva 85/253/CEE² que aborda pela primeira vez aspectos relacionados com a auditoria, nomeadamente no que se refere à aprovação de responsáveis pela revisão legal das contas. Em Junho de 2006 a UE publicou a Directiva 2006/43/CE que estabelece de uma forma muito mais pormenorizada ao longo de 12 capítulos as regras relativas à revisão legal das contas anuais e consolidadas das empresas, que revoga a Directiva 85/253/CEE e altera as Directivas 78/660/CEE³ e 83/349/CEE⁴. Mais recentemente, em Março de 2008 foi emitida a Directiva 2008/30/CE que faz algumas alterações às anteriores.

¹ “Guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controlos internos”, EUA

² 8ª Directiva da Comunidade Económica Europeia (CEE)

³ 4ª Directiva relativa às contas anuais de determinadas formas de sociedades

⁴ 7ª Directiva relativa às contas consolidadas

De salientar outros autores que completam ainda mais esta linha de ideias, como é o caso de Valderrama (cit. in Almeida, 1998b) que aponta a detecção de fraudes e irregularidades, a confirmação do cumprimento de todas as disposições vigentes e da existência de sistemas de controlo adequados que garantem a razoabilidade das demonstrações financeiras como os principais objectivos de auditoria. Neste contexto, é válido pensar que o objectivo de auditoria é sobretudo expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da entidade e o resultado das suas operações de acordo com os Princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA).

Esta análise permite evidenciar o alargamento do âmbito da auditoria no que respeita ao seu objectivo. Embora a detecção de erros e fraude seja de todo o interesse, não é o principal objectivo da auditoria. Relativamente a esta questão Almeida (1998a) defende a existência de dois tipos de objectivos da auditoria, realçando que o objectivo básico da auditoria se relaciona com a necessidade de o auditor deter todas as informações necessárias para emitir a sua opinião sobre a credibilidade da informação financeira. Como objectivos secundários aponta a detecção de erros e fraudes, a emissão de recomendações para melhorar o controlo interno e a assessoria económico-financeira no sentido de perspectivar o futuro da empresa. O autor preconiza ainda que o objectivo de auditoria é actualmente mais alargado, não se limitando apenas à comprovação e verificação dos registos contabilísticos, mas também à análise da empresa como um todo (Almeida, 2000, p.545).

Poder-se-á dizer que estas novas tendências da auditoria estão de certo modo relacionadas com a necessidade de resolver problemas advindos do processo de internacionalização e globalização que contribuíram em larga escala para a difusão do conceito e dos objectivos de auditoria.

2.1.2. Antecedentes Históricos

Segundo Carmichael (1985), a compreensão da auditoria enquanto profissão passa pela análise da sua perspectiva histórica, uma vez que os objectivos e técnicas desta profissão sofreram grandes alterações desde a reconhecida existência dos auditores.

Brown⁵ (cit. in Carmichael, 1985, p.46) também refere a revisão da história de auditoria como a base de análise e interpretação das mudanças ocorridas nos seus objectivos e técnicas.

Difícilmente se consegue precisar quando começa a história da auditoria, pois actos como verificar a legitimidade da informação económico-financeira e a prestação de contas a um superior hierárquico já poderia ser considerada auditoria. Desde os tempos mais remotos que é reconhecida a sua importância, existindo indícios da sua utilização na longínqua civilização Suméria.

Segundo Porter et al (2003), nos impérios egípcios, gregos e romanos há indícios de sistemas de verificação da contabilidade, no sentido de averiguar a utilização dos capitais públicos. Também no Império Romano era prática comum os imperadores encarregarem funcionários de altos cargos da supervisão das operações de natureza contabilística e financeira. A prevenção de actos fraudulentos era a principal preocupação, facto que sofreu algumas alterações com a queda deste Império.

Na época medieval, em Inglaterra, os funcionários governamentais visitavam as grandes propriedades com o objectivo de conferir as contas apresentadas (Porter et al, 2003).

Segundo Carmichael et al (1996, p.2), a história da auditoria data pelo menos do século XV. É sabido que nesse século os auditores eram chamados pelos mordomos de propriedades domésticas ricas, na Inglaterra, para assegurar a ausência de fraude nos registos efectuados.

Suarez (1991, p.3) vai mais longe quando alega que a história da Auditoria desde os seus primeiros antecedentes remonta a muitos anos atrás, sendo quase tão antiga como a própria história da humanidade.

Brown (citado in Carmichael et al, 1985) faz uma abordagem histórica bastante interessante que permite analisar detalhadamente a evolução dos objectivos e técnicas de auditoria. Nesta óptica, refere um período anterior ao ano 1500 em que a grande preocupação da auditoria era a detecção de fraude nas transacções efectuadas, sendo os

⁵ Brown, R. Gene (1962), Changing Audit Objectives and Techniques, The Accounting Review, vol. 37, n.º 4, pp. 696-703

registos contabilísticos apenas comprovados pelos inventários periódicos efectuados. De notar que a auditoria consistia basicamente na verificação detalhada de todas as transacções existentes, pois o conceito de prova ou amostra como procedimento de auditoria era totalmente desconhecido nesse período.

Em 1547 foi publicado em língua inglesa um livro sobre escrituração comercial dirigido, entre outros, aos auditores, escrito por um autor anónimo. Desde o final do século XVII que na Grã-Bretanha foi reconhecido o contabilista profissional como indivíduo habilitado a tratar de casos de falências, liquidações, insolvências.

O âmbito da auditoria foi-se expandindo, embora durante um longo período a regra tomada como válida consistisse na verificação detalhada das transacções, sendo a detecção de fraude tida como o principal objectivo. Segundo Brown (cit. in Carmichael, 1985, p.46) as mudanças nas atitudes reconheceram a necessidade de um “sistema de contabilidade ordenado e unificado de informação e de prevenção da fraude”, e a “aceitação geral da necessidade de uma revisão independente das contas” para todas as empresas, independentemente da sua dimensão.

A partir da segunda metade do século XIX equipas de *stakeholders* visitavam as organizações com o objectivo de verificar os dados contabilísticos. Esta situação suscitou a necessidade de profissionais especializados nestas matérias a fim de garantir a fidedignidade dos registos analisados (Brown, citado in Carmichael, 1985, p.48). O autor refere ainda que o controlo interno era pouco relevante para a auditoria. Segundo Costa (2007, p.54) o “primeiro organismo profissional de contabilistas e auditores a nível mundial” surgiu em 1854 com a criação *The Society of Accountants in Edinburgh*, que desde 1951 é o *The Institute of Chartered Accountants of Scotland*.

Mais tarde, em 1917 foram publicados os primeiros documentos técnicos de auditoria pelo organismo *American Institute of Accountants*⁶ que a partir de 1948 foi substituído pelo actual *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA). Este último emitiu através do seu normativo diversos documentos técnicos interpretativos das normas de auditoria – *Statements on Auditing Standards* (SAS).

⁶ Este organismo foi criado em 1887

Esta prática era manifestamente ineficiente e demasiado dispendiosa, justificando algumas mudanças no sistema contabilístico e a incrementação de técnicas de amostragem no trabalho a desenvolver pelos auditores, o que já era evidente em 1895 em Inglaterra e nos Estados Unidos devido ao rápido crescimento dos negócios (Brown, cit. in Carmichael, 1985). Contudo, é de salientar que neste período o objectivo basilar da auditoria continuava a ser a detecção de fraude, não havendo grande incidência no controlo interno.

O verdadeiro reconhecimento do controlo interno como a base de decisão da extensão da análise e verificação dos registos apareceu na versão americana de Dicksee (cit. in Carmichael, 1985, p.50).

No entanto, o reconhecimento da auditoria como actividade profissional surgiu na Grã-Bretanha pela Lei das Sociedades de 1862. A este propósito, Suarez (1991, p.3) refere que esta Lei estabelecia o interesse das empresas num “sistema metódico e normalizado de contabilidade e a necessidade de efectuar uma revisão independente das suas contas.” Mais tarde, em 1879, foi imposto às “entidades bancárias a obrigação de submeter as contas anuais ao juízo de um auditor independente” (Suarez, 1991, p.3). Um ano depois a Rainha Vitoria concedeu o título “*Chartered Accountants*” aos auditores de Inglaterra e Gales.

A profissão de auditor conheceu um desenvolvimento excepcional em Inglaterra, no período de 1862 a 1900, sendo neste último ano alargado aos Estados Unidos da América (Suarez, 1991). Pode mesmo dizer-se que a Inglaterra foi o país que mais desenvolveu a auditoria, devido ao seu domínio sobre os mares e controlo do comércio mundial e também pelas necessidades decorrentes da Revolução Industrial. Brown (cit. in Carmichael, 1985, p.48) faz uma crítica semelhante, afirmando que a Revolução Industrial forneceu o impulso necessário para a reestruturação das empresas e consequente amadurecimento da profissão de auditoria.

De acordo com o referido por Porter et al (2003), no período antes da Revolução Industrial era pouco visível a necessidade de auditar as contas, até porque os pequenos negócios existentes (propriedades) eram basicamente explorados pelos seus proprietários, não sendo necessária a apresentação de relatórios a outras entidades. A

auditoria tinha como objectivo a detecção de fraude na utilização dos capitais públicos através de um exame detalhado às contas traduzido apenas na confirmação aritmética e na autorização pela custódia dos fundos.

As transformações tecnológicas e o acréscimo da dimensão das empresas, aliada à criação das sociedades anónimas, fomentaram os investimentos das empresas britânicas. Esta situação implicaria o recurso aos auditores no sentido de analisar a situação financeira das empresas, com o objectivo de se certificarem da inexistência de erros ou fraudes que pudessem prejudicar os interesses dos proprietários e accionistas.

Brown (cit. in Carmichael, 1985, p.50) refere que “os objectivos e técnicas de auditoria existentes na Grã-bretanha formaram as bases para o desenvolvimento da profissão de auditoria americana” que progrediu nos anos seguintes, independentemente das suas origens. O autor realça ainda que os objectivos de auditoria e a abordagem empreendida pelos auditores britânicos não se adequavam às características do negócio americano. Neste sentido, Montgomery (cit. in Carmichael, 1985, p.50) refere que a análise da posição financeira da empresa passou a ser o grande objectivo de auditoria, ao contrário da detecção de fraude e de erros tida até então como única prioridade.

Carmichael et al (1996) tecem também alguns comentários, salientando que a “origem da função de auditoria na América do Norte é decididamente britânica”. Faz ainda alusão à profissão de contabilidade introduzida neste continente pelos britânicos durante a segunda metade do século XIX, referindo que os contabilistas norte-americanos adoptaram os procedimentos britânicos na realização das auditorias. Na última década do século XIX tornou-se prática a implementação de testes como um procedimento de auditoria, com a vantagem de testar apenas algumas transacções previamente seleccionadas (Brown, cit. in Carmichael et al, 1985).

No final do século XIX, o incremento de empresas comerciais e industriais, sobretudo sociedades anónimas, alargaram os horizontes da auditoria, pois novas necessidades se avizinharam, nomeadamente ao nível da implementação de procedimentos contabilísticos e medidas de controlo interno eficientes.

No período que se seguiu à Revolução Industrial verificaram-se alterações ao nível sócio-económico, nomeadamente no que concerne ao aparecimento de empreendimentos comerciais e industriais que segundo Porter et al (2003, p.21), provocaram “avanços significativos na auditoria.” As diferentes necessidades e expectativas da sociedade constituíram factores sugestivos de novos objectivos para a auditoria, sobretudo a protecção dos accionistas e dos banqueiros relativamente a certos actos sem escrúpulos. Neste sentido, Porter et al (2003) referem que os objectivos estavam centrados na detecção de fraude e erros e na verificação de solvência das demonstrações financeiras.

É importante salientar que a partir de 1900 o desenvolvimento da forma jurídica das sociedades anónimas contribuiu amplamente para o progresso da profissão de auditoria, garantindo aos *stakeholders* uma maior fiabilidade da informação financeira.

O período entre 1920 e 1960 foi marcado, na opinião de Porter et al (2003), pelo crescimento contínuo das organizações e pelo desenvolvimento das instituições de crédito que satisfaziam as necessidades financeiras das organizações. Para responder de certa forma às novas exigências socio-económicas, a auditoria conheceu várias mudanças. Devido ao crescimento em volume e complexidades das transacções das organizações e, sendo inviável a verificação de todos os documentos, desenvolveram-se as técnicas de amostragem que permitiram um novo enfoque ao trabalho de auditoria. Além disso, as empresas implementaram sistemas de controlo interno no sentido de prever ou detectar situações fraudulentas e eventuais erros ou irregularidades.

Outra particularidade foi enfatizada, nomeadamente na evidência da auditoria externa e nos objectivos de auditoria, cujo enfoque na prevenção e detecção do risco começou a dar lugar apenas à veracidade da informação apresentada nas demonstrações financeiras das empresas.

Porter et al (2003) explicam ainda que o declínio da detecção de erros e fraude como principal objectivo de auditoria se deveu sobretudo, ao crescimento fomentado das organizações que definiram sistemas de controlo interno para prever e detectar fraude e erros. Por outro lado, as mudanças nos procedimentos de auditoria passaram a combinar técnicas de amostragem com a revisão e avaliação dos sistemas de controlo interno implementados.

Estas mudanças constituíram sem dúvida novas oportunidades para os auditores que, pela revisão do sistema de controlo interno e conhecimento do negócio do cliente, estavam em posição ideal para sugerir formas de melhoria da eficiência e eficácia no sistema contabilístico e de controlo interno.

No século XX a difusão e aperfeiçoamento técnico elevado existente nos Estados Unidos e Canadá levam à expansão da auditoria para na América Latina devido ao progressivo avanço das grandes multinacionais norte-americanas. Porém, na Europa, o desenvolvimento da auditoria não foi tão pronunciado, embora os países do Centro e Norte estivessem mais avançados que os países latinos.

Verificou-se que a auditoria também se instalou noutros países que vêm sofrendo as influências económicas dos grandes países industrializados. Esta situação sucedeu sobretudo no Japão, Austrália e África do Sul.

Contudo, o desenvolvimento da auditoria foi mais acentuado após a crise económica americana de 1929. Posteriormente, foi criado no início dos anos 30 o famoso Comité May constituído por um grupo de trabalho cuja finalidade era estabelecer regras para as sociedades cotadas em bolsa tornando assim obrigatória a auditoria às demonstrações financeiras dessas sociedades (Martinelli auditores, 2002). Eram nomeados funcionários das sociedades que acompanhavam os auditores independentes existindo assim alguns indícios de auditoria interna.

O início deste período foi marcado por diversas opiniões relativamente aos objectivos de auditoria tendo sido também evidenciado de uma forma mais patente a auditoria interna. Alguns autores apontavam a detecção de fraude como o principal objectivo de auditoria, enquanto outros pouco enfatizavam a sua importância.

Apesar da disparidade de opiniões relativamente aos objectivos de auditoria, a questão das técnicas de auditoria eram uniformemente aceites. Todavia, no final dos anos 40 a maioria dos autores defendia que a detecção de fraude não podia nem devia ser a preocupação primordial da auditoria (Carmichael et al, 1985).

Mais tarde, na segunda metade do século XX o AICPA expressava o seguinte: “o primeiro propósito do exame das demonstrações financeiras efectuado por um independente *Certified Public Accountant* é habilitá-lo para expressar uma opinião sobre a verdade das demonstrações (...).”

Segundo Almeida (1998b, p.9), a partir dos anos 50 a complexidade das organizações aumenta devido ao processo da concentração de actividades económicas e fusões, implicando mudanças na auditoria sobretudo ao nível da selecção de algumas transacções. Esta alteração originou um novo conceito de extrema importância na auditoria - o chamado risco de auditoria focado na existência de erros e fraudes nas demonstrações financeiras.

A partir dos anos 60 vários estudos vieram ressaltar a importância atribuída à fraude no caso de a mesma ser relevante e afectar a opinião sobre as demonstrações financeiras. A redefinição dos testes de auditoria também sofreu os necessários ajustes, pois impunha-se ao auditor a realização de testes que permitissem descobrir erros e irregularidades nas demonstrações financeiras no sentido de melhorar a credibilidade da sua opinião.

Para Brown (cit. in Carmichael, 1985) a profundidade e extensão dos testes dependeriam da análise e avaliação do controlo interno, constituindo o ponto de partida para o trabalho de auditoria.

Na opinião de Almeida (2002, p.406), o exercício profissional da auditoria começou a ser questionada pela sociedade nas décadas de 70 e 80 no que se refere à sua finalidade e utilidade pública. O autor menciona que esta problemática “alcança uma maior intensidade nos países anglo-saxónicos”, sendo estes os países impulsionadores da auditoria e que revelam uma maior experiência nestas matérias. Por outro lado, “a autoregulação profissional implicou um nível superior de exigência social”, tendo “a detecção da fraude sido um dos principais objectivos exigidos à auditoria”.

A análise evolutiva do conceito de auditoria pode ser sintetizada no quadro seguinte:

Quadro 2.1 - Análise evolutiva da Auditoria

Período (anos)	Objectivos de auditoria	Extensão da verificação	Importância do controlo interno
Antes de 1500	Detecção de fraude	Detalhada	Não era reconhecida
1500 - 1850	Detecção de fraude	Detalhada	Não era reconhecida
1850 - 1905	Detecção de fraude Detecção de erro de escrita	Detalhada Alguns testes	Não era reconhecida
1905 - 1933	Determinação da veracidade da posição da informação financeira Detecção de fraude e erros	Detalhada Testes	Reconhecimento desprezado
1933-1940	Determinação da veracidade da posição da informação financeira Detecção de fraude e erros	Testes	Interesse despertado
1940-1960	Determinação da veracidade da posição da informação financeira	Testes	Ênfase significativa

Fonte: Adaptado e traduzido de Carmichael, D.R. e Willingham, John J., 1985, p.47

Os avanços tecnológicos fomentaram o crescimento das organizações que se tornaram forças potentes na sociedade, como referem Porter et al (2003, pp.30-31): “os maiores desenvolvimentos nas técnicas de auditoria ocorreram” precisamente neste período:

- aumento da ênfase na evidência de auditoria derivada de fontes internas e externas;
- o aparecimento e desenvolvimento dos computadores como ferramenta de auditoria;
- o desenvolvimento da auditoria baseada no risco.

Esta nova abordagem de uma auditoria baseada no risco surgiu, segundo Porter et al (2003), da necessidade de os auditores compreenderem o negócio do cliente que envolvia também o conhecimento profundo do sistema de controlo interno para prever a eventual ocorrência de erros nas demonstrações financeiras.

A prática de auditoria tem estado desde sempre estritamente ligada ao sistema contabilístico. Neste âmbito, Almeida (1998b, p.9) faz notar que antes de 1990 a contabilidade era explicada à luz das “teorias personalistas e pseudo personalistas, que explicavam os movimentos contabilísticos com base nas relações jurídicas estabelecidas entre o proprietário e os seus agentes.” Justifica-se assim que o principal objectivo da auditoria era a detecção de fraude e erros, o que implicava a realização de diversas tarefas por parte do auditor, tais como observação física dos bens, análise da sua existência e a verificação da propriedade. Nesta auditoria a problemática do conhecimento do negócio “baseava-se na compreensão das regras digráficas, procedimentos contabilísticos, conhecimentos dos custos e dos valores de mercado das mercadorias transaccionadas pelos comerciantes ou na segurança das transacções levadas a efeito pelos administradores” (idem, p.9).

Porter et al (2003) referem que o início dos anos 90 testemunhou o aparecimento de uma abordagem do risco de negócio na auditoria. Anteriormente já Lemon et al., (2000, citado in Porter et al, 2003) haviam caracterizado o período entre os anos 70 e 80 pelo desenvolvimento da abordagem do risco de auditoria. Foi assim desenvolvida a necessidade de uma abordagem ao risco de negócio, considerado então como relevante para a auditoria e aparecendo como uma perspectiva holística de negócio.

Segundo Lemon et al (2000), dois factores foram responsáveis pelo desenvolvimento e adopção da abordagem do risco de negócio, nomeadamente:

- factores relacionados com a eficácia e eficiência da auditoria;
- o valor adicionado à dimensão da auditoria.

Para Lemon et al (2000, p.10) “factores como o ambiente de negócio, assuntos governamentais e a natureza do controlo administrativo seriam significativos para as demonstrações financeiras” ao nível da “precisão, assuntos de fraude e continuidade (*going concern*).” O autor refere ainda, que as empresas que adoptaram esta abordagem concluíram que uma auditoria efectiva requer uma especial atenção no conhecimento dos riscos de negócio. Por outro lado, segundo o autor, os assuntos associados ao risco de negócio aumentam as oportunidades dos auditores no que se refere a eventuais problemas que poderiam ameaçar os objectivos ou até mesmo a sobrevivência das empresas a auditar.

Porter et al (2003) mencionam ainda que “a adoção de uma abordagem de risco de negócio não é um sinal de mudança no objectivo primário de auditoria - isso permanece como factor de credibilidade para as demonstrações financeiras preparadas pela administração. Porém, facilita os auditores a desenvolver adicionais objectivos de auditoria.”

Almeida (1998b, p.10) salienta a passagem para a sociedade de informação questionando a suficiência e validade do enfoque tradicional da auditoria numa economia que se afigura global. Responder a questões como a compreensão do negócio do cliente, bem como a relação da empresa com o meio envolvente, não é de todo possível com a auditoria tradicional. Mais importante que o conhecimento do ciclo de transacções é a compreensão da estratégia do cliente, do sector em que está inserido, uma vez que a estratégia competitiva é, sem dúvida, “o fio condutor que deverá conduzir as auditorias das demonstrações financeiras.”

Neste sentido, desde os anos 90 que as preocupações e exigências da sociedade e das entidades reguladores sobre o *corporate governance* impuseram uma responsabilidade acrescida na profissão de auditoria na detecção e divulgação de situações de fraude e na avaliação mais explícita das situações de dúvida relativamente à continuidade (Porter et al, 2003).

Para Turner (1999, cit. in Porter et al, 2003), a existência de certos eventos suscitam a necessidade de questionar a eficácia e os processos de auditoria, nomeadamente ao nível da percepção das forças e fraquezas da abordagem da auditoria baseada no risco. Refere ainda: “esta abordagem requer uma avaliação do risco de negócio dentro do próprio negócio (...).” Na mesma linha de opinião Levitt (1999, cit. in Porter et al, 2003) referiu que numa era de crescimento em que o modelo básico de auditoria não conseguia dar resposta e que se fomentava a gestão do risco, as organizações deram maior ênfase a um novo modelo baseado no risco de negócio.

Porter et al (2003, p.38) preconizaram ainda que a nova abordagem do risco de negócio alarga os horizontes e as responsabilidades da profissão de auditoria mas deve assegurar-se que “a auditoria das demonstrações, a essência do papel dos auditores na sociedade não seja comprometida.”

Parece então claro que o alargamento do alcance da auditoria ao *going concern*, isto é, à análise futura da viabilidade da empresa e do conhecimento do negócio do cliente como factores chave do sucesso empresarial. A análise da continuidade da empresa é de extrema relevância, dado que a auditoria de hoje estará mais orientada para o futuro do que para o passado. Estamos na esfera do *expectation gap*⁷.

Tal como preconiza Almeida (1998b) a evolução da auditoria deu-se no mesmo sentido da contabilidade. Na sociedade industrial, a grande complexidade das organizações ganhou peso, deslocando o objectivo inicial da auditoria, centrado em torno da análise de fraudes e erros, para o cumprimento rigoroso dos princípios de auditoria e dos princípios contabilísticos, permitindo a obtenção da imagem fiel das organizações. Na sociedade de informação, a mudança torna fundamental a compreensão da estratégia do cliente como factor adicional na auditoria das demonstrações financeiras.

Knechel (2001) tece alguns comentários a este respeito considerando que a auditoria sofreu tremendas mudanças nos últimos anos e tanto a auditoria como a necessidade de certeza (garantia) não são um novo desenvolvimento. Nos tempos mais antigos os auditores trabalhavam sobretudo para o governo, sendo que a profissão de auditoria como é hoje conhecida data dos 1800 e desenvolveu-se como resultado das forças económicas da época.

É sabido que as tendências mudam e, por isso, os objectivos da auditoria também. É neste sentido que Brown (cit. in Carmichael, 1985, p.46) se referia à auditoria do futuro como a revisão do sistema e a análise da eficácia dos controlos internos, fornecendo assim a base principal para avaliar os procedimentos. O autor apresentava vários argumentos que parecem apoiar esta visão:

- o acréscimo de custos na contabilidade pública e a conseqüente ênfase na economia e eficiência;
- informações adicionais solicitadas pelos *stakeholders*;
- o aumento da complexidade empresarial que pode implicar problemas ao nível do controlo de dados;
- o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação.

⁷ Diferenças de expectativas

2.1.3. A auditoria em Portugal

Segundo Almeida (2002, p.406), “em Portugal, as auditorias têm sofrido um grande desgaste” embora o seu desenvolvimento se tenha acentuado a partir do final dos anos 70.

O Decreto-Lei nº 49 381, de 15 de Novembro de 1969, vem legislar pela primeira vez sobre a denominação de Revisor Oficial de Contas em Portugal, instituindo um novo regime jurídico para a fiscalização das sociedades anónimas, estabelecendo no seu artigo 1.º que:

“Aos revisores oficiais de contas compete a revisão da Contabilidade de empresas comerciais ou de quaisquer outras entidades, o exercício da função de membro do Conselho Fiscal ou de fiscal único e a prestação de serviços de consulta compreendidos no âmbito da sua especialidade.”

Mais tarde, foi regulamentada a actividade dos Revisores Oficiais de Contas e das Sociedades de Revisores (Decreto-Lei nº 1/72, de 3 de Janeiro), sendo atribuídas a estes competências na área da auditoria, mais concretamente no âmbito da Certificação Legal das Contas.

Posteriormente, e devido à iniciação do processo de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) foi publicado o Decreto-Lei nº 519-L2/79, de 29 de Dezembro revogado mais tarde pelo Decreto-Lei nº 422-A/93, de 30 de Dezembro que define alguns tipos de competências para os revisores oficiais de contas: competências exclusivas, específicas e outras. Também a Quarta Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978 refere no n.º 1 do artigo 51º “as sociedades devem fazer controlar as contas anuais por uma ou várias pessoas habilitadas face à lei nacional para o controlo das contas” e “a pessoa ou pessoas encarregadas do controlo das contas devem igualmente verificar a concordância do relatório de gestão com as contas anuais do exercício.” Em 1999, foi instituído um novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas pelo Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro por força da transposição da Directiva 2006/43/CE, de 17 de Maio relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas.

2.1.4. Perspectivas da auditoria interna

Tal como a contabilidade a auditoria pode ser subdividida sob diversas perspectivas de acordo com o objectivo pretendido. A auditoria interna constitui um dos pilares base da eficiência e eficácia das organizações pois é direccionada para as áreas internas à organização permitindo uma melhor gestão e controlo das operações empresariais e é consequentemente vista como uma mais-valia ao desempenho organizacional.

De acordo com Martins e Morais (1998) “a auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, sugestões e informações, relativas às actividades examinadas, incluindo a promoção do controlo eficaz a custo razoável.”

Pode ser executada por funcionários da organização ou por pessoal externo à empresa, nomeadamente empresas especializadas nesta área. Segundo Machado (2004, p.414) “a Auditoria Interna constitui uma autêntica ferramenta de gestão orientada para uma abordagem global e integrada da actuação de qualquer instituição, permitindo aos seus responsáveis tomar decisões com maior segurança (...)”. Partilhamos da opinião do autor que refere que esta ideia tem-se mostrado insuficiente face ao desenvolvimento da sociedade e às exigências que a própria globalização impõe às organizações.

A necessidade de mudança de paradigma relativamente ao objectivo da auditoria interna tem-se revelado, impondo-se um novo modelo que permita às empresas marcarem a sua presença no mercado dito global. Segundo Machado (2004, p.415) as diversas alterações da própria sociedade levaram a que as empresas fossem confrontadas com situações de riscos de negócio sobre os quais se tornava imperativo agir sob pena de não sobreviverem. É neste sentido que a auditoria interna se assume como fundamental na gestão do risco empresarial. Em termos internacionais a auditoria interna tem tido uma grande evolução, sobretudo nos Estados Unidos onde foi criado, em 1941 *The Institute of Internal Auditors* (IIA)⁸. Segundo Martins e Morais (1998) os primeiros auditores apareceram nos Estados Unidos, e em termos europeus os países com maior prática desta temática são o Reino Unido e a Alemanha.

⁸ O IIA é um organismo internacional com sede em *Altamonte Springs* na Florida, reconhecido pela prática da profissão de auditoria interna e constituído por mais de 150.000 membros.

Pinheiro (2005a, p.4) refere que a Sarbanes-Oxley Act “teve a vantagem inconfundível de traçar as linhas orientadoras para a gestão de topo no que diz respeito aos relatórios financeiros com especial relevância para os controlos internos (...)”, realçando assim o papel importante que a auditoria interna assume nas empresas. Sousa (2007) partilha da mesma opinião referindo que a adopção desta Lei reforça o enfoque do controlo interno e como tal constitui um marco de referência para a auditoria interna que assumirá um papel de extrema importância nas organizações (Sousa, 2007, pp.3-4).

Marques (2003, p.17) tece também alguns comentários a esta Lei, referindo as consequências da mesma ao nível da auditoria interna salientando para o efeito a “Secção 404 – Avaliação dos controlos internos feitos pela gestão” que impõe a inclusão de um relatório de controlo nos relatórios anuais.

Almeida (2005, p.81) tece algumas considerações sobre os novos desenvolvimentos da auditoria, que na sua opinião, passam pelo controlo dos riscos que afectam as organizações.

Câmara (2008, p.14) refere que o Relatório Cadbury⁹ trouxe um “reconhecimento significativo ao papel da auditoria interna”, pois “propunha que os administradores anualmente prestassem uma declaração sobre a eficácia do sistema de controlo interno, a qual por seu turno seria apreciada pelo auditor.”

Em Portugal, a auditoria interna é relativamente recente e tem sido regulada pelo Instituto Português de Auditores Internos (IPAI)¹⁰ que representa a profissão de auditoria interna nas organizações teve a sua origem no início nos anos noventa quando “um grupo de profissionais, exercendo actividade em auditoria interna de empresas, reuniu-se e congregou esforços para a formação duma associação profissional do ramo a que se dedicavam”.¹¹ Os grandes objectivos deste organismo prendem-se essencialmente com a promoção e difusão da profissão de auditoria interna e o seu desenvolvimento desta prática nas organizações. Neste sentido, o IPAI participa activamente em conferências internacionais estabelecendo assim contactos com outros institutos de auditoria interna, representa Portugal no IIA (Albino, 2001).

⁹ Foi publicado em Julho de 1992 pela *London Stock Exchange* e foi considerado com uma das principais referências *do Corporate Governance*

¹⁰ O IPAI é uma associação profissional sem fins lucrativos criada em 17 de Fevereiro de 1992.

¹¹ Consultado em www.ipai.pt, 20/05/2005.

Pinheiro (2005b, p.4) defende que a auditoria interna deve “apoiar a gestão de topo e os gestores operacionais, a identificar os riscos negativos das actividades / sub-processos e contribuir, necessariamente, com propostas de acções correctivas, numa lógica de criação de valor cliente e valor accionista.” Partilhamos da opinião do autor de que a auditoria interna é seguramente importante para a estratégia a adoptar pela empresa pois permite a identificação dos pontos fracos da estrutura interna da empresa. O autor refere ainda que a auditoria interna permite verificar o alcance dos objectivos traçados pela empresa através da análise da teoria dos 3 E – Economia, Eficiência e Eficácia (Pinheiro, 2006, p.3).

Almeida (2006, pp.3-4) partilha da opinião que a auditoria interna representa um valor acrescido para as organizações na medida em que pode ajudar a identificar e reduzir os riscos com maior significado. Por outro lado, acrescenta valor pela utilização eficiente e eficaz dos recursos disponíveis na empresa. O autor defende assim que o valor da auditoria interna dependerá do seguinte:

- planeamento efectuado com base nos riscos a que a empresa está sujeita;
- reporte dos riscos identificados com maior impacto para a empresa e redução dos mesmos para níveis aceitáveis;
- existência de uma equipa sólida com formação e bom conhecimento do negócio da empresa;
- utilização eficiente dos recursos colocados à disposição;
- comunicação interna eficaz.

Barreiro (2007, p.4) considera que a auditoria interna deve acompanhar todas as actividades internas da empresa de forma a avaliar o seu nível da eficácia em termos quer de gestão quer de controlo interno.

2.1.4.1. A auditoria interna e a estratégia empresarial

A crescente complexidade das actividades e o volume de transacções das organizações desenvolveu a necessidade de especialistas no controlo do negócio - **auditor interno** e aumentou a necessidade de normas e procedimentos internos - **controlo interno**.

De acordo com vários autores a auditoria interna auxilia a empresa a todos os níveis de gestão, tendo como objectivo fornecer atempadamente aos órgãos de gestão

informações e recomendações úteis que lhes permitam melhorar o desempenho organizacional e tomar a decisão mais correcta. Neste sentido, a auditoria interna deverá estar centrada no negócio da empresa e em permanente ligação com os objectivos estratégicos definidos. Tal com refere Sousa (2007, pp.3-4) a auditoria interna assume assim uma maior responsabilidade que passa não só pelo controlo interno mas também e cada vez mais pela identificação, análise e gestão de riscos. Esta mudança de paradigma de uma auditoria baseada no controlo para uma auditoria baseada no risco implica um profundo conhecimento do negócio nas diversas áreas operacionais.

Esta necessidade de alargar o âmbito da função de auditoria interna é também defendida por Alves (2001, p.9) que preconiza a auditoria interna “como parceiro estratégico na gestão óptima dos recursos da organização e na busca das melhores soluções (...) no que concerne ao estudo e análise da exposição ao risco (...).”

Somos da opinião que a auditoria interna tem um papel determinante no seio empresarial e partilhamos da opinião de Barreiro (2007, p.4) que “ter a Auditoria Interna por dentro da estratégia, pode ser um factor competitivo de grande importância.” O autor explica que há determinados situações que se não forem devidamente identificadas e solucionadas podem por em risco as linhas estratégicas definidas pela empresa.

Pinheiro (2007a, p.13) considera que a “auditoria interna deverá ter uma visão e uma missão alinhadas pelas visão e missão da empresa a quem reporta.” Esta afirmação traduz claramente a imprescindível interligação entre a auditoria interna e a estratégia da empresa, sendo óbvio que ambas devem evoluir conjuntamente. O autor refere ainda que “se a Auditoria Interna não perceber os contextos e as mudanças que estão à vista, não poderá desempenhar um papel chave na empresa.” (idem, p.14).

Na mesma perspectiva, Almeida (2007, p.4) refere que o âmbito da auditoria interna tem-se ampliado e que a mesma tem “acompanhado o desenvolvimento da gestão e da governação das organizações” que se traduz numa maior “(...) preocupação pela gestão dos riscos de sustentabilidade”.

O auditor deverá ter como ponto de partida a análise estratégica da empresa, considerando os diversos riscos associados, tendo como ponto de chegada as demonstrações financeiras, que tradicionalmente, constituíam o ponto de partida. Esta nova orientação da auditoria permitirá reduzir o “*expectaiton gap*” impondo uma atitude pró-activa na avaliação da gestão, eficácia e eficiência da empresa.

Tal como refere Robert Knechel (2001) “Depois de confrontar desafios sem precedentes na última década, algumas empresas de contabilidade empreenderam esforços extensos para melhorar a auditoria básica das demonstrações financeiras e ampliar uma garantia externa para além da auditoria tradicional. O re-exame de métodos de auditoria produziu uma nova ênfase na avaliação riscos de negócio e de processo na conduta de uma auditoria”.

As novas técnicas de auditoria baseadas na análise do risco de negócio e estratégico são relativamente novas e as empresas estão ainda a implementar tais métodos. Um desafio que se coloca aos auditores é o conhecimento sobre a estratégia de negócio do cliente, vantagem competitiva, e o risco empresarial.

A nova abordagem da auditoria baseada na análise e gestão do risco e não apenas e unicamente no controlo interno, implica um conhecimento profundo do negócio e da estratégia definida pela empresa. Machado (2004, p.415) é da mesma opinião e considera que é necessária uma postura diferente do Departamento de Auditoria Interna que deverá incidir o seu trabalho na análise estratégica: (i) do sector económico a que a empresa pertence; (ii) dos objectivos pré-definidos; e (iii) dos riscos de negócio associados.

2.1.4.2. Auditoria tradicional *versus* auditoria baseada no risco

O processo de internacionalização/globalização da economia marca a actualidade das empresas. Nas últimas décadas assiste-se a uma crescente complexidade e aumento das relações que se estabelecem nas empresas, aliada à crescente competitividade e conseqüente aumento dos riscos associados, implicam modificações na sua conjuntura organizacional em questão de avaliação e decisão com notáveis repercussões no

desenvolvimento do trabalho do auditor. Esta problemática permite confirmar que a informação financeira/contabilística assume um papel, cada vez mais relevante nas organizações, justificando a preferência destas para a adopção de procedimentos que minimizem o risco de negócio. Aliado a esta matéria de cariz complexo, no contexto de auditoria, está subjacente o conceito de gestão do risco. Surge assim, o novo paradigma baseado na análise contínua do risco associado à empresa, que torna insuficiente o enfoque da auditoria tradicional apenas centrado na compreensão do controlo interno.

A avaliação do risco permite ao auditor desenvolver um programa de auditoria que teste os controles mais importantes ou com maior profundidade ou consideração. A auditoria baseada no risco expande e melhora a avaliação do modelo de risco trocando a visão de auditoria, ou seja, o auditor em vez de centrar-se sobre o processo de negócio num sistema de controlo interno, vê o processo de negócio num ambiente de risco (McNamee, 1997). Segundo este autor, uma auditoria focada no risco adiciona mais valor à organização do que uma auditoria apenas centrada no controle interno.

De acordo com Almeida (2001, p.36) é importante saber se a orientação da auditoria numa perspectiva unicamente financeira será a mais adequada. Neste sentido, refere “auditoria, nesta vertente, é considerada uma técnica e uma função neutra, alicerçada na verificação da fiabilidade dos números contabilísticos.” O autor considera assim, que a auditoria “tem um papel a desempenhar formulação de decisões económicas, modos de controlo organizacional, tendo inclusivamente, um papel de interface entre o Estado e o negócio.”

Parece pois consensual que hoje o enfoque da auditoria tradicional provoca severas limitações na avaliação da continuidade da empresa, sendo de considerar um novo alcance da auditoria associado à problemática do “*going concern*”, pois segundo Almeida (1998b) os objectivos da auditoria tradicional não permitem uma análise da viabilidade futura da empresa. O autor refere ainda que o âmbito da auditoria deve situar-se na análise da viabilidade do negócio com um dos elementos fundamentais da auditoria das demonstrações financeiras.

De acordo com Machado (2004, p.415) a auditoria baseada no risco (ABR) foi impulsionada pela necessidade que as empresas têm de sobreviver numa sociedade

manifestamente competitiva e global em que as oportunidades de negócio estão continuamente associadas a diversos tipos de riscos. As empresas são obrigadas a procurar formas de gerir estes riscos, o que implica certamente uma grande aposta na auditoria interna. Machado (2004, p.415) aponta algumas das novas responsabilidades dos empresários e gestores, que passam por:

- identificar os riscos específicos associados ao próprio negócio da empresa ;
- definir os riscos aceitáveis pela empresa;
- implementar formas de mitigar os riscos identificados;
- criar um Departamento de Auditoria Interna constituído por recursos humanos multidisciplinares e materiais eficazes que consigam detectar, analisar e gerir os riscos.

A auditoria interna, o controlo interno e a gestão do risco devem em conjunto proporcionar mecanismos que permitam à empresa um bom desempenho organizacional e simultaneamente a criação de valor. Segundo Pinheiro (2007b, p.19) “a gestão dos riscos passou a fazer parte da gestão corrente das empresas, sendo nalguns casos enquadrada, parte da responsabilidade, na Auditoria Interna.” O autor considera ainda que a auditoria interna deve ter uma participação activa na criação e manutenção do manual de gestão do risco, identificando os seguintes passos que devem ser seguidos pela auditoria (idem, p.21):

- “1 - Compreender o funcionamento da empresa;
- 2 - Conhecer a estrutura organizativa e o modelo de governação;
- 3 - Conhecer o sistema de controlo interno;
- 4 - Conhecer os riscos e o respectivo modelo de gestão.”

Consideramos que todos estes passos são fundamentais para uma melhor gestão organizacional e efectivamente a gestão dos riscos passa pela sua identificação e avaliação de forma a minimizá-los.

Tal como refere Griffiths (2006a) a auditoria interna fornece informações à administração sobre até que ponto os riscos estão a ser geridos a níveis aceitáveis. Neste sentido o (Griffiths, 2006b) considera que a auditoria interna baseada no risco “é uma

metodologia que proporciona uma garantia de que os riscos são geridos dentro do nível aceitável pela organização.” Segundo o autor, esta metodologia consiste em cinco principais funções da auditoria interna que abrangem a cobertura da gestão do risco nas organizações:

- 1 - garantir que os processos para identificar os riscos são eficazes;
- 2 - garantir uma avaliação correcta dos riscos de modo a definir prioridades;
- 3 - garantir uma resposta aos riscos avaliados;
- 4 - comunicação dos riscos chave;
- 5 - rever a gestão dos riscos garantindo controlos adequados.

O próprio IIA, em 2000, veio redefinir o conceito e âmbito da auditoria interna, dando enfoque ao risco como parte integrante da actividade desenvolvida.

2.1.4.3. O controlo interno e a gestão do risco empresarial

Segundo Câmara (2008, p.13) “a auditoria interna representa uma componente do sistema de controlo interno”, pois que segundo o autor a mesma “(...) é centrada na avaliação da eficácia (...)” do mesmo.

2.1.4.4. A função de auditoria interna e o comité de auditoria

Fernández (1994) refere-se aos comités de auditoria como uma forma de controlo independente efectuado no seio empresarial que surgiu na sequência de algumas irregularidades na informação financeira divulgada pelas empresas implementadas nos países anglo-saxónicos (sobretudo América do Norte e Grã-Bretanha).

A Lei de Sarbanes-Oxley de 2002¹² (também designado de SOX) entende na sua secção A101 que o comité de auditoria é um comité estabelecido pelo e de entre o Conselho de Administração de uma entidade e tem como objectivo a supervisão dos processos de divulgação da informação contabilística e financeira dessa entidade. Refere ainda que no caso de não existir esse comité é o Conselho de Administração que assume essa figura.

¹² Consultado em <http://www.sarbanes-oxley.com>, 12/06/2009.

Relativamente à responsabilidade das sociedades, e tal como referido pelo IPAI¹³ (p.16) a Lei estabelece na secção 301 algumas exigências aos comités de auditoria, nomeadamente:

- a responsabilidade pela “nomeação, remuneração e supervisão do trabalho de qualquer empresa de auditoria registada contratada” (auditores externos) para a elaboração do relatório de auditoria;
- a independência dos seus membros face ao conselho de administração ao qual pertençam;
- o estabelecer procedimentos no sentido de receber e dar resposta a reclamações relacionadas com matérias contabilísticas, de auditoria ou até relativas ao sistema de controlo interno;
- a “autoridade para contratar consultores independentes”;

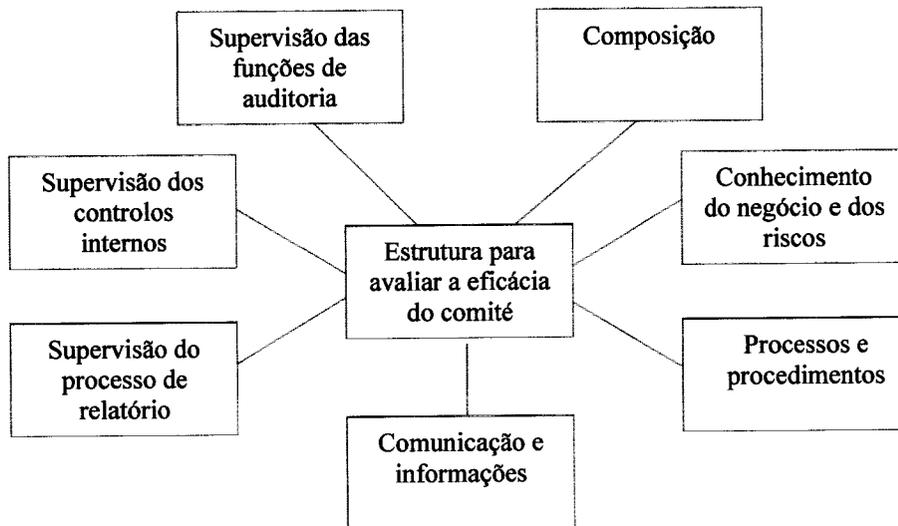
Também Mescher (2005) faz referência à secção 404 da SOX relativamente à avaliação da eficácia dos comités de auditoria que passa pela análise dos elementos da figura 2.1.

- composição: independência dos órgãos da administração e o conhecimento na área financeira;
- entendimentos do negócio e dos riscos: conhecimento suficiente do negócio da empresa, e identificação e gestão dos riscos associados;
- processos e procedimentos: capacidade de definir claramente as suas responsabilidades e os procedimentos a cumprir;
- comunicação e informação: relação aberta e contínua com os órgãos de gestão no sentido de prestarem e receberem informação útil;
- supervisão da preparação das demonstrações e relatórios financeiros: existência de acompanhamento da preparação da informação financeira;
- supervisão do controlo interno: conhecimento das práticas adoptadas pela empresa relativamente ao sistema de controlo interno;

¹³ Consultado em http://www.ipai.pt/fotos/gca/a_lei_sarbanes_oxley_de_2002_ipai_1227288615.pdf, 20/07/2009.

- supervisão das funções de auditoria: coordenação com os auditores internos no desenvolvimento da função de auditoria interna.

Figura 2.1 – Avaliação da eficácia dos comités de auditoria



Fonte: http://www.deloitte.com/dtt/cda/doc/content/artigo_comite_audit_032005.pdf, 11/09/2009.

Neto (2001, p.7) refere que os vários escândalos financeiros e falências de grandes empresas suscitaram a criação dos comités de auditoria nos Estados Unidos. Os principais objectivos eram sobretudo “garantir a independência dos Auditores externos face às entidades auditadas” e “reforçar e credibilizar a fiscalização interna das sociedades”. Os membros desses comités eram nomeados pelos órgãos de administração.

O autor faz referência a alguns estudos e recomendações de alguns organismos, nomeadamente a *Securities and Exchange Commission* (SEC) que evidenciaram diversos aspectos a ter em conta na função dos comités de auditoria: (i) na sua composição era necessária a existência de membros com conhecimentos específicos na área económico-financeira e jurídica; (ii) exigências ao nível de comunicação de situações consideradas anormais; (iii) exigência de reuniões entre os membros para melhor controlo e coordenação do trabalho a desenvolver; (iv) contratar os auditores externos e avaliar o seu trabalho; (v) responsabilidade pela definição dos honorários a auferir pelos auditores externos; e (vi) garantir aos auditores externos especial intervenção na auditoria das contas.

Segundo Fernández (1994, p.28) as funções do comité de auditoria dependem de diversos factores como a dimensão do conselho de administração, a estrutura organizacional entre outros, devendo criar-se de acordo com as necessidades de cada empresa.

Em 1992 o Relatório Cadbury¹⁴ definia também com uma das responsabilidades do Conselho de administração das empresas, a implementação de um comité de auditoria constituído por pelo menos três membros do conselho que não seja executivos e com responsabilidades perfeitamente definidas.

Relativamente a esta temática Díez (1997-1998) tece algumas considerações sobre a relevância do papel do comité de auditoria, que no seu entender, deve proteger os interesses dos accionistas e de todos os utilizadores da informação económico-financeira. Neste sentido, a autora considera que as responsabilidades do comité de auditoria passam pelo seguinte: (i) supervisão das práticas contabilísticas da empresa através de reuniões com a administração e os auditores; (ii) garantir a implementação e monitorização por parte da administração de um sistema de controlo interno adaptado às necessidades da empresa; e (iii) supervisão da gestão levada a cabo pela empresa. Além destas funções Díez (idem, p.24) é da opinião que as grandes empresas e as empresas cotadas devem ter um comité de auditoria constituído por “membros não executivos do conselho de administração, por auditores e accionistas que representem os interesses da minoria.” Mais refere que os gestores e os empregados da empresa nunca devem fazer parte do comité de auditoria.

Outros organismos têm estabelecido recomendações relativas aos comités de auditoria como é caso da *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO) que aprovou, em 2002, alguns princípios e recomendações sobre esta matéria, como é referido pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) (2004)¹⁵:

“A existência de um Comité de Auditoria, que funcione dentro da empresa auditada e que estabeleça a ponte entre o Conselho de Administração e os auditores. Este comité deve ser dotado de poderes que lhe permitam levar a cabo as suas responsabilidades livres de quaisquer constrangimentos.”

¹⁴ Publicado pela *London Stock Exchange*, em Julho de 1992, - código de boas práticas de “*corporate governance*”, teve como base de trabalho organizações europeias e dos Estados Unidos.

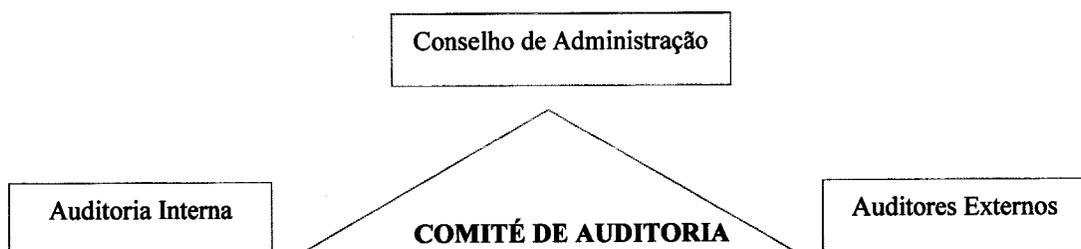
¹⁵ Fonte: <http://www.cmvm.pt/NR/exeres/77FABA60-ED97-45DB-A6E7-382B81800180.htm>

As responsabilidades atrás referidas respeitam à:

- avaliação da adequabilidade dos honorários dos auditores face ao trabalho desenvolvido;
- existência de reuniões regulares entre o comité de auditoria e o auditor, para analisar as situações conflituosas com a administração e a sua resolução, no decurso do trabalho de auditoria;
- verificação da independência do auditor aquando da sua nomeação ou renomeação;
- verificação das políticas estabelecidas pela administração, relativas a contratos de fornecimento de outros serviços autorizados que não sejam da auditoria e monitorização da correcta aplicação de tais políticas e procedimentos.

Segundo Sebastián (2008) o Comité de Auditoria deve estabelecer relações com as seguintes entidades: Administração, Auditoria Interna e Auditores Externos, conforme figura 2.2.

Figura 2.2 – As relações do comité de auditoria



Fonte: http://www.ipai.pt/fotos/gca/ai_e_comite_de_auditoria_altina_sebastian_gonzalez_1227112741.pdf consultado em 20/08/2009.

A autora refere ainda o comité de auditoria tem como funções¹⁶: (i) “supervisar a função de auditoria interna” sobretudo através do “bom funcionamento dos sistemas de informação financeira e do controlo interno”, da identificação, medição e controlo dos

¹⁶ http://www.ipai.pt/fotos/gca/ai_e_comite_de_auditoria_altina_sebastian_gonzalez_1227112741.pdf, consultado em 20/08/2009.

riscos inerentes à actividade”, “garantir a independência e eficácia da função de auditoria interna; (ii) “velar pela independência do auditor externo”; e (iii) informar o Conselho de Administração” sobre diversas situações, nomeadamente a informação financeira a divulgar, relatórios de auditoria interna dando conhecimentos do estado do sistema de controlo interno e de recomendações de melhoria do mesmo. A autora considera ainda que o comité de auditoria desempenha um papel importante no bom desempenho da auditoria interna, na identificação e gestão dos principais riscos de negócio e ainda acrescenta valor à tomada de decisão do conselho de administração.

Goodwin (2003) desenvolveu um estudo para examinar a relação estabelecida entre os comités de auditoria e a função de auditoria interna de entidades do sector público e privado da Austrália e Nova Zelândia.

O estudo centrou-se em dois objectivos: o principal é explorar a independência do comité de auditoria face à função de auditoria interna e o segundo é identificar as diferenças entre os comités de auditoria dos sectores público e privado e entre a Austrália e a Nova Zelândia.

A recolha dos dados foi efectuada através de questionários enviados a 370 responsáveis de auditoria interna na Austrália e Nova Zelândia registados como membros do IIA da Austrália. Foram recebidas no total 120 respostas, repartidas do seguinte modo: sector privado - 32 respostas da Austrália e 16 da Nova Zelândia; sector público - 53 respostas obtidas da Austrália e 19 da Nova Zelândia. Das 120 respostas obtidas apenas 11 mencionaram a não existência de comité de auditoria.

As conclusões obtidas permitiram confirmar que a independência e a experiência em matérias contabilísticas têm um impacto complementar nas relações entre o comité de auditoria e a auditoria interna.

Os resultados revelaram ainda que a independência está mais associada com as questões do processo propriamente dito, enquanto que a experiência contabilística está mais associada aos comentários tecidos pelo comité de auditoria em relação ao trabalho desenvolvido pela auditoria interna. Outro aspecto importante é o facto de os resultados indicarem que em ambos os países e sectores analisados há relações estabelecidas entre a função de auditoria interna e o comité de auditoria.

Antunes et al (2007)¹⁷ efectuaram um estudo com o objectivo de analisar a importância da implementação dos comités de auditoria impostos pela SOX, relativamente aos trabalhos a desenvolver pelos auditores independentes.

A metodologia utilizada consistiu num questionário efectuado a uma amostra de 32 profissionais que actuam nas áreas da auditoria (auditores independentes) de empresas multinacionais a operar no Brasil e que negociam na bolsa de valores norte-americana. Os resultados obtidos traduzem a importância que os inquiridos atribuem à implementação dos comités de auditoria nestas entidades, tal como preconizado pela SOX, pois consideram-nos fundamentais na ajuda aos órgãos de gestão e impõem maior credibilidade e transparência da informação financeira que é divulgada aos *stakeholders*.

Neste sentido as principais conclusões obtidas pelos autores são as seguintes: (i) deve existir uma grande interacção entre o comité de auditoria, a administração, os auditores internos e os auditores independentes; (ii) os comités devem ser constituídos, essencialmente, por profissionais independentes com grandes conhecimentos do negócio da empresa; (iii) deve ser incrementado um conhecimento profundo do controlo interno de modo a permitir uma avaliação correcta dos riscos de auditoria.

Em Portugal, a CMVM têm criado regras específicas “sobre a qualidade, tempestividade, divulgação e fiscalização da informação económico-financeira emitida pelas sociedades com valores mobiliários cotados.”

Assim, o Código dos Valores Mobiliários estabelece no seu artigo 245º nº 1 os documentos a divulgar relativamente às contas anuais das sociedades com valores cotados na Bolsa de Valores. Um dos documentos obrigatórios referido na alínea b) é precisamente o “Relatório elaborado por auditor registado na CMVM”, o que traduz uma forma de controlo por parte da CMVM sobre a informação divulgada pelas empresas.

¹⁷ Consultado em <http://jeronimoantunes.files.wordpress.com/2007/10/importancia-da-atuacao-dos-comites-de-auditoria.pdf>, 20/08/2009.

2.2. A análise e gestão do risco em auditoria

2.2.1. O conceito de risco

O risco é algo que está sempre presente nas organizações e está intrinsecamente ligado a decisões futuras. Este conceito está interligado à problemática do controlo das operações e actividades empresariais. O risco faz parte da estratégia das empresas, pelo que, conhecer e gerir os riscos é no fundo administrar o futuro das organizações. Segundo Pickett (1997, p.228) “o conceito de risco é fundamental para o papel da auditoria” pois pode entrar em conflito com o conceito de controlo. Os controlos são realizados pelas organizações na medida em que contribuem para alcançar os objectivos definidos à priori. Neste sentido, o autor refere que o risco pode ser prevenido mediante a utilização de controlos adequados, sendo que a auditoria ajuda a minimizar o nível de risco a que está exposta a organização.

Segundo Carvalho (2000, p.21) o risco “só pode ocorrer em condições de incerteza. Não pode haver risco sem incerteza. Se a incerteza é constante, as condições de risco também são permanentes.” O autor refere ainda a necessidade de definir a natureza, o crescimento e o desenvolvimento do risco e a forma “como é percebido pelo público e pelas organizações” sendo pois necessário a implementação de “processos, mecanismos e metodologias que permitam identificar e analisar os riscos de forma consistente” criando assim formas de gerir os riscos.

Segundo a PricewaterhouseCoopers (2002b) “as transformações introduzidas pela tecnologia e pela globalização trazem riscos acrescidos para as empresas”. Considera fundamental uma abordagem pró-activa na gestão do risco, que permitirá às empresas aumentar a sua competitividade e minimizar a sua exposição ao risco, identificando eventuais oportunidades de desenvolvimento. É neste contexto que disponibiliza aos gestores das organizações um conjunto de serviços que permitam o reconhecimento, a gestão e o controlo do risco, favorecendo o seu crescimento sustentado. Esta nova abordagem permitirá maior qualidade na auditoria focalizada no risco.

Segundo Rozo (2002) o risco caracteriza-se pela probabilidade de atingir ou não um determinado objectivo, traduzindo-se numa forte ameaça para o alcance dos objectivos

definidos pela empresa. Por vezes há tendência para confundir o conceito de risco com o conceito de incerteza, sendo certo que só o risco pode ser mensurado e controlado.

Há uma grande diversidade de riscos dependendo da natureza da actividade empresarial. Rozo (2002) destaca alguns exemplos: risco operacional, risco legal, risco de liquidez, risco de mercado, risco de crédito entre outros. Certamente que dependendo do tipo de risco a que a empresa está afectada deverá haver a preocupação na implementação de um sistema de controlo interno que permita minimizar os efeitos desses riscos.

Também Pickett (1997) faz referência a alguns tipos de risco muitas vezes tratados de forma diferente nas organizações:

- Risco operacional – está inerente às próprias operações empreendidas pela empresa;
- Risco de controlo – associado aos controlos existentes na empresa;
- Risco residual – nível de risco aceite pela empresa face ao custo dos controlos e normalmente quantificado através de teste de rotina;
- Risco de auditoria – ocorre de situações em que os sistemas internos não são revistos pela auditoria interna ou quando as recomendações são simplesmente ignoradas pela gestão.

De acordo com Borge (2001, cit. in Beja, 2004, p.81) o “risco significa estar exposto à possibilidade de um resultado negativo. Gerir o risco significa tomar acções deliberadas para mudar as probabilidades em favor próprio – aumentando as probabilidades de resultados positivos e reduzindo as probabilidades de resultados negativos.”

O IIA (cit. in Carvalho, 1999, p.20) define risco como “a probabilidade que um acontecimento ou acção possa adversamente afectar a organização.”

2.2.2. Análise evolutiva da gestão do risco (*risk mangement*)

A gestão do risco foi evoluindo ao longo do tempo com abordagens diferentes de acordo com a época em questão. Williams et al (1998) apresentam uma abordagem

evolutiva da gestão do risco, considerando alguns períodos que marcaram o desenvolvimento desta temática, nomeadamente:

- Período Pós Segunda Guerra Mundial

Não se sabe ao certo se foram os estudiosos que aceleraram o desenvolvimento da gestão do risco ou se foi a prática empresarial que inspirou os estudiosos para esta matéria. Contudo o período de 1955 a 1964 fez nascer a gestão do risco moderna quer em termos académicos quer profissionalmente (Snider, 1991 cit. in Williams, et al, 1998, p.18). Até este período o termo não era considerado de igual modo pelos académicos e profissionais.

Na realidade a maior parte das organizações não dispunham de um responsável pela gestão do risco. Algumas empresas dispunham apenas de um gestor de risco em part-time enquanto outras tinham programas de gestão do risco altamente sofisticados. Logo pode dizer-se que este processo não ocorreu de uma forma uniforme e sequencial, pois somente nos anos 50 se começou a definir a função do gestor do risco.

- Período Pós 1960

Neste período a gestão do risco era realizada através da aquisição de seguros. No entanto, muitas organizações perderam a sua confiança nesses seguros, pois estes não conseguiam fazer face às suas necessidades. Em meados de 1970, segundo Snider, (1991 cit. in Williams, et al, 1998, p.20), a gestão do risco entrou numa fase de globalização.

- Actualmente

Em 1990 a gestão do risco continua a evoluir e as funções e cargos específicos variam amplamente entre gestores de risco, pelo facto de existirem diversas categorias de risco nas organizações. Embora sofrendo alguma evolução a aquisição de seguros continua a constituir uma parte significativa das responsabilidades de um gestor do risco.

Também Hunt (2001, cit. in Beja, 2004, p.83) apresenta uma evolução da gestão do risco ao longo de cinco décadas:

- Década de 50

Nos EUA em 1956 aparece o termo *risk management* utilizado no contexto de gestor de riscos e até como uma extensão da função de gestor de seguros.

- Década de 70

De acordo com o autor, as alterações profundas provocadas pelo fim do acordo de *Bretton Woods* e também pela crise do petróleo proporcionaram uma maior implantação da gestão do risco nos EUA, fomentando o aparecimento de “serviços de consultoria em graduação e avaliação do risco” essencialmente focalizadas nos riscos dos países, sendo em 1973 atribuídas as primeiras qualificações académicas em *risk management*. Mais tarde em 1975 foi constituído o “*country risk committee*” e os executivos solicitavam o apoio de um grupo de assessores constituído por altos funcionários públicos, diplomatas e académicos relativamente a questões de risco.

- Década de 80

Nesta década a avaliação dos riscos políticos eram o centro das atenções, embora “nos finais desta década, com a queda do muro de Berlim, muitas empresas encerraram os seus departamentos de gestão de riscos políticos”. A gestão do risco ainda não se encontrava institucionalizado na gestão empresarial das grandes empresas e a constituição de departamentos de gestão de risco estavam sobretudo ligados a questões de redução de custos nos departamentos de seguros.

- Década de 90

A necessidade de tomar decisões importantes levou os gestores a consciencializarem-se do risco inerente à tomada de decisão, considerando assim a avaliação do risco com um elemento estratégico. Daí o crescimento, nos EUA e Europa de departamentos de *risk management* responsáveis pelo desenvolvimento de práticas de consultoria e avaliação de riscos. A orientação era sobretudo dirigida para a gestão do risco do negócio, ou seja, a avaliação de todos os riscos inerentes à actividade empresarial principalmente os riscos ao nível da envolvente externa.

- Actualmente

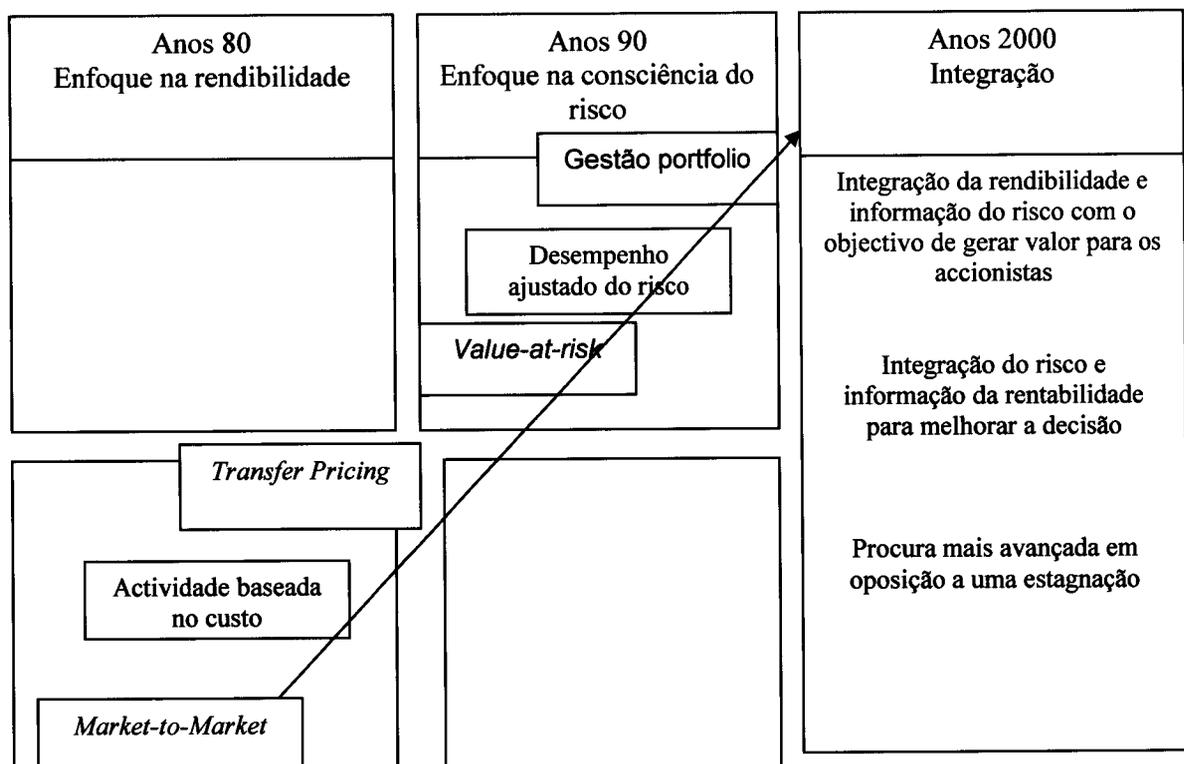
Segundo o autor o *risk management* constitui-se como “um elemento essencial e irreversível do processo de governação empresarial” na medida em que contribui para

melhorar a tomada de decisão dos responsáveis de topo e permite uma maior transparência da informação financeira disponibilizada aos *stakeholders*. O autor considera ainda que esta situação implica de certo modo:

- “criação de sistemas de controlo interno do risco de negócio;
- estabelecimento de sofisticados fluxos de informação e relato entre os órgãos de gestão e as unidades operacionais;
- consolidação entre práticas de auditoria interna e de gestão do risco;
- incremento da cultura empresarial de consciência dos riscos;
- orientação dos departamentos de gestão do risco para funções de consultoria em práticas internas e incremento da respectiva representação junto dos órgãos de gestão.”

Outros estudos, nomeadamente da PricewaterhouseCoopers (2002a) referem que o enfoque da gestão do risco conheceu algumas mudanças de 1980 para 1990 prevendo um desenvolvimento contínuo da gestão do risco que facilitará uma integração ao nível da auditoria interna.

Figura 2.3 – Evolução do *Risk Management*



Fonte: PricewaterhouseCoopers (2002a) – www.pwcglobal.com

Segundo a PricewaterhouseCoopers (2002a) num fórum de opiniões de líderes em auditoria interna foram discutidas várias opiniões, e tal como requerido pela SEC há uma maior tendência para empresas descobrirem os seus riscos e a forma de os gerir. Esta abordagem permitirá, sem dúvida, às empresas uma melhor posição face aos investidores.

No entanto, esta consciência no risco de negócio foi mais focada no sector dos serviços financeiros sobretudo nas áreas de crédito e risco de mercado. Porém, nos sectores dos serviços não financeiros estas medidas foram empreendidas tendo as empresas melhorado o seu desempenho. Também neste fórum se falou na gestão do risco operacional como a próxima fronteira da evolução global da gestão do risco, através da identificação, avaliação, mitigação e mensuração dos riscos associados à gestão das pessoas, processos empresariais, tecnologias e eventos exteriores às empresas. A discussão no fórum apontou para a gestão do risco operacional como melhoria do desempenho das organizações. No entanto, esta gestão do risco operacional exige um conhecimento profundo quer do processo empresarial quer da auditoria e controlo, combinação que nem sempre é possível em funções de auditoria interna tradicionais. Neste sentido, considerou-se fundamental reforçar o papel da auditoria interna relativamente à evolução da gestão do risco operacional.

No fórum debateu-se também o papel da auditoria interna face a esta nova abordagem em que as respostas mais comuns foram:

- melhorar as práticas de gestão do risco em auditoria para determinar a efectividade dos controlos;
- fomentar novos modelos de gestão do risco;
- manutenção de um grupo de auditoria dedicado ao cerne do risco

De uma forma geral o papel da auditoria interna na gestão do risco irá variar consoante as organizações reflectindo as necessidades e as expectativas dos *stakeholders*.

Várias perspectivas foram identificadas para explicar o papel de auditoria interna na evolução da gestão do risco:

- a gestão do risco é da responsabilidade da administração da empresa, como tal as várias linhas de negócio necessitam de profissionais de gestão do risco responsáveis por colocar em prática uma política de risco. O papel da auditoria

interna será avaliar a implementação desta política de risco e exercer um controlo independente sobre a mesma. É essencial a coordenação e o trabalho em equipa, de tal modo que a gestão do risco e a estratégia devem estar unidas, ou seja, quando a empresa desenvolve a sua estratégia o risco deve ser tomado em linha de conta.

Foram apresentadas neste fórum três aproximações diferentes para estrutura da gestão do risco:

- centralizar a gestão do risco - com o objectivo de alcançar um visão empresarial do risco, sendo que o controlo e o risco permanecerão da responsabilidade directa das linhas de negócio, sobretudo nas empresas ligadas aos serviços financeiros;
- estabelecer um comité de risco - sobretudo para as empresas não financeiras que preferem uma abordagem multidisciplinar de comité de risco. Este comité inclui os representantes da auditoria interna (risco operacional), da tesouraria (riscos financeiros) e planeamento (risco estratégico) e trabalha com o objectivo de fixar políticas de risco e ter uma visão do risco envolvente à organização;
- manter estruturas funcionais tradicionais – há ainda algumas organizações que consideram que o controlo legal e a auditoria interna funcionando em conjunto com as linhas de gestão permitem uma visão suficiente do risco a que a organização está sujeita e por isso ainda não perceberam a vantagem da centralização da gestão do risco.

Porém estas diferentes abordagens têm um objectivo comum que é a compreensão do risco envolvente à organização, estabelecer uma política de risco empresarial, determinar o nível de risco, estabelecer políticas para limitar o risco e relacionar a rendibilidade com a informação do risco para criar uma visão futura.

Alguns participantes neste fórum revelaram que usam um processo de auto-avaliação do controlo do risco, designado por *Control Risk Self-Assessment (R/CSA)* quer para alargar a compreensão do risco da organização quer para facilitar o diálogo com as linhas de gestão. Noutras organizações este processo é executado por unidades empresariais que é posteriormente revisto pela auditoria interna, tendo esta última a função de controlo. Em outras organizações o responsável de cada unidade empresarial

reúne-se com o Comité de Auditoria periodicamente no sentido de rever os resultados da auto-avaliação. Se esta prática for implementada ao nível das linhas de negócio permitirá reforçar a responsabilidade para o controlo dos processos de negócio.

Neste fórum 70% dos participantes revelaram que usam R/CSA como uma ferramenta de gestão do risco. Com este processo um plano de auditoria interna é desenvolvido independentemente e os seus resultados são comparados posteriormente com os resultados do processo R/CSA. Assim, é mais fácil identificar eventuais desvios e falhas no processo de planeamento de auditoria assegurando as áreas de risco mais elevado no plano de auditoria.

Em resumo este fórum permitiu a reflexão sobre algumas questões relevantes e é certo que as organizações tendem cada vez mais a procurar informação sobre os riscos a que estão sujeitas. Claro que esta preocupação prevalece com maior incidência nas empresas de serviços financeiros enquanto que as outras empresas investem em programas de desenvolvimento para melhorar a qualidade. Estas iniciativas fortalecem a gestão do risco como um programa para alcançar melhores níveis de eficiência operacional. Outras das conclusões aponta para a gestão do risco operacional como o novo horizonte no campo da gestão do risco. As empresas estão explorando o risco operacional para melhor entenderem as suas operações e processos internos. O objectivo é sem dúvida melhorar o desempenho dos processos e dos respectivos custos de eficiência. A auditoria interna também está a evoluir e a auto-avaliação do controlo do risco são já práticas comuns actualmente. A tendência será para centralizar a gestão do risco.

2.2.3. A relevância da gestão do risco

As organizações estão sempre sujeitas a várias condições de riscos independentemente da sua estrutura ou dimensão. O processo da globalização tem tido efeitos significativos na estrutura organizacional das empresas que são confrontadas diariamente com uma série de riscos a vários níveis. É necessário uma consciencialização dos órgãos de administração para a gestão do risco de negócio, tendo os departamentos de auditoria interna um papel determinante nesta área.

Holstein (2006, p.7) menciona que “o risco está cada vez mais presente na mente das equipas de gestão, dos conselhos de administração e dos comités de auditoria das

empresas espalhadas um pouco por todo o mundo.” O autor refere ainda que as empresas procuram diversas formas de tratar da gestão do risco, nomeadamente reforçando o trabalho da auditoria interna e implementando sistemas específicos para gerir o risco como é o caso do ERM.

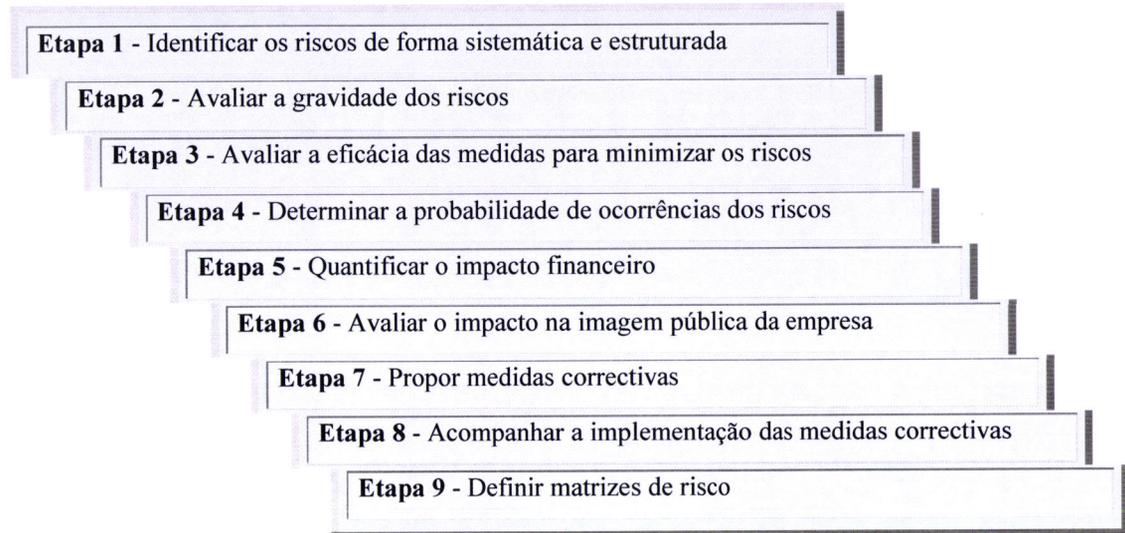
Nunes (2006, p.44) reforça estas ideias e considera que é fundamental “(...) a responsabilidade colectiva da organização (...) “ perante a gestão do risco o que implica um controlo interno mais eficaz. Neste sentido, o autor refere como aspectos críticos na gestão do risco: (i) “avaliação contínua dos riscos”; (ii) “monitorização da forma como são mitigados os riscos”; e (iii) ”introdução do elemento de melhoria contínua” (Nunes, 2006, idem) o que implica a implementação de novas medidas de controlo interno.

A gestão do risco pode criar valor para a empresa na medida em que a identificação dos riscos e o posterior controlo dos mesmos pode ajudar na tomada de decisão. Além disso, o conhecimento profundo do negócio e dos riscos associados a este permite redefinir a estratégia empresarial melhorando o desempenho organizacional. Neste sentido, Azevedo (2006, p.14) refere que a gestão do risco é um dos principais pilares do governo das sociedades assumindo um papel de extrema relevância tal como a auditoria interna e o controlo de gestão.

A questão coloca-se na relevância desses riscos e no facto dos mesmos afectarem ou não o cumprimento dos objectivos definidos pela empresa (Carvalho, 2000, p.22). Tal como refere o autor o Relatório COSO estabelece uma independência entre os objectivos estabelecidos pela empresa e a avaliação do risco, considerando esta como um dos componentes do controlo interno.

A identificação dos riscos associados ao negócio permite a criação de valor para as organizações. Vários tipos de risco podem ser identificados e o nível da sua contribuição para o sucesso da organização também é diferente. Assim, BDC- Barroso, Dias Caseirão & Associados – SROC no VII Congresso dos ROC realizado em Novembro de 2000 referiram vários tipos de risco associados quer a operações financeiras, cambiais, fiscais, políticas, judiciais, ilegais, quer às profundas alterações nos sistemas de informação e novas tecnologias. Neste sentido, consideram fundamental uma abordagem estruturada para a identificação dos riscos expressa do seguinte modo:

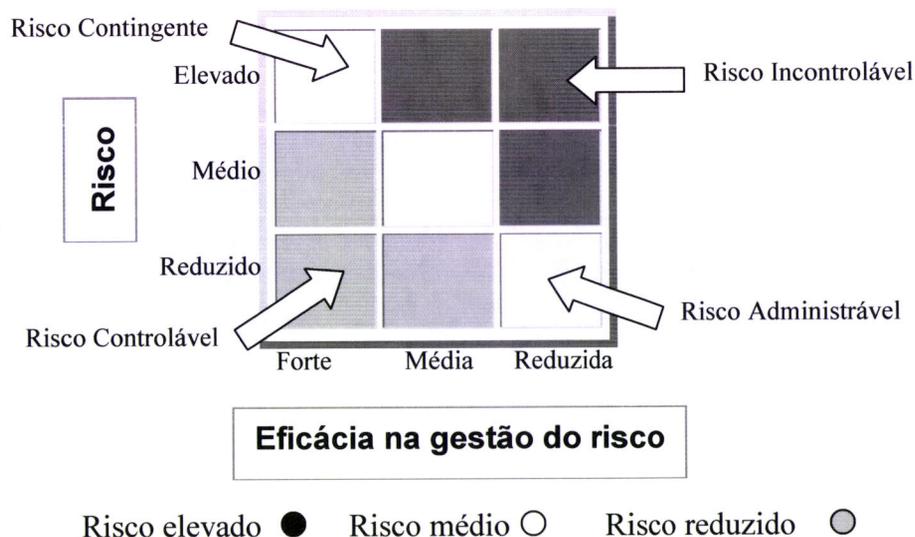
Figura 2.4 – Abordagem integrada do risco



Fonte: Adaptado de BDC- Barroso, Dias Caseirão & Associados – SROC, (2000, p.11)

Para gerir os riscos é necessário analisar os procedimentos utilizados pelos gestores no controlo do risco, definindo posteriormente graus de eficácia desses procedimentos. Relativamente à definição de matrizes de risco, os autores anteriormente referidos combinam o risco e a eficácia na sua gestão da seguinte forma:

Figura 2.5 - Avaliação do Risco



Fonte: Adaptado de BDC- Barroso, Dias Caseirão & Associados – SROC, (2000, p.12)

2.2.4. A análise/avaliação do risco

A análise do risco engloba determinados componentes que podem apontar caminhos seguros na busca do nível de segurança adequado de uma organização, pois conhecer o risco é ganhar mobilidade. A análise e gestão dos riscos assumem uma acção pró-activa que permite à empresa evitar a surpresa. A análise do risco é fundamental durante o planeamento do futuro da empresa, devendo a administração garantir que todos os cuidados foram tomados para que os planos definidos à priori se concretizem. A formalização de uma análise do risco fornece à organização informação sobre o seu próprio futuro, identificando os controles a implementar a curto, médio e longo prazo.

Tal como referido no COSO a definição de objectivos e metas é condição “*sine qua non*” para a existência de controlos internos. Depois de estabelecidos e clarificados os objectivos é necessário identificar os riscos que ameaçam o seu cumprimento, empreendendo as acções essenciais para a gestão dos riscos anteriormente identificados.

Uma estrutura de risco do negócio pode fornecer a base comum para os gestores, auditores e outros *stakeholders* estabelecerem uma eficiente e eficaz gestão do risco na organização. Esta estrutura também se afigura como ferramenta de grande utilidade para simular as necessidades da organização na busca do sucesso em âmbito de incerteza. Um profundo conhecimento do processo de negócio permitirá à organização alcançar os seus objectivos, (McNamee, 2000). Como referido por este autor várias entidades têm demonstrado a necessidade de uma maior orientação ao nível da gestão do risco. O Comité de Padrões conjuntos da Austrália/Nova Zelândia foi a primeira entidade a classificar os padrões da gestão do risco em 1996. Em 1998, seguiu-se o Quadro de Padrões canadiano que fornece uma estrutura através da qual se pode avaliar e comunicar riscos. Em Janeiro de 2000 foi publicado pela Instituição de Padrões britânica uma estrutura de avaliação do risco com especial ênfase na gestão de projecto. Estas e outras recentes tentativas ajudaram a desenvolver um melhor senso sobre a gestão do risco, mas nenhuma delas oferece o tipo de estrutura integrada relativamente às necessidades actuais.

Verschoor (2002) salienta que eventos recentes como o terrorismo e escândalos de contabilidade mudaram significativamente a atenção dos comités de auditoria que aumentaram a sua atenção para o risco empresarial.

Belluz (2002) explica que a essência da gestão moderna do risco é saber retirar proveito de oportunidades de forma a prosperar e evitar potenciais perdas. A gestão do risco fornece uma aproximação estruturada à análise de decisão.

Segundo a PriceWaterHouseCoopers (2002b) a gestão do risco é fundamental para o sucesso de qualquer negócio, sobretudo com a constante evolução de “*e-business*” que constitui o presente e o futuro das organizações. Neste sentido, está desenvolvendo uma estruturação do risco, com a criação de uma linguagem comum para que o risco seja compreendido por toda a organização.

Segundo Carvalho (2000, p.22) para avaliar o risco é necessário identificar e analisar e os riscos relevantes para o cumprimento dos objectivos estabelecidos pela organização “e constitui a base de decisão sobre como gerir esses riscos.” Para identificar os riscos é fundamental reconhecer as condições e factores que podem despoletar o risco. A análise do risco implica a definição de metodologias e modelos que permitam a gestão desse risco assim como a identificação de factores de risco que sejam relevantes para a auditoria. O autor afirma ainda que o processo de avaliação do risco implica o seu reconhecimento e posterior análise de modo a tomar decisões apropriadas.

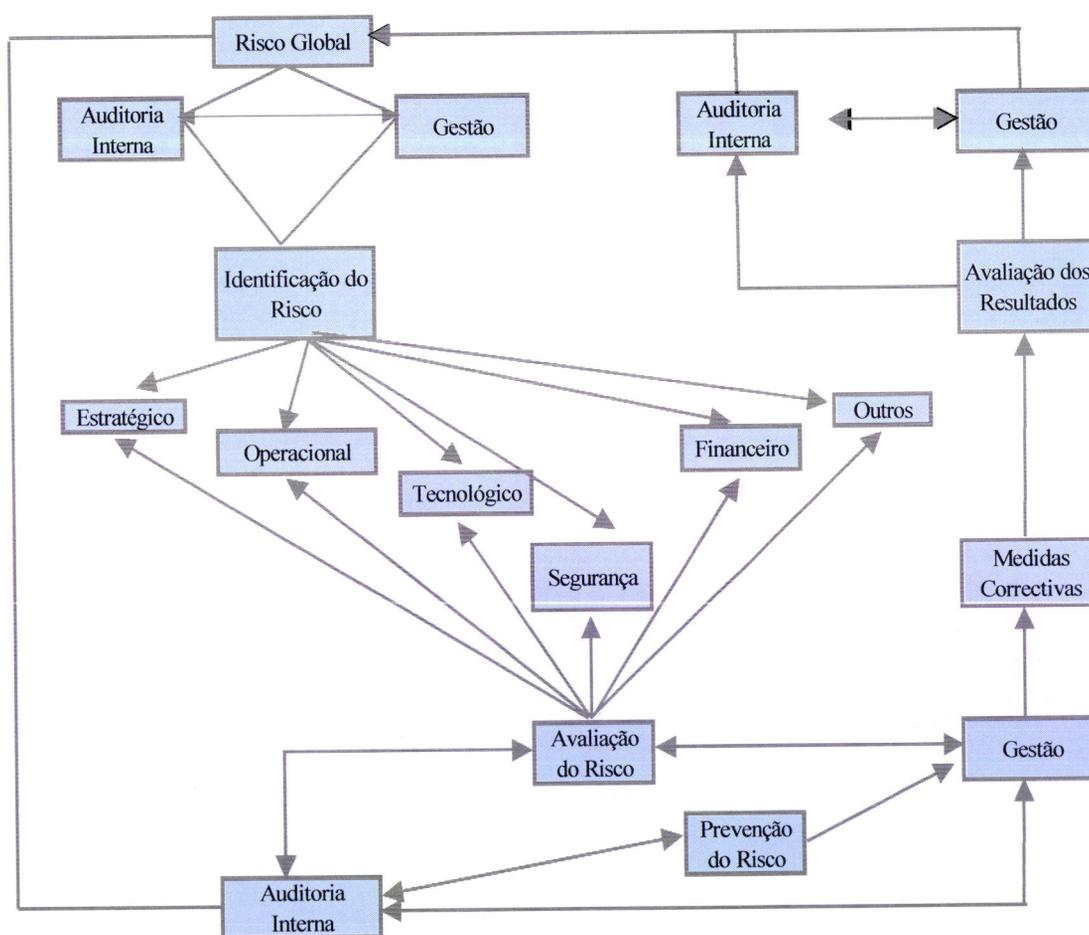
O próprio desempenho da empresa depende da forma como a mesma avalia e gere o risco de negócio a que está sujeita. Likierman (2006, p.126) refere a este propósito que as empresas devem avaliar e gerir o risco para tomar melhores decisões.

2.2.5. A prevenção do risco

Após a análise e avaliação do risco é necessário tomar medidas para a sua prevenção. Tal como refere Barreiro (1999, pág. 7) o risco “é susceptível de identificação e pode ser prevenido.” O autor defende que a prevenção do risco pode ser efectuada através da adopção de medidas que eliminem os factores de risco e será “mais eficaz quando partilhada pela Gestão e monitorada pela auditoria interna.” Neste sentido, o autor refere que a auditoria interna historicamente direccionada para o controlo terá que assumir um novo papel nas organizações devido às alterações profundas ocorridas na sociedade tais como, “o aparecimento de comunicações instantâneas, a economia global e as suas

relações (...) e a maior sofisticação dos clientes / consumidores (...).” Estes factores implicam maiores riscos para as organizações, que têm que ser capazes de definir as suas estratégias de acordo com os riscos de negócio a que estão sujeitas. Assim, o autor considera que a gestão do risco irá certamente causar problemas na liderança por parte dos gestores da auditoria interna, que terão que rever o objectivo e a função da auditoria interna. Refere ainda, que é indispensável um novo modelo de auditoria interna designado “autoridade do risco” e capaz de ajudar os gestores de topo a gerirem de forma eficaz e eficiente os riscos inerentes ao negócio criar “sistemas de protecção que tragam valor acrescentado aos accionistas.”

Figura 2.6 – Auditoria interna *versus* risco



Fonte: Barreiro (1999, p.9)

É pois fundamental um conhecimento profundo do negócio e da estratégia da empresa no sentido de identificar os riscos inerentes, definindo posteriormente formas de geri-los e aceitá-los. A mesma opinião é partilhada por Neves (1999, p.10) que considera

fundamental que o auditor interno analise a empresa a sua actividade e a envolvente. Considera ainda que é necessário “identificar onde existem os riscos e avaliá-los, numa lógica de custo/benefício.”

Estas matérias têm vindo a ser discutidas em encontros, nomeadamente nos Encontros promovidos pelo IPAI, cujas conclusões segundo Neves (1999) apontam para uma mudança clara das funções do auditor interno por força das alterações da própria sociedade. Assim, a função do auditor interno não passará somente pelo controlo das operações mas sim ajudar os gestores da organização na identificação e mensuração dos riscos existentes sugerindo formas de minimizá-los. A eliminação do risco não deve ser a preocupação do auditor interno mas sim a sua gestão de forma eficaz e eficiente.

O próprio IIA apresenta um novo conceito de auditoria interna: “A Auditoria Interna é uma função independente, objectiva, segura, consultiva e de apoio, que visa proporcionar valor acrescentado e contribuir para a melhoria do funcionamento de uma organização. Ajuda a organização a cumprir os seus objectivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada que permita avaliar e melhorar a eficácia dos processos de Gestão do risco, controlo e direcção.” (cit. in Barreiro, 1999).

Marques (1999, p.12) refere que a auditoria interna terá que apoiar a gestão e preocupar-se com os riscos do negócio afectos à organização e responsáveis pelo sucesso da empresa.

2.2.6. A gestão do risco

Após a identificação dos riscos é necessário a sua gestão que consistirá em:

- evitar riscos;
- eliminar as causas dos riscos;
- controlar riscos;
- transferir e/ou partilhar riscos.

A gestão do risco do negócio é uma das funções cada vez mais importantes nas organizações, pois como é sabido constitui uma das ameaças ao desempenho organizacional e a continuidade da empresa. Segundo a opinião de Rozo (2002) esta

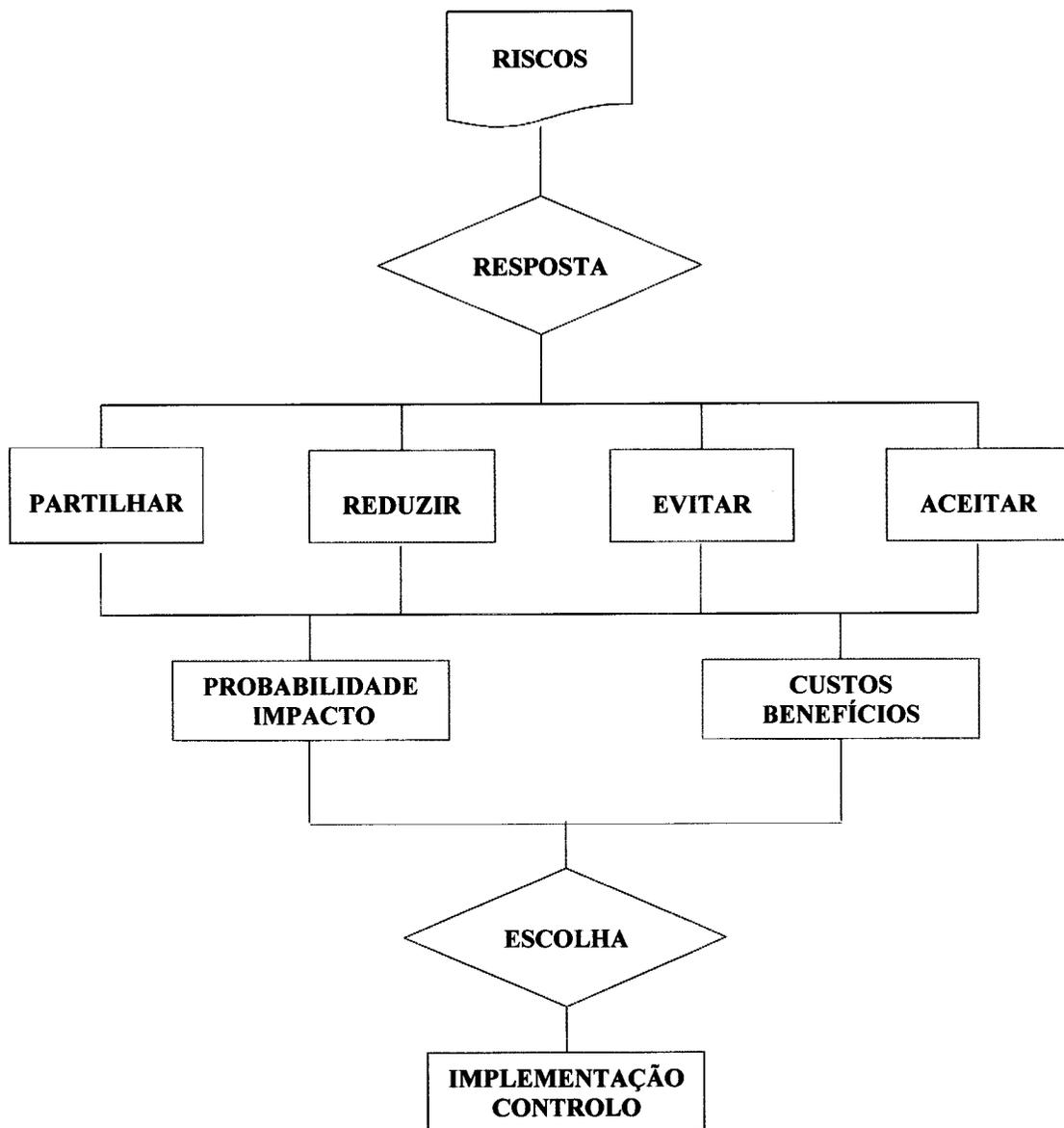
questão tem vindo a despertar o interesse dos administradores, entidades reguladoras, auditores externos e internos e contabilistas para a problemática do controlo interno.

Tal como refere Beja (2004, p.21) “o risco do negócio ganhou uma dimensão nunca experimentada e requer níveis cada vez mais exigentes de controlo e informação, indispensáveis a todos os utilizadores do relato financeiro e de gestão: investidores, gestores e outros *stakeholders* (...)”. Actualmente os debates e opiniões sobre esta realidade têm vindo a por em causa os actuais modelos de gestão tradicionais que são cada vez mais obsoletos e insuficientes perante as exigências da sociedade actual. Beja (2004, p.22) faz referência a escândalos recentes, questionando de certa forma a “suficiência e eficácia dos relatos financeiros e de gestão tradicionais, e do respectivo âmbito da auditoria contabilística e certificação de contas”. As conclusões são as mesmas, o modelo tradicional está de facto obsoleto e “o tema risco do negócio permanece como elemento comum”.

Os escândalos financeiros que ocorreram em grandes empresas contribuíram certamente para uma nova consciencialização das empresas para a necessidade da gestão do risco e para a prática de uma boa governação empresarial. Segundo Salgueiro (2006, p.187) as novas tendências associadas à gestão do risco impõem outras preocupações por parte dos órgãos de gestão que passa por um maior enfoque na prática do controlo interno. Deste modo o conceito tradicional de auditoria interna é insuficiente para o bom desempenho organizacional e a gestão do risco assume um papel preponderante na organização. Aos profissionais de auditoria interna impõem-se outros desafios nomeadamente a gestão do risco que passa a constituir um vector importante da sua actividade (Silva, 2005, p.8).

Segundo Silva (2006, pp.10-11) num ambiente de globalização é fundamental a eficácia que a gestão do risco assume nas organizações. Nesta vertente, o autor considera como “componentes da gestão e da auditoria do risco: (i) ambiente interno; (ii) fixação de objectivos; (iii) identificação dos acontecimento; (iv) avaliação dos riscos; e (v) respostas aos riscos.” O autor considera ainda importante analisar o ambiente externo à empresa para melhorar o trabalho a efectuar internamente em termos de auditoria interna e gestão do risco de forma a dar resposta aos riscos identificados.

Figura 2.7 – Gestão do risco



Fonte: Silva (2006, p.11)

2.2.7. Organismos emissores de *standards* de gestão de risco

A gestão do risco é uma temática cada vez mais em foco nas organizações e têm vindo a merecer a atenção de alguns organismos que emitem *standards* criadas com o intuito de fornecer orientações às organizações sobre como actuar ao nível da gestão do risco.

De seguida são referidos diversos organismos sobretudo internacionais que desenvolvem trabalho nesta área.

2.2.7.1. The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)

O COSO é uma organização voluntária do sector privado, constituída em 1985 com o objectivo de dar orientações sobre boas práticas de gestão organizacional, ética empresarial, controlo interno, gestão do risco, fraude e emissão de relatórios financeiros¹⁸. É constituída por vários organismos nomeadamente:

- American Accounting Association;
- American Institute of Certified Public Accountants;
- Institute of Management Accountants;
- Financial Executives Institute;
- The Institute of Internal Auditors.

Em 2001, dada a necessidade de um documento com enfoque na gestão de riscos, o COSO solicitou à *PricewaterhouseCoopers* o desenvolvimento de um projecto que se consubstanciou no “*Enterprise Risk Management - Integrated Framework*”¹⁹ emitido em Setembro de 2004. Em 2007 foi emitida a versão “Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada”²⁰.

De acordo com Almeida (2005, p.11) este “*standard proporciona aos Conselhos de Administração e aos gestores um guia para identificar, avaliar e gerir os riscos, de forma a potenciar as oportunidades e aumentar o valor da Organização.*”

De acordo com o COSO a definição de *Enterprise Risk Management* (ERM) é ampla e engloba diversos conceitos fundamentais, e é definido como um processo contínuo desenvolvido pela Administração e outros elementos de uma entidade, tendo em conta a

¹⁸ Disponível em <http://www.coso.org/>

¹⁹ Disponível em http://www.coso.org/Publications/ERM/COSO_ERM_ExecutiveSummary.pdf

²⁰ Disponível em http://www.coso.org/documents/COSO_ERM_ExecutiveSummary_Portuguese.pdf

definição de estratégias para identificar eventuais situações que possam afectar a entidade e gerir os riscos para garantir uma segurança na consecução dos objectivos.

2.2.7.2. Federation of European Risk Management Associations (FERMA)

A FERMA é uma federação criada em 1974 sob a designação inicial de “*Association Européenne des Assurés de l'Industrie (AEAI)*” como uma associação internacional cujo objectivo era a troca de experiências. Actualmente reúne 20 associações europeias de gestão do risco de 18 países europeus²¹, representando mais de 4800 membros individuais de diversos sectores empresariais: indústria, serviços financeiros, organizações de saúde, entre outras.²² Este organismo tem como principal objectivo apoiar os seus membros na utilização eficaz de gestão de riscos na Europa.

A FERMA aprovou a Norma de Gestão de Riscos (“*Risk Management Standard*”) publicada em 2002 e que resultou de um trabalho levado a cabo por organizações de gestão de riscos do Reino Unido²³. Esta norma traça um processo estratégico, com início nos objectivos globais da organização e que passa pela identificação, avaliação e mitigação de risco e, finalmente, a transferência de alguns desses riscos.

Segundo Almeida (2005, p.22) esta norma “contém o desenvolvimento do processo, estrutura, organização e responsabilidade da gestão de risco, bom como um conjunto de anexos de métodos e técnicas de análise.” A norma refere a utilização, sempre que possível, da terminologia para o risco definida pela Organização Internacional de Normalização (ISO) no seu recente documento, ISO/IEC Guide 73 Risk Management - Vocabulary - Guidelines for use in standards.²⁴

²¹ Bélgica, Bulgária, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Noruega, Polónia, Portugal, Holanda, Itália, Rússia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido.

²² Consultado em <http://www.ferma.eu/AboutFERMA/WhatIsFERMA/tabid/89/Default.aspx>, 15/12/2009.

²³ The Institute of Risk Management (IRM), The Association of Insurance and Risk Managers (AIRMIC) e ALARM The National Forum for Risk Management in the Public Sector.

²⁴ Consultado em [http://www.ferma.eu/Portals/2/documents/RMS/RMS-Port\(2\).pdf](http://www.ferma.eu/Portals/2/documents/RMS/RMS-Port(2).pdf), 15/12/2009.

2.2.7.3. The Institute of Internal Auditors (IIA)

O IIA emitiu as normas internacionais para a prática da auditoria interna (*International Standards for the Professional Practice of Internal Auditing*²⁵) que integra uma norma sobre gestão do risco: Norma 2120 – Gestão do Risco refere que “a actividade de auditoria interna deve avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria dos processo de gestão dos riscos.” Assim, o auditor interno deve avaliar se:

- os objectivos organizacionais estão em consonância com a missão da organização;
- os riscos relevantes estão identificados e são avaliados;
- as respostas aos riscos são adequadas;
- as informações relevantes dos riscos são comunicadas internamente na organização em tempo útil.

Segundo Albino (2007, p.27) e de acordo com a norma acima referida “a actividade de auditoria interna deve monitorizar e avaliar a eficácia dos sistemas de gestão do risco da organização.”

2.2.7.4. International Organization for Standardization (ISO)

A ISO é uma das maiores organizações internacionais que publica *standards* e é coordenada por uma Secretaria-geral situada na Suíça. É uma organização não-governamental que estabelece a ponte entre os sectores público e privado e constituída por uma rede de institutos nacionais de normas, representando 162 países.²⁶

Publicou a ISSO/IEC Guide 73:2002 já actualmente revista pela ISO Guide 73:2009 “*Risk mangement – Vocabulary*” que fornece conceitos relacionados com a gestão de riscos. O principal objectivo desta norma é incentivar a compreensão mútua e consistente e uma abordagem coerente das actividades relacionadas com a gestão do

²⁵ Disponível em <http://www.theiia.org/guidance/standards%2Dand%2Dguidance/ippf/standards/>, 20/12/2009.

²⁶ Disponível em <http://www.iso.org/iso/about.htm>, 20/12/2009.

risco, assim como, a utilização de uma terminologia uniforme em processos e estruturas que tratam da gestão de risco.²⁷ Estabelece, através da ISO 31000:2009, princípios e directrizes genéricas sobre a gestão do risco que podem ser aplicados a qualquer organização. A ISO/IEC 31010:2009 – “*Risk management – Risk assessment techniques*” fornece orientação sobre a selecção e aplicação de técnicas para avaliação de risco.

2.2.7.5. Associação Portuguesa de Gestão de Riscos e Seguros (APOGERIS)

Esta associação, sem fins lucrativos, foi criada em 2002 por iniciativa de diversos responsáveis pela gestão de riscos e seguros de empresas de vários sectores: industrial, comercial, serviços, e seguradoras com o objectivo de: “promover a gestão de riscos e seguros como uma disciplina e profissão” e “contribuir para o desenvolvimento do conhecimento nesta disciplina”.²⁸ Pretende abranger qualquer tipo de organização pois considera que esta matéria da gestão do risco e seguros é de aplicação generalizada. Neste sentido, promove várias actividades com o intuito de acompanhar e divulgar os desenvolvimentos nesta área junto dos seus associados.

2.2.8. O controlo interno e a gestão do risco

O controlo interno tem assumido ao longo dos anos várias abordagens embora se considere desde sempre fundamental nas organizações e com um papel determinante no trabalho de auditoria, tal como referem as Normas Técnicas de Revisão/Auditoria (NRT/A) da OROC no §3 “*O revisor/auditor deve avaliar a forma como o sistema de controlo interno efectivamente funciona e, nos sistemas de informação computadorizados, tomarem consideração a forma como eles afectam a revisão/auditoria.*”²⁹

²⁷ Disponível em http://www.iso.org/iso/iso_catalogue/catalogue_tc/catalogue_detail.htm?csnumber=44651, 20/12/2009.

²⁸ Disponível em <http://apogeris.pt/>

²⁹ Disponível em www.oroc.pt

Segundo Pinheiro (2008, p.99) a primeira utilização da terminologia de controlo interno data de 1949 num estudo levado a cabo pelo AICPA. Este organismo no seu *Statement on Auditing Procedure* 54 que versa sobre “*The auditor’s study on evaluation of internal control*” faz a diferenciação entre o controlo interno administrativo directamente relacionado com os procedimentos em termos de organização administrativa e o controlo interno contabilístico mais direccionado para os registos contabilísticos (cit. in Costa, 2007, p.206).

O IIA (cit. in Costa, 2007, p.207) faz referência a alguns objectivos do controlo interno, nomeadamente:

- *“a confiança e a integridade da informação;*
- *o cumprimento das políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis;*
- *a salvaguarda dos activos;*
- *a utilização económica e eficiente dos recursos;*
- *a realização dos objectivos e metas fixados para as operações ou programas.”*

Em termos de conceitos cita-se a definição dada pela Comissão Treadway “*processo desenvolvido pela Administração, gestão e restante pessoal com a finalidade de oferecer uma garantia razoável de que os objectivos da organização são atingidos.*” (cit. in Pinheiro, 2008, p.100).

Ao nível do normativo nacional a Directriz de Revisão/Auditoria (DRA) 410 – Controlo Interno da OROC define no §4³⁰:

“Sistema de controlo interno significa todas as políticas e procedimentos (controles internos) adoptados pela gestão de uma entidade que contribuam para a obtenção dos objectivos da gestão de assegurar, tanto quanto praticável, a condução ordenada e eficiente do seu negócio, incluindo a aderência às políticas da gestão, a salvaguarda de activos, a prevenção e detecção de fraude e erros, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira credível.”

³⁰ Disponível no Manual do ROC

A nível internacional a *International Standard on Auditing* (ISA) 315 (refeita) – Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material por Meio da Compreensão da Entidade e do seu Ambiente, no §4 c), apresenta o seguinte conceito:

“Controlo interno – O processo concebido, implementado e mantido pelos encarregados da governação, pela gerência e por outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objectivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações, e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. O termo “controles” refere-se a quaisquer aspectos de um ou mais dos componentes do controlo interno.”³¹

Defende-se, a teoria que todas as organizações devem ter um sistema de controlo implementado mais ou menos complexo em função da sua dimensão e da complexidade da sua estrutura organizacional (ISA 315, §45).

Tal como refere Albino (2007, p.2) em meados dos anos noventa pretendia-se que os auditores identificassem os pontos fracos das organizações e efectuassem recomendações de melhoria do sistema de controlo interno.

Em 1992, o COSO publicou o relatório sobre o controlo interno intitulado *“Internal Control – Integrated Framework”* desenvolvendo um conceito multi-dimensional de controlo interno ainda hoje é aceite como válido em termos universais.

Segundo o COSO:

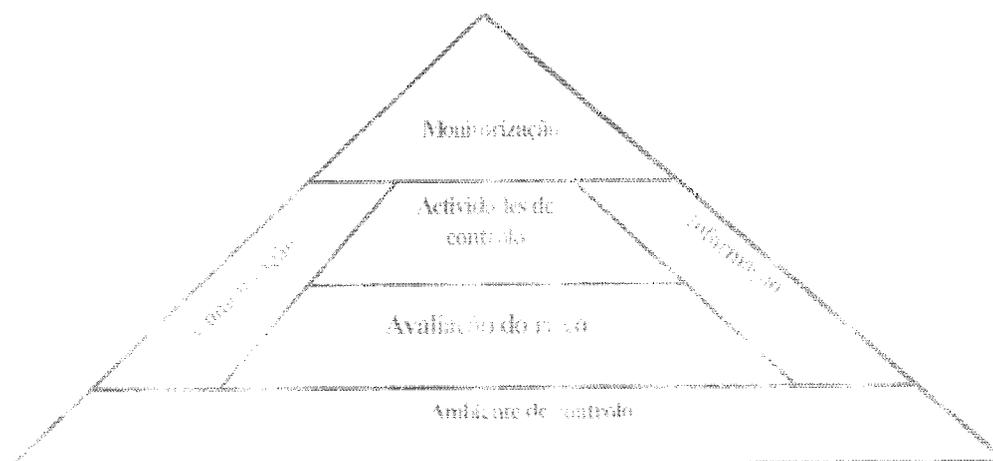
“o controlo interno é um processo, conduzido pelo Conselho de Administração, gerência e outro pessoal de uma organização, projectado para fornecer uma garantia razoável relativa à realização dos seguintes objectivos:

- eficácia e eficiência das operações;*
- confiança na informação financeira;*
- cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.”*

Nesta perspectiva, o controlo interno engloba cinco componentes interrelacionadas entre si que são fundamentais para uma efectiva gestão do risco de acordo com a figura seguinte:

³¹ Disponível no Manual do ROC

Figura 2.8 – Matriz do COSO



Fonte: Adaptado da Directriz de Revisão/Auditoria 410 – Controlo Interno

De acordo com a DRA 410, §5 o sistema de controlo interno é constituído pelos cinco componentes interligados tal como apresentado na figura anterior:

- Ambiente de controlo

É a base do controlo interno e diz respeito à postura da administração que assume um papel determinante, devendo indicar quais as políticas e procedimentos adoptados na organização. Dado que a implementação de um sistema de controlo interno é da responsabilidade dos órgãos de gestão o ambiente de controlo é no fundo o ponto de partida para os outros componentes do controlo interno.

- Avaliação do risco

Depois de estabelecidos e clarificados os objectivos da organização, esta deve identificar, controlar e gerir os riscos relevantes que podem afectar o cumprimento desses objectivos pré-estabelecidos.

- Procedimentos de controlo (Actividades de controlo)

Compreende as políticas e os procedimentos que permitem assegurar o cumprimento das directivas da gestão. Engloba um conjunto de actividades tais como: aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, segregação de funções, avaliações de *performance*.

Podem abranger sistemas manuais ou sistemas de tecnologias de informação e quando executadas em tempo útil e de forma adequada permitem reduzir os riscos identificados.

- Informação e Comunicação

São essenciais para o bom funcionamento do controlo interno. A comunicação permite que a informação importante seja identificada, classificada e colocada à disposição em tempo útil para a tomada de decisão.

- Monitorização

Traduz-se no acompanhamento do controlo interno ao longo do tempo, através da manutenção contínua das actividades tais como: auto-avaliações, revisões e auditoria interna. Este componente avalia no fundo a qualidade do desempenho do controlo interno ao longo do tempo.

2.2.9. Planos de gestão do risco e a fraude

Os escândalos financeiros ocorridos nos últimos anos levam a questionar a responsabilidade dos auditores perante tais situações, quase esquecendo que o objectivo da auditoria não é de todo a detecção de fraudes. Esta questão leva por vezes à problemática das diferenças de expectativas em auditoria, pois como refere Almeida (2005, p.145) “(...) a fraude e a responsabilidade pela sua detecção e relato estão associadas ao desempenho do auditor.”

Em termos de evolução histórica as responsabilidades e deveres do auditor perante a detecção de fraude Almeida (2005, p.146) refere as seguintes fases:

Quadro nº 2.2 – Evolução da auditoria na detecção de fraude

Períodos	Deveres dos auditores
Até 1844	Fase embrionária da auditoria
1844-1920	O principal objectivo da auditoria era a detecção da fraude
1920-1960	Auditores reconhecem menos responsabilidade perante a detecção de fraudes
1960-1980	Detecção da fraude assumiu novamente relevância na auditoria
Após 1980	Os auditores aceitam divulgar à entidades competentes situações fraudulentas detectadas no decurso da auditoria

Fonte: Adaptado de Almeida (2005, p.146)

A fraude tem sido tema de alguns normativos, nomeadamente a ISA 240³² – “*The auditor’s responsibility to consider fraud in an audit of financial instruments*” (*A Responsabilidade do Auditor ao considerar a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras*) emitida em 2004 pela IFAC, cuja finalidade “é a de estabelecer normas de proporcional orientação sobre a responsabilidade do auditor ao considerar a fraude numa auditoria das demonstrações financeiras” (ISA 240, §1). Esta norma internacional diferencia os conceitos de fraude e erro relativamente à sua intencionalidade, nomeadamente:

- Fraude – é um acto intencional praticado com o objectivo de obter alguma vantagem;
- Erro – trata-se de um acto não intencional que pode implicar distorções nas demonstrações financeiras, tais como enganos relativos à mensuração, reconhecimento ou divulgação de algo.

A ISA 240 estabelece que ao auditor na fase do planeamento de auditoria “deve considerar os riscos de distorções materiais nas demonstrações financeiras devidas a fraude.” (ISA 240, §3). No mesmo âmbito e ainda a nível internacional salienta-se a SAS N° 99 – “*Consideration of Fraud in a Financial Statement Audit*” - emitida pela AICPA em 2002 refere que os auditores devem levar a cabo procedimentos adicionais que possam identificar eventuais situações fraudulentas.

A fraude tem sido considerada por muitos autores como um acto ilegal e ocorre com maior incidência em transacções de alguma complexidade, difíceis muitas vezes de analisar. Porém, a actual situação que se vive de desconfiança, leva a que a preocupação com situações fraudulentas esteja na ordem do dia, impondo por parte dos organismos nacionais e internacionais a criação de mecanismos de regulação e supervisão para travar eventuais situações de corrupção.

Tal como a fraude a gestão do risco assume actualmente uma grande importância na tomada de decisão das organizações privadas e públicas. Envolve uma consciencialização dos órgãos de gestão e de todos os membros da organização para a identificação e análise dos riscos, no sentido de permitir a sua quantificação.

³² Disponível no Manual do ROC

Em 2008, foi criado pela Lei nº 54/2008, de 4 de Setembro o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) “entidade administrativa independente, a funcionar junto do Tribunal de Contas, que desenvolve uma actividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infracções conexas.” (artigo 1º da Lei nº 54/2008).

As suas atribuições e competências estão definidas no artigo 2º da Lei nº 54/2008:

- prevenção da corrupção através de um conjunto de actividades diversas;
- colaboração com entidades públicas na adopção de medidas internas de prevenção de actos de corrupção;
- cooperação em actividades similares com os organismos internacionais.

Neste sentido, o CPC procedeu de imediato ao levantamento destas situações e aprovou, um questionário sobre avaliação da gestão dos riscos de corrupção e infracções conexas nas áreas da contratação pública e da concessão de benefícios públicos (Aviso nº 5882/2009, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 55 de 19 de Março de 2009)³³. As respostas obtidas revelam riscos elevados de corrupção que têm que ser prevenidos por planos adequados.

No seguimento destes resultados o CPC aprovou, em 1 de Julho de 2009, a Recomendação nº 1/2009 sobre “Planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas” solicitando a todas as entidades, que de acordo com o artigo 9º da Lei nº 54/2008, de 4 de Setembro devem colaborar com o CPC - “entidades públicas, organismos, serviços e agentes da administração central, regional e local, bem como as entidades do sector público empresarial”, a elaboração no prazo de 90 dias de planos de gestão de risco de corrupção e infracções conexas, constituídos por um conjunto de informações, nomeadamente:

- Identificação dos riscos de corrupção conexos relativos a cada área ou departamento;
- Indicação de medidas preventivas adoptadas para minimizar essas situações;
- Indicação dos responsáveis pela gestão do respectivo plano;
- Elaboração de um relatório anual sobre a execução do plano.

³³ Disponível em <http://www.cp-corrupcao.tcontas.pt/>, Dezembro de 2009.

O Guião³⁴ para a elaboração de Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e infracções conexas é composto pelas seguintes partes:

- “Parte I – Atribuições da entidade, organograma e identificação dos responsáveis;
- Parte II – Identificação dos riscos de corrupção e infracções conexas;
- Parte III – Medidas preventivas dos riscos;
- Parte IV – Estratégias de aferição da efectividade, utilidade, eficácia e eventual correcção das medidas propostas.”

É de referir a Norma 2120.A2 do IIA que estabelece que a actividade de auditoria interna deve avaliar a probabilidade de ocorrência de fraudes e de que modo é que a organização gere os riscos de fraude.

Recentemente o IIA emitiu um guia prático “*Internal Auditing and Fraud*” que aborda a problemática da fraude e fornece orientações gerais para ajudar os auditores internos no cumprimento das normas profissionais.

Para ajudar as organizações e os auditores internos a combater a fraude, o guia aborda aspectos bastante importantes, nomeadamente³⁵: (i) as razões que levam a situações fraudulentas; (ii) as responsabilidades da auditoria interna em comunicar eventuais situações de fraude; (iii) avaliação do risco de fraude; (iv) prevenção, detecção e investigação de fraude; (v) opinião sobre os controlos internos relacionados com a fraude; e (vi) um modelo de avaliação de risco de fraude.

2.3. Levantamento de estudos empíricos já desenvolvidos

Este ponto do trabalho pretende evidenciar alguns estudos empíricos para melhor analisar o estado da arte na área da análise e gestão do risco (*risk management*) e a sua relação com a auditoria. Mais, concretamente a abordagem da auditoria interna baseada no risco.

³⁴ Disponível em http://www.cpc.tcontas.pt/documentos/proposta_de_estrutura_de_plano_de_risco.pdf, Dezembro de 2009.

³⁵ Disponível em <http://www.theiia.org/guidance/standards-and-guidance/ippf/practice-guides/internal-auditing-and-fraud-1/>, Dezembro de 2009.

2.3.1. Estudos empíricos sobre a abordagem da auditoria baseada no risco

David McNamee (1997) defende uma perspectiva de auditoria baseada no risco, referindo que esta abordagem acresce maior valor à organização na medida em que possibilita focalizar o trabalho de auditoria nas áreas consideradas mais relevantes. Relativamente ao valor atribuído à auditoria baseada no risco, refere um estudo levado a cabo pela delegação do Instituto de Auditores Internos de Austin cujas conclusões apontam falhas na utilização desta abordagem de auditoria em pelo menos um terço dos departamentos de auditoria analisados. O autor refere algumas das razões que também foram de certo modo apontadas noutras pesquisas efectuadas, e entre outras refere a dificuldade na compreensão do conceito de risco e a ideia de que a avaliação do risco exige conhecimentos sofisticados de softwares específicos. Neste estudo é ainda referido pelo autor o caso do Royal Bank³⁶ que tem vindo a desenvolver um modelo abrangente do risco dividido em três níveis e incluindo dez riscos primários nos serviços financeiros, que é utilizado em todas as decisões importantes. Nesse sentido os serviços de auditoria interna do Royal Bank utilizam o risco no desenvolvimento de cada auditoria e os próprios relatórios de auditoria incluem uma abordagem baseada no risco.

Um estudo conduzido pela KPMG's e apresentado por **A. Holzinger (1999)** revela a necessidade da função de auditoria interna adoptar futuramente uma visão baseada no risco de forma a permitir um maior valor acrescentado quer para a organização quer para os accionistas. O estudo teve como metodologia a realização de entrevistas efectuadas a uma amostra constituída por 201 executivos seniores e 99 responsáveis de auditoria interna. Os resultados obtidos evidenciam que cerca de 66% dos seniores executivos entrevistados consideram importante o entendimento por parte dos auditores internos das maiores práticas de negócio que enfrentam as suas organizações, enquanto 50% defendem que os auditores internos devem ter a possibilidade de avaliar e gerir os riscos relacionados com a própria organização. O estudo revela ainda que alguns destes inquiridos estão satisfeitos com a performance alcançada nestas duas áreas. Cerca de 27% avalia satisfatoriamente a compreensão dos assuntos de negócio e 13% estão satisfeitos com a avaliação e gestão do risco que é efectuada nos departamentos de

³⁶ O maior banco do Canadá e uma das mais importantes instituições de serviços financeiros reconhecida em todo o mundo.

auditoria interna. Relativamente aos responsáveis de auditoria interna 72% dos inquiridos consideram importante ter um controlo apertado sobre os negócios da empresa enquanto 66% consideram que se deve avaliar e gerir os riscos. Assim, este estudo revela pois a preocupação da mudança de paradigma de uma auditoria tradicional baseada essencialmente no controlo para uma auditoria baseada na avaliação e gestão do risco.

David McNamee e Georges Selim (1999) efectuaram várias investigações no âmbito do *risk management* mais concretamente ao nível da abordagem da auditoria baseada no risco. Neste estudo defendem que este tipo de abordagem da auditoria permite dar resposta a algumas questões que a auditoria baseada no controlo não consegue e considera que é de extrema importância para um melhor desempenho da auditoria interna e da gestão do risco empresarial.

Fazem referência a alguns modelos de controlo como o modelo COSO nos Estados Unidos, o modelo *Cadbury* no Reino Unido, o modelo COCO no Canadá e Relatório *King* no Sul de África constituíram importantes marcos para o progresso da auditoria interna. No entanto, consideram que estes modelos deverão ser alargados no sentido de permitir aos auditores uma abordagem ao nível da gestão do risco. Referem ainda, que os auditores internos normalmente efectuam o seu trabalho começando por analisar o sistema de controlo interno quando deveriam sim analisar o seu propósito o que leva a que muitas vezes acabem por analisar coisas erradas. Esta situação, na opinião dos autores deve-se ao facto de os auditores serem treinados para examinar o sistema de controlo interno. O modelo COSO e a sua estrutura veio marcar a primeira vez em que todos os *stakeholders* concordaram numa definição de controlo interno, tendo este modelo apresentado uma dimensão multidimensional do mesmo.

Reconhecem também algumas limitações na abordagem da auditoria baseada apenas no controlo pois será difícil obter bons resultados quando se examina os controles sem primeiramente avaliar o processo empresarial e todos os seus riscos.

Esta ideia leva-nos para a questão da importância do conhecimento do negócio quando se pretende auditar uma determinada organização. Referem ainda, que os auditores internos examinam actividades de controlo projectadas para um determinado momento, podendo as mesmas não ser relevantes para os actuais riscos da organização. Cada vez

mais os gestores operam no presente e no futuro sendo necessário o esforço dos auditores internos para acompanhar e apoiar a administração.

Neste sentido, os autores referem que a auditoria baseada no risco provoca grandes alterações no modo como os auditores internos encaram o controlo e o risco. A abordagem da auditoria será focalizada para o presente e a forma de lidar com o futuro, até porque considera que a administração da empresa dará mais valor a relatórios de auditoria interna baseados no risco do que baseados simplesmente em controlos. O objectivo da auditoria baseada no risco é, essencialmente, analisar a forma como os gestores da organização lidam com os riscos. Os autores referem alguns exemplos (McNamee e Selim, 1999, p.37):

- “exercer um controlo sobre as actividades organizacionais que ainda representem mais de 90% das estratégias de gestão do risco;
- evitar o risco envolve o redesenho do processo de negócio para mudar o padrão do risco inerente;
- diversificar o risco significa dispersar o risco total por um determinado número de operações, tal como dividir o fornecimento de matérias-primas críticas por vários fornecedores. Planos contínuos de negócio utilizam frequentemente esta técnica;
- Compartilhar e transferir risco envolve geralmente um contrato com outras entidades que aceite todos ou alguns dos riscos financeiros em troca de uma taxa. Os seguros são um exemplo dessas técnicas;
- Aceitar os riscos separando auditoria baseada no risco de outras abordagens de auditoria (...).”

Os autores referem que “em todo o mundo os auditores internos adoptam várias formas de auditoria baseada no risco como a maioria das grandes empresas públicas de contabilidade que provêem serviços de auditoria interna. A expansão da auditoria baseada no risco é um próximo passo importante para melhorar o desempenho da auditoria interna e a gestão do risco integrada.” (McNamee e Selim, 1999, p.37).

Na opinião dos autores a profissão de auditoria interna precisa de uma estrutura de risco empresarial que envolva noções sobre risco e gestão do risco. Assim, entende-se que

esta estrutura constitua a próxima etapa para o processo de gestão do risco e de uma auditoria interna integrada.

Georges Selim e David McNamee (1999a) realizaram um estudo cujo objectivo é descrever a metodologia usada pelos investigadores nas suas pesquisas e as descobertas relativas aos componentes essenciais para o sucesso da mudança de paradigma ao nível da auditoria interna que passa pelo desenvolvimento da avaliação, gestão e comunicação do risco. Os autores utilizaram como metodologia as entrevistas realizadas a uma amostra de 29 organizações³⁷ pertencentes a diversos tipos de empresas do sector público e privado, localizadas em várias partes do mundo e identificadas como as maiores líderes na prática da gestão do risco. O período de análise foi de Março de 1997 até Junho de 1998 e as organizações foram identificadas através de:

- publicações profissionais e empresariais;
- pesquisas de Internet;
- consultas com os principais profissionais da gestão do risco e com associações profissionais.

Os autores consideraram que este grupo de organizações seria representativo das melhores práticas mundiais da gestão do risco, uma vez que muitas delas são multinacionais com riscos expostos na Ásia, África e Sul da América.

O estudo foi desenvolvido em duas fases. A fase 1 correspondente ao desenvolvimento do modelo e constituída por 15 organizações com a seguinte distribuição: 1 organização do Norte de América (sector privado - serviços financeiros), 6 organizações do Pacífico Sul (uma do sector privado – indústria primária e cinco do sector público – governo nacional) e 8 organizações da Europa todas pertencentes ao sector privado (1 – indústria primária; 2 – fabricação; 2 – serviços; 3 - serviços financeiros). Esta fase teve como objectivo obter uma proposta de modelo descritivo da melhor prática e tornou-se no *input* do segundo grupo de entrevistas.

A fase 2 teve como objectivo a validação do modelo desenvolvido na fase 1 e foi constituída por 14 organizações com a seguinte distribuição: 4 organizações do Norte da América (2 do sector privado – fabricação e utilidades; 2 do sector público – governo

³⁷ As organizações da amostra seleccionada pertenciam à Europa, Norte da América (mais concretamente USA e Canadá) e Pacífico Sul (Austrália e Nova Zelândia).

local), 7 organizações do Pacífico Sul pertencentes ao sector privado (2 – indústria primária; 1 – fabricação; 2 – serviços; 1 – utilidades; 1 – serviços financeiros) e 3 organizações da Europa pertencentes ao sector privado (1 – fabricação; 1 – serviços; 1 – serviços financeiros).

Assim, o estudo englobou na primeira fase 15 organizações (10 do sector privado e 5 do sector público) e na segunda fase 14 organizações (12 do sector privado e 2 do sector público) num total de 29 entidades analisadas.

Segundo Selim e McNamee (1999a) os resultados obtidos das entrevistas realizadas na primeira fase indicaram algumas ideias chave sobre a melhor forma de funcionamento entre a auditoria interna e a gestão do risco e também certas ferramentas e técnicas para tornar o processo de auditoria interno mais eficiente e eficaz neste contexto. Estas ideias permitiram aos autores desenvolver a segunda fase do estudo procurando a validação do modelo descritivo através de entrevistas ao segundo grupo de organizações cujo objectivo era validar a relevância e utilidade do modelo para a prática. O modelo é composto por vários elementos da estrutura da gestão do risco tais como avaliação do risco, gestão do risco e comunicação do risco. Os autores identificaram seis entendimentos deste processo:

- “(i) participação conjunta da gestão do risco e da auditoria interna na determinação e compreensão do risco estratégico;
- (ii) estabelecer relações importantes entre processos estratégico e os riscos e entre os processos operacionais e os riscos;
- (iii) destacar a comunicação necessária entre os planos estratégicos e o plano do universo de auditoria e também entre o negócio operacional e os planos anuais de auditoria;
- (iv) apreciação de que o universo de auditoria não está somente relacionado com o plano estratégico deriva dele;
- (v) aceitar que o plano anual de auditoria é derivado de tal modo como apoio do plano anual de negócio;
- (vi) demonstrar a troca de paradigma da auditoria de controlo para a auditoria baseada no risco.” (Selim e McNamee, 1999a, p.149).

O modelo descritivo integrado de gestão de risco e auditoria interna referido pelos autores é composto pelos seguintes componentes: “objectivos de negócio; modelos,

abordagens e cenários específicos da indústria; reconhecimento e apreciação do risco de negócio; processo de planeamento estratégico; interesses do comité de auditoria; desempenho da gestão e sistemas de recompensa; universo de auditoria; plano anual de negócio; plano anual de auditoria.” (Selim e McNamee, 1999a, pp.153-154).

Os autores registaram alicerces essenciais que constituem factores chave de sucesso na organização para permitir o desenvolvimento do inter-relacionamento entre a gestão do risco e a auditoria interna. Segundo os autores esses factores são por um lado a cultura e um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos necessários para que o auditor interno possa operar num novo ambiente.

Segundo Selim e McNamee (1999a) as conclusões mais notáveis desta investigação visíveis em ambas as fases do estudo têm a ver com a cultura da organização dado que cerca de 93% das organizações consideraram que a cultura organizacional é bastante influenciada pela aceitação tácita de que os riscos de negócio são soberanos em todas as decisões relativas aos níveis estratégicos e táticos. Por outro lado, o estudo concluiu ainda que em 55% das organizações os responsáveis dos auditores internos mencionaram que a auditoria baseada no risco necessita de uma nova abordagem para o recrutamento de auditores internos o que implica a selecção de pessoas com conhecimentos ao nível de riscos de negócio de diferentes unidades de negócio.

Os autores concluíram assim que a mudança de paradigma para uma auditoria baseada no risco influencia na determinação das orientações estratégicas das organizações, e é necessário que a auditoria interna inclua no controlo das suas actividades técnicas de gestão do risco.

Richard W. Houston, Michael F. Peters e Jamie H. Pratt (1999) realizaram uma investigação com o objectivo de identificar condições em que o modelo de risco de auditoria influencia ou não as decisões ao nível do planeamento de auditoria quer em termos de investimento quer em termos de fixação de preços. A amostra integrou trinta e quatro profissionais de auditoria e gerentes de quatro de 5 grandes empresas de contabilidade. Para cada uma foram considerados dois casos de risco elevado quando um engano material era revelado à medida que eram conduzidos os preliminares das análises e inquéritos efectuados às perspectivas contabilísticas de cada cliente.

Testaram várias hipóteses nomeadamente ao nível da relação entre o risco de erros e irregularidades e a necessidade da existência de um prémio de auditoria.

Segundo os autores “os auditores avaliaram os elementos do modelo de risco de auditoria e o risco empresarial e fizeram recomendações para o investimento e taxas de auditoria antes e depois de descobrir o engano.”

Os resultados que apoiaram as hipóteses sugerem que a capacidade do modelo de risco de auditoria para descrever o investimento no planeamento de auditoria e a inclinação do auditor para incluir o prémio de risco nas taxas de auditoria depende da natureza dos riscos que estão presentes na auditoria.

Para desenvolver o seu estudo os autores utilizaram o modelo de risco de auditoria e um modelo de planeamento de auditoria para fornecer uma estrutura para o desenvolvimento de hipóteses.

- Modelo de risco de auditoria e a explicação do investimento de auditoria, tendo sido considerada a seguinte expressão adaptada da SAS 47:

$$\text{Risco de detecção} = \frac{\text{Risco de auditoria aceitável}}{\text{Risco inerente} \times \text{Risco de controlo}}$$

Tal como é referenciado por Houston *et al.* (1999) e na SAS 47 o risco de auditoria aceitável é fixado pelo auditor e traduz-se na probabilidade que os auditores estão dispostos a aceitar quando emitem opiniões inadequadas sobre as demonstrações financeiras. O risco inerente traduz-se na probabilidade de um saldo de uma conta ou classe de transacções conter um erro materialmente relevante antes de considerar a eficácia do sistema de controlo interno. Este risco é avaliado pelo auditor. O risco de controlo é a probabilidade de que um erro materialmente relevante não seja previsto ou detectado em tempo oportuno pelo sistema de controlo interno. Este risco é avaliado pelo auditor. O risco de detecção é o nível tolerável de risco que os procedimentos de auditoria não detectem os erros materialmente relevantes. Como tal, este risco é controlável pelo auditor pois depende dos procedimentos de auditoria aplicados.

- Modelo de planeamento de auditoria e as declarações de honorários de auditoria

Relativamente a esta questão os autores usaram um modelo já desenvolvido por Simunic em 1980 e usado por Pratt and Stice em 1994 e modificaram-no para

representar o total dos custos esperados ($E(c)$) da auditoria de acordo com a seguinte fórmula:

$$E(c) = cq + [E(d) \times E(r)] + [E(f) \times E(p)]$$

Em que:

c - custo de factor por unidade dos recursos externos do auditor incluindo todos os custos de oportunidade;

q – quantidade de recursos utilizados pelo auditor no desempenho do exame de auditoria;

$E(d)$ – valor presente esperado de possíveis perdas futuras incorridas pelo cliente stakeholders que estão associadas com os enganos não descobertos no período das demonstrações financeiras;

$E(r)$ – probabilidade esperada de que o auditor será responsabilizado pelas perdas do cliente stakeholders associadas com os enganos não descobertos no período das demonstrações financeiras;

$E(f)$ – valor presente esperado de possíveis perdas futuras causado por ter sido identificado no período das demonstrações financeiras factores diferentes do que enganos não descobertos;

$E(p)$ – probabilidade esperada que o auditor sofra perdas devido a ter identificado no período das demonstrações financeiras factores diferentes do que enganos não descobertos;

Assim, os autores referem que neste modelo a expressão $[E(d) \times E(r)]$ e $[E(f) \times E(p)]$ representa os custos esperados do risco de negócio, sendo que $[E(d) \times E(r)]$ representa os custos associados com a não detecção de enganos relevantes enquanto $[E(f) \times E(p)]$ representa os custos associados com factores diferentes da não detecção de enganos relevantes.

De acordo com o modelo as auditorias são planeadas do seguinte modo:

- 1) avaliação do nível de risco de negócio;
- 2) investimento em auditoria até ao ponto em que a redução marginal nos custos do risco de negócio de uma unidade adicional de auditoria é igual ao custo marginal dessa unidade de auditoria. Em situação de equilíbrio as taxas de

auditoria são fixadas de forma a cobrir o total dos custos esperados de auditoria que incluem um lucro normal.

Os autores formularam algumas hipóteses que foram testadas através de duas regressões e os resultados obtidos indicaram que os auditores percebem um maior risco quando o erro e a irregularidade são descobertos e recomendam aumentos para o investimento e as taxas de auditoria. Os resultados também indicam que na presença de um erro o modelo de risco de auditoria domina o risco de negócio na explicação do investimento no planeamento de auditoria e a taxa não contém o prémio de risco. Por outro lado, se estivermos em presença de uma irregularidade o risco de negócio domina o modelo de risco de auditoria na explicação do investimento no planeamento de auditoria e a taxa contém um prémio de risco. Assim, os autores referem que estes resultados sugerem que o modelo de risco de auditoria, como um padrão profissional, fornece um útil guião quando o risco de erros são elevados mas o mesmo não acontece quando o risco de irregularidade é elevado.

Curtis C. Verschoor (2002) considera que deve existir por parte dos auditores internos um maior envolvimento no processo de gestão do risco das organizações a que pertencem. O autor refere um estudo efectuado pela empresa Ernst & Young em 2001 sobre as práticas de gestão do risco em 50 organizações, salientando que apenas 16% das organizações da amostra apresentam um processo de gestão do risco em toda a organização.

Brian W. Merkley e Jerry A. Miccolis (2002) fazem menção a um estudo baseado em entrevistas efectuadas a 130 executivos de empresas de vários sectores de actividade que mostra claramente que os líderes do ERM não são provenientes da área da gestão do risco mas sim da auditoria interna.

No seguimento da definição da função de auditoria interna adoptada pelo Institute of Internal Auditors (IIA) em 1999, que a define como “uma actividade independente, objectiva e de consultoria destinada a agregar valor e melhorar as operações da organização” (in IIA, 2000, cit. por Nagy et al), **Albert L. Nagy et al (2002)** efectuaram um estudo com o objectivo de analisar a nova definição de auditoria interna, em que utilizaram como metodologia as entrevistas realizadas a 11 responsáveis pela auditoria

interna de grandes empresas. As entrevistas foram estruturadas em quatro áreas de interesse: (i) alcance da auditoria – com o objectivo de analisar a orientação do departamento de auditoria interna e as alterações existentes; (ii) estrutura organizacional – de modo a identificar a percepção e avaliação do departamento de auditoria interna; (iii) gestão do risco – para perceber como é que o director avalia a gestão do risco e identifica as principais áreas a auditar; e (iv) comité de auditoria – de forma a perceber as expectativas do comité de auditoria face à auditoria interna.

Relativamente às questões efectuadas a propósito da gestão do risco, as conclusões apontam para a utilização de modelos de risco sofisticados na identificação das áreas de maior risco dentro da organização, sendo que todos os entrevistados desempenham actividades de avaliação do risco o que é consistente com a nova definição de auditoria interna, que considera a avaliação do risco como uma das principais funções da auditoria interna.

No entanto, as opiniões divergem no que respeita às técnicas utilizadas para identificar e avaliar os riscos. É de referir também, nas organizações que têm um departamento específico de avaliação do risco, o nível mínimo de coordenação entre a auditoria interna e esse departamento.

A **PriceWaterHouseCoopers (2002b)** desenvolveu alguns estudos com o objectivo de abordar as principais questões estratégicas das organizações no sentido de obter algumas conclusões relativamente às melhores práticas e tendências futuras sobre a gestão do risco. Em Junho de 2002 efectuou um estudo intitulado “*Taming uncertainty: Risk management for the entire enterprise*” baseado em entrevistas efectuadas a representantes das maiores instituições financeiras bem como em resultados de sondagens sobre o processo de gestão do risco (ERM) efectuadas a 14 organizações das mais importantes do mundo ao nível de serviços financeiros.

Segundo a PriceWaterHouseCoopers as conclusões obtidas permitem identificar dez atributos principais relacionados com uma cultura de gestão do risco, sendo que algumas das instituições de serviços financeiros da amostra já adquiriram alguns destes atributos. Os dez atributos referidos no estudo são os seguintes:

- (1) “igual atenção é prestada aos riscos quantificáveis e inquantificáveis;
- (2) os riscos são identificados, relatados e quantificados até à maior extensão possível;

- (3) uma consciência de risco penetra o empreendimento;
- (4) a gestão do risco é da responsabilidade de todos;
- (5) os gestores do risco têm poderes próprios;
- (6) a empresa evita produtos e negócios que não sejam entendidos;
- (7) a incerteza é aceite;
- (8) os gestores do risco são acompanhados;
- (9) a gestão do risco atribui valor;
- (10) a cultura de risco é definida e guardada.

As respostas obtidas indicam que relativamente ao atributo (2) apenas 15% das organizações não têm sistemas fortes e capazes de calcular os riscos oportunamente e com a frequência desejada e que a maioria (57%) está satisfeita com as medidas e com as tecnologias específicas de medição dos riscos. Cerca de 86% dos inquiridos acredita que uma agregação do risco mais precisa por linhas de negócio permite uma melhoria da sua quantificação. Por outro lado, 93% das respostas declararam que a integração dos sistemas e bases de dados é um desafio urgente para as organizações. E quando questionados sobre as ferramentas de medida e quantificação do risco cerca de 57% responderam que estão satisfeitos.

Relativamente ao atributo (3) cerca de 70% dos inquiridos indicaram que as suas organizações desenvolveram novas técnicas e programas de consciencialização do risco. No que diz respeito ao atributo (4) quase 50% dos inquiridos estabeleceram uma posição mais abrangente do risco no sentido de haver menos descuidos com as responsabilidades e quase 70% dos inquiridos instituíram um sistema de relato dos riscos mais frequentes para ajudar na tomada de decisões.

No atributo (6) cerca de metade das respostas indicaram a adopção de processos de adesão mais rígidos para novos produtos. Relativamente ao atributo (8) apenas 23% dos inquiridos afirmam ter uma linha directa de informação para a administração sobre cada unidade risco. No atributo (9) 46% das organizações referem ter instituído análises de desempenho baseadas numa medida de capital de risco ajustada. No que respeita ao atributo (10) 77% das respostas referem que as organizações articulam o risco ao nível do grupo. Este estudo demonstra que as principais organizações de serviços financeiros analisadas estão num processo contínuo de maturidade em relação à gestão do risco a todos os níveis da organização. Por outro lado, o estudo “reforça a necessidade das

instituições de serviços financeiros continuarem o esforço pela melhoria na articulação e cumprimento dos processos de gestão do risco.”

Segundo Paul Walker et al. (2003) num clima de cada vez maior incerteza em termos organizacionais, a gestão do risco empresarial (ERM) surge como um novo paradigma para a gestão do risco pois “adopta uma perspectiva mais ampla que integra e coordena a gestão dos riscos em toda a organização”. O estudo realizado teve como objectivo investigar o envolvimento dos serviços de auditoria interna no processo de ERM, e teve como amostra cinco organizações³⁸ que implementaram com sucesso programas de gestão do risco empresarial integrando nestes a função de auditoria interna. As conclusões do estudo apontam para o papel importante que a auditoria interna desempenha no empreendimento da Gestão do Risco ao nível de toda a organização interna, estando perfeitamente envolvida neste processo. O estudo revela ainda que os serviços de auditoria asseguram à gestão uma avaliação cuidada e realista dos riscos e demonstra que em todas as organizações analisadas que uma boa gestão do departamento de auditoria interna pode sem dúvida fornecer um valor acrescentado para todo o processo de gestão do risco, assegurando um conhecimento do perfil de risco e das exposições a que as organizações estão sujeitas.

Marco Allegrini e Giuseppe D’Onza (2003) realizaram um estudo com o objectivo de alcançar uma visão global das práticas de auditoria interna focada essencialmente nas actividades de avaliação do risco e na utilização de uma abordagem do processo de auditoria baseado no risco. A amostra foi composta pelas empresas cotadas na Bolsa de Valores italiana³⁹ e a metodologia utilizada consistiu num questionário que foi enviado para os departamentos de auditoria de todas as organizações em estudo. Os resultados obtidos permitem identificar diferentes abordagens da função da auditoria interna no contexto italiano e revelam que as práticas variam significativamente: (i) cerca de 25% das empresas têm um pequeno departamento de auditoria que assegura as actividades e o planeamento anual de auditoria é realizado através de uma abordagem cíclica tradicional e claro não integram o modelo COSO no processo de auditoria; (ii) mais de metade das empresas analisadas (67%) dizem adoptar o modelo COSO no processo de

³⁸ As cinco organizações estudadas foram: FirstEnergy Corp., General Motors Corp., Wal-Mart Stores Inc., Unocal Corp., Canada Post Corp.

³⁹ Composição oficial da Bolsa de Valores italiana no terceiro trimestre de 2002.

auditoria e realizam, sobretudo, auditorias operacionais, sendo que a abordagem baseada na avaliação do risco é essencialmente aplicada ao nível do planeamento anual de auditoria (nível macro); (iii) apenas 8% das empresas aplicam uma abordagem de auditoria baseada no risco quer a nível macro quer a nível micro (planeamento de cada auditoria individualizada).

Russ Banham (2004) faz também referência à mudança de paradigma da auditoria interna que espera que os auditores internos assumam uma responsabilidade pela monitorização do risco. Neste contexto, menciona um estudo sobre a adopção do *enterprise risk management* (ERM) efectuado a 200 executivos seniores ligados quer à área financeira quer à área da gestão do risco, cujas conclusões obtidas foram as seguintes: (i) 41% dos inquiridos afirmaram que estavam a implementar nas suas organizações ERM; (ii) 90% das organizações que têm ERM revelaram-se muito confiantes na sua capacidade para gerir os riscos; (iii) 45% dos inquiridos referiram que não utilizam ERM nas suas organizações; e (iv) 84% dos executivos seniores referiram que ERM pode ajudar a melhorar os rácios de preço/ganhos e o custo de capital.

Mark S. Beasley et al. (2005) fazem referência a um estudo realizado em 2004 com o objectivo de analisar o papel da função da auditoria interna no processo de gestão do risco (ERM). A metodologia utilizada consistiu num inquérito *on-line* tendo sido obtidas 175 respostas de diversos países⁴⁰ e de vários sectores de actividade⁴¹ sendo de destacar os Estados Unidos com um maior número de repostas (68%) e o facto de não existir nenhum sector de actividade que represente mais de 15% da amostra. O estudo demonstra que cerca de 90% das respostas foram fornecidas por chefes executivos de auditoria. Os resultados obtidos demonstram que 11% das organizações têm em vigor um processo de ERM, 37% apresentam parcialmente um processo de ERM em que são avaliados apenas alguns riscos, 18% não têm ERM mas pretendem implementá-lo no futuro, 17% encontram-se em fase de investigação do conceito de ERM, embora ainda sem qualquer decisão tomada sobre a sua implementação ou não e os outros 17% das organizações não apresentam planos de implementação de ERM. Segundo os autores as conclusões deste estudo revelam uma grande diversidade de opinião dos inquiridos no

⁴⁰ Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, Austrália e outros.

⁴¹ Indústrias de fabrico, Bancos, Financeiras, Instituições educativas, Governo, Seguradoras, Saúde, Retalhistas e Grossistas e outros.

que respeita à adopção de um processo ERM e no papel que a auditoria interna desempenha em organizações que já tenham adoptado esse processo.

Faudziah Hanim Fadzil et al. (2005) faz referência a um estudo cujo objectivo é verificar a conformidade da prática de auditoria interna das empresas cotadas da Malásia com as normas reguladoras da prática profissional de auditoria interna referenciadas pelo IIA em 2000 e por outro lado se essa conformidade afecta ou não a qualidade do sistema de controlo interno. Para alcançar estes objectivos, os autores utilizaram como amostra todas as empresas pertencentes a uma holding que integra todas as empresas cotadas em 2001. A metodologia utilizada consistiu na análise dos relatórios anuais das empresas públicas cotadas da Malásia com o objectivo de verificar a existência de auditoria interna nessas empresas e também as funções dos auditores internos. No estudo foram testadas várias hipóteses de investigação para verificar a relação entre as práticas de auditoria interna e os efeitos das mesmas na qualidade do sistema de controlo interno. Os autores chegaram as seguintes conclusões: (i) a gestão do departamento de auditoria interna, a capacidade profissional, a objectividade e a revisão influenciam significativamente a monitorização do sistema de controlo interno; (ii) a gestão do departamento de auditoria interna, o desempenho do trabalho, dos programas e dos relatórios de auditoria influenciam a avaliação do risco do sistema de controlo interno; e (iii) por fim o desempenho do trabalho e dos relatórios de auditoria influenciam o controlo das actividades do sistema de controlo interno.

Jenny Goodwin-Stewart et al. (2006) efectuaram um estudo às empresas cotadas na bolsa de valores australiana com o objectivo de identificar os factores associados à existência e ao uso de uma função de auditoria interna e analisar se essa existência é ou não voluntária contribuindo assim para um crescimento da investigação nesta área. À semelhança de outros estudos, estes autores também pretenderam analisar a relação da auditoria interna com três factores: a gestão do risco, o sistema de controlo interno e o *corporate governance*, de acordo com o previsto na definição de auditoria interna do IIA. Na sua investigação Goodwin-Stewart *et al.* (2006) utilizaram como amostra 450 empresas cotadas na bolsa de valores australiana⁴² utilizando como metodologia a

⁴² Segundo os autores estas empresas fazem parte de uma base de dados do Centro de Negócios Forense da Universidade de Queensland-KPMG, que contempla informações sobre 490 empresas que responderam a um inquérito enviado a todas as empresas cotadas na bolsa australiana em Outubro de 2000.

combinação dos dados e informações contidos na base de dados utilizada e a informação financeira e não financeira divulgada nos relatórios anuais das respectivas empresas. Os autores fazem referência a estudos já efectuados nesta linha de investigação em que se denotou alguma sobreposição entre as áreas da gestão do risco, do controlo interno e do *corporate governance*, tendo no entanto focado a sua análise para cada um destes factores separadamente formulando várias hipóteses.

As hipóteses a testar para analisar a “auditoria interna como um mecanismo de gestão do risco” foram as seguintes (Goodwin-Stewart *et al*, 2006, pp:83-84):

- “H1. A existência de uma função de auditoria interna está positivamente associada ao uso de um comité distinto de gestão do risco”;
- “H2. A existência de uma função de auditoria interna está associada à utilização de um gestor de risco”;
- “H3. A existência de uma função de auditoria interna está positivamente associada às empresas do sector financeiro”;
- “H4. A existência de uma função de auditoria interna está associada às empresas com maiores valores de contas a receber e existências face ao activo total”.

No seguimento da investigação e para analisar a “auditoria interna como um mecanismo de controlo” foram testadas as seguintes hipóteses (Goodwin-Stewart *et al*, 2006, pp:84-85):

- “H5. A existência de uma função de auditoria interna está positivamente associada à dimensão da empresa”;
- “H6. A existência de uma função de auditoria interna está positivamente associada à complexidade da estrutura de negócio da empresa”.

Por fim, os autores analisaram a “auditoria interna como um mecanismo interno de governance”, formulando para o efeito as quatro hipóteses seguintes (Goodwin-Stewart *et al*, 2006, pp.85-86):

- “H7. A existência de uma função de auditoria interna está positivamente associada a uma administração independente”;

- “H8. A existência de uma função de auditoria interna está positivamente associada ao número de directores independentes na administração”;
- “H9. A existência de uma função de auditoria interna está positivamente associada à existência de um comité de auditoria”;
- “H10. A existência de uma função de auditoria interna está positivamente associada à eficiência do comité de auditoria”.

Da análise descritiva efectuada os autores obtiveram as seguintes conclusões: (i) apenas 154 das empresas analisadas usam auditoria interna o que corresponde a 34% da amostra, embora destas só 115 empresas (75%) tenham a sua própria função de auditoria interna, pois as restantes 39 empresas (25%) têm estas actividades em regime de *outsourcing*; (ii) 60% da amostra apresenta um comité de gestão do risco e em cerca de 90% dos casos esse comité inclui alguns membros da administração; (iii) somente 25% da amostra revela a existência de um gestor do risco; (iv) 76% das empresas analisadas revelam ter um independente quadro de direcção; e (v) 77% da amostra têm um comité de auditoria. Os autores utilizaram um modelo de regressão logística para testar as hipóteses formuladas e as conclusões indicam que relativamente à análise da “auditoria interna como um mecanismo de gestão do risco” (H1, H2, H3 e H4) há uma associação forte de que a auditoria interna é um mecanismo interno importante de monitorização dos riscos associados ao negócio e às demonstrações financeiras.

No que respeita à análise da “auditoria interna como um mecanismo de controlo” a H5 foi aceite o que indica uma relação positiva entre a dimensão da organização e o uso da auditoria interna e contrariamente aquilo que os autores esperavam não existe uma relação significativa entre a complexidade das estruturas de negócio e o uso da auditoria interna, o que leva a rejeitar a H6.

Finalmente os resultados obtidos na análise da “auditoria interna como um mecanismo interno de governance” indicam uma relação positiva entre a existência de uma função de auditoria interna e a existência de uma administração independente e de um comité de auditoria confirmando assim as hipóteses 7 e 9. As hipóteses 8 e 10 foram rejeitadas pois os testes não revelaram associação positiva entre a existência de uma função de auditoria interna e o número de directores independentes na administração e a eficiência do comité de auditoria.

2.3.2. Estudos empíricos sobre a auditoria interna em Portugal

Em Portugal a auditoria interna embora já assuma alguma relevância na estrutura organizacional, sobretudo das grandes empresas ainda está longe do que seria desejável. A explicação deve-se essencialmente ao facto da dimensão reduzida da maior parte das empresas portuguesas pelo que a relação custo/benefício da implementação de um departamento de auditoria interna não é de todo satisfatória para as empresas com poucos recursos humanos, financeiros e materiais.

Em 2001, o IPAI promoveu um estudo com o intuito de efectuar “um levantamento sobre a profissão de auditor interno em Portugal, nas empresas e em grandes organizações públicas” (Albino, 2001, p.12). A recolha dos dados foi efectuada através de um inquérito realizado a essas entidades com o objectivo de analisar a importância atribuída pelas organizações à auditoria interna no que respeita ao desenvolvimento da própria actividade e à melhoria do sistema de controlo interno.

O inquérito foi estruturado em três partes: (i) características da organização; (ii) visão sobre o papel da auditoria interna; e (iii) a auditoria interna na sua organização, tendo sido enviados um total de 350 inquéritos repartidos do seguinte modo: 180 para grandes empresas e 170 para grandes organismos públicos (não foram considerados as Inspeções-Gerais e organismos autónomos de Auditoria).

Segundo Albino (2002) foram recebidas um total de 73 respostas correspondendo 37 às grandes empresas e 36 aos organismos públicos. O autor refere que as principais conclusões deste estudo são: (i) as maiores empresas possuem auditoria interna, enquanto que nos organismos públicos esta função ainda se manifesta insuficiente embora em fase de crescimento; (ii) em ambas as populações analisadas, a função da auditoria interna funciona como apoio aos órgãos de gestão; e (iii) a conformidade foi vista como um das funções mais importantes da auditoria interna. Face aos resultados obtidos considerou-se de extrema relevância promover o papel da auditoria interna nas organizações em todas as áreas e ainda fomentar a certificação profissional nesta área através do exame para *Certified Internal Auditor* (CIA).

Relativamente ao estudo é de realçar o facto de a função de auditoria interna não reportar ao comité de auditoria em nenhuma das organizações inquiridas, o que

subscreeve o que já referimos anteriormente (ponto 2.1.4.4.) sobre a não existência ou pouca importância atribuída aos comités de auditoria.

Um estudo levado a cabo pelo IPAI e pela KPMG revela que em Portugal há bons mas poucos exemplos da prática da auditoria interna, devido por um lado à pouca importância que é dada à actividade de auditoria interna e à falta de recursos que suportem esse investimento. Sá (2008, p.26) refere que das 73 empresas (13 das quais cotadas e 8 com presença no índice PSI20) que responderam ao inquérito cerca de 49% revelam pouca intervenção por parte dos órgãos de gestão no plano de auditoria interna que é realizado apenas pelo responsável pelo departamento de auditoria interna.

O estudo revela que, em média, existem 13 auditores por departamento que é considerado inadequado por parte de 35% das empresas inquiridas, pois face às exigências actuais e futuras da função de auditoria interna esta deverá estar orientada não só para o controlo interno mas também para ajudar na detecção, análise e gestão dos riscos de negócio. Os inquiridos referem que os principais factores justificativos desta situação são: (i) “a dimensão da empresa”; (ii) “o alargamento do âmbito da função de auditoria interna”, (iii) “o rácio entre auditores/colaboradores”; e (iv) “a necessidade de maior especialização em algumas áreas” (Sá, 2008, p.27).

Relativamente à formação anual (40 horas) recomendada pelo IIA, os resultados obtidos revelam que em 48% das empresas inquiridas, o número de horas de formação anual por colaborador é muito inferior ao recomendado (menos de 30 horas) e em 72% das empresas os auditores não estão devidamente certificados para esta função.

Carreiro (2008) efectuou um estudo comparativo relativamente à auditoria interna em Portugal e a nível global. Para o efeito procedeu à análise dos resultados obtidos pelo questionário *Common Body of Knowledge*⁴³ (CBOK) efectuado em 2007 pelo IIA aos seus associados comparativamente à análise das respostas obtidas em Portugal efectuadas a associados do IPAI. O CBKO foi enviado pelo IIA em 2006 a 91 países seus associados, tendo obtido 9.366 respostas válidas. Em Portugal foram consideradas 84 respostas válidas, o que traduz uma boa adesão de Portugal a esta iniciativa face à adesão global (22,4% contra 9,5%).

⁴³ Base de dados do IIA sobre práticas profissionais de auditoria interna.

Carreiro (2008) desenvolveu o seu estudo ao nível dos seguintes temas: (i) caracterização demográfica; (ii) as práticas profissionais de auditoria interna; (iii) a situação actual da função de auditoria interna; (iv) recursos humanos e desenvolvimento profissional; e (v) questões emergentes. As conclusões obtidas revelam que a maioria dos inquiridos portugueses são membros do IPAI e têm certificação profissional tal como os inquiridos pelo IIA. A implementação da actividade de auditoria interna em Portugal tem menos de 10 anos. Relativamente às práticas profissionais de auditoria interna Carreiro (2008) verificou que as orientações e práticas recomendadas de auditoria interna são adequadas nas duas populações estudadas.

Em Portugal 85,9% dos *Chief Audit Executives* (CAEs) reportam directamente à gestão de topo o que não acontece ao nível global em que 47,3% reporta ao comité de auditoria. Estes resultados confirmam a pouca relevância que os comités de auditoria representam nas organizações portuguesas, sendo que muitas nem têm ainda implementado esse órgão. O estudo permite constatar que em Portugal, 46,2% dos inquiridos revelam a existência de comités de auditoria nas organizações onde trabalham embora o reporte a este órgão se cifre apenas nos 16,7%. Estes valores estão muito abaixo do nível global (72,6% e 63,2% respectivamente) o que revela a grande importância atribuída ao comité de auditoria pelos associados do IIA.

No que respeita ao plano de acções de auditoria os resultados obtidos em Portugal apontam para uma metodologia de auditoria baseada no risco o que traduz a relevância da análise da gestão do risco no trabalho a desenvolver pelos auditores.

Finalmente, o estudo de Carreiro (2008) permitiu concluir que quer a nível global quer em Portugal o recurso ao *co-sourcing* ou ao *outsourcing* para a actividade de auditoria interna assume valores acima dos 50% com maior significado em Portugal cuja percentagem ronda os 64,3%. Como questões emergentes nesta área, a autora salienta a preocupação dos inquiridos portugueses para o aumento das actividades relacionadas com o governo das sociedades e com a gestão do risco. Também a formação dos recursos humanos nas áreas do controlo interno e gestão do risco assume um especial relevo na actividade da auditoria interna.

Morais (2008) efectuou um estudo com base num universo de 500 maiores e melhores empresas a actuarem em Portugal no ano 2004⁴⁴ com o objectivo de analisar a importância e o contributo da auditoria interna na gestão eficaz das empresas. A amostra foi escolhida de acordo com o indicador: valor acrescentado bruto por vendas, tendo sido constituída por 180 empresas que representam os vários sectores de actividade e localizadas maioritariamente nos maiores centros do país⁴⁵.

A recolha dos dados foi efectuada com recurso ao questionário, tendo sido enviado às empresas seleccionadas dois tipos de questionários dirigidos a duas entidades distintas: Directores de auditoria interna e Órgão de gestão.

Os resultados obtidos apontam para uma actuação abrangente da auditoria interna, sendo destacado pelos inquiridos as áreas da qualidade, contabilística e gestão do risco como as mais fulcrais. Em termos gerais, a autora concluiu que a auditoria interna contribui para uma gestão mais eficaz, revelando assim a importância da mesma na estrutura organizacional e consequentemente na tomada de decisão.

2.3.3. Estudos empíricos sobre a auditoria interna baseada no risco em Portugal

Como referido anteriormente a evidência de estudos sobre a prática desta temática são quase inexistentes, salientando-se um estudo relativamente recente de **Nuno M. C. Castanheira (2007)** sobre a auditoria interna baseada no risco nas empresas portuguesas. O estudo teve como principal objectivo aferir em que medida é que no planeamento de auditoria interna são integrados princípios de gestão do risco e identificar os factores que explicam a adopção de abordagens baseadas no risco. Como metodologia de recolha de dados, o autor aplicou um questionário a uma amostra de 59 empresas cujos auditores internos são associados do IPAI. O autor formulou várias hipóteses de investigação para cada uma das seguintes variáveis independentes consideradas: (i) dimensão; (ii) sector de actividade; (iii) tipo de entidade; e (iv) internacionalização.

Segundo o autor, os resultados obtidos apontam para uma relação positiva entre a aplicação de abordagens baseadas no risco (no planeamento anual) e a dimensão e a

⁴⁴ Segundo **Morais (2008)** as empresas foram recolhidas da Revista Exame, Edição Especial de Setembro de 2005.

⁴⁵ Lisboa, Porto e Litoral.

internacionalização das empresas analisadas, sendo que numa perspectiva de auditoria individual as conclusões revelam uma relação positiva, em toda a fase de auditoria, entre a variável dimensão e a adopção de abordagens baseadas no risco. Os resultados permitem concluir também que nas fases de planeamento e reporte é mais visível este tipo de abordagem nas empresas com maior nível de internacionalização, se bem que nas empresas privadas essa situação apenas respeita à fase de execução e nas empresas financeiras é apenas notória essa abordagem quando se trata do reporte.

No entanto, o autor também concluiu no seu estudo que é nas empresas financeiras que o processo de gestão do risco tem o maior envolvimento da auditoria interna.

2.3.4. Regulamentação sobre o Controlo Interno e Gestão de Risco em Portugal

Em Portugal, o controlo interno e a gestão do risco estão em especial destaque sendo cada vez mais visível a preocupação de várias entidades reguladoras, sobretudo do sector financeiro (sector com maiores riscos inerentes à própria actividade desenvolvida e por isso a gestão do risco assume especial destaque) têm vindo a emitir algumas normas sobre o controlo interno e gestão do risco. Salienta-se para o efeito duas entidades reguladoras do sector financeiro de extrema relevância:

➤ Banco de Portugal

De modo a actualizar os requisitos aplicáveis em matéria de controlo interno às instituições sujeitas à sua supervisão, em conformidade com o previsto no preâmbulo do Aviso nº 3/2006⁴⁶, de 9 de Maio que estipulava a existência de um sistema de controlo interno para as instituições de crédito e as sociedades financeiras emitiu em 1 de Julho de 2008 emitiu o Aviso nº 5/2008⁴⁷, cujo objectivo é:

“a implementação de um sistema de controlo interno, seguindo os conceitos, reconhecidos e aceites a nível internacional, definidos no "Internal Control - Integrated Framework" publicado pelo Committee of Sponsoring Organizations

⁴⁶ Consultado em www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/3-2006a.pdf, Dezembro de 2009.

⁴⁷ Consultado em <http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/5-2008a.pdf>, Dezembro de 2009.

of the Treadway Commission (COSO), as recomendações emitidas pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia através do "Framework for Internal Control Systems in Banking Organizations" e as orientações em matéria de "Internal Governance" divulgadas pelo Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária (CEBS)."

Esta nova regulamentação converge com os princípios de organização e controlo interno estabelecidos no artigo 305.º e seguintes do Código dos Valores Mobiliários seguintes, possibilitando uma total harmonização dos relatórios de controlo interno exigidos quer pelo Banco de Portugal quer pela CMVM e permitindo às instituições a elaboração de um único relatório.

No artigo 2.º do Aviso nº 5/2008 são definidos os objectivos do sistema de controlo interno que se dividem em três categorias:

- objectivos de desempenho – utilização eficaz dos recursos, continuidade do negócio, gestão e controlo dos riscos da actividade;
- objectivos de informação – existência de informação financeira e de gestão que permita a tomada de decisão;
- objectivos de “*compliance*” - o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O Capítulo III do Aviso referenciado acima versa sobre o sistema de gestão de riscos sendo disposto no artigo 10.º a definição e objectivos do sistema de gestão de riscos, nomeadamente:

- existência de um conjunto de processos que permita compreender os riscos inerentes à actividade e desenvolver uma estratégia adequada para alcançar os objectivos;
- o sistema de gestão de riscos deve permitir identificar, avaliar, controlar todos os riscos;
- o sistema de gestão de riscos deve influenciar activamente a tomada de decisão a vários níveis.

Os restantes artigos do capítulo III tratam dos princípios aplicáveis aos sistemas de gestão de riscos, dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo

de riscos, da definição das funções de gestão de riscos e “*compliance*” e das responsabilidades do órgão de administração relativamente ao sistema de gestão de riscos.

Relativamente ao desempenho da função de auditoria interna salienta-se a alínea a) do ponto 2 do artigo 22.º que estabelece o seguinte:

“O plano de auditoria deve assegurar um exame abrangente, orientado para o risco, das actividades, sistemas e processos da instituição, que permita avaliar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno.”

➤ Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

A Norma Regulamentar n.º 14/2005-R⁴⁸, de 29 de Novembro – “Princípios aplicáveis ao desenvolvimento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno das empresas de seguros”, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP) definiu os princípios gerais aplicáveis ao desenvolvimento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno das empresas de seguros.

Posteriormente, o ISP emitiu a Norma Regulamentar n.º 10/2006-R⁴⁹, de 24 de Outubro - “Relatório de Auditoria para Efeitos de Supervisão Prudencial das Empresas de Seguros” que veio definir os objectivos de auditoria para efeitos de supervisão prudencial e os aspectos a considerar na elaboração do relatório de auditoria.

Mais recentemente, o Instituto de Seguros de Portugal emitiu a Circular N.º 7/2009⁵⁰, de 23 de Abril que consiste numa Orientação Técnica “Desenvolvimento dos Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno das Empresas de Seguros” que visa:

“estabelecer um conjunto de princípios operacionais e orientações relativamente aos riscos específico de seguros, de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, já identificados na Norma Regulamentar n.º 14/2005-R, de 29 de Novembro, sendo também abordados e desenvolvidos alguns riscos que, não sendo expressamente identificados nessa Norma Regulamentar, justificam uma abordagem mais detalhada, como é o caso dos riscos estratégico, de concentração e de reputação.”

⁴⁸ Consultado em www.isp.pt/winlib/cgi/winlibimg.exe?key=&doc=15456&img=1774, Dez. de 2009.

⁴⁹ Consultado em www.isp.pt/winlib/cgi/winlibimg.exe?key=&doc=16001&img=1999, Dez. de 2009.

⁵⁰ Consultado em www.isp.pt/winlib/cgi/winlibimg.exe?key=&doc=18049&img=2729, Dez. de 2009.

Esta orientação técnica está dividida em duas partes: na primeira parte são referidos os princípios que as empresas de seguros devem aplicar no sistema de gestão de risco e de controlo interno, e na segunda parte são divulgadas algumas orientações de boas práticas aplicáveis ao controlo interno e à gestão de riscos, sobretudo aqueles que são mais relevantes.

Dada a pertinência desta questão a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas emitiu em Março de 2008, o Projecto de Directriz de Revisão/Auditoria (DRA) 840⁵¹ intitulado “Relatório Sobre os Sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno das Empresas de Seguros” cujo objectivo é fornecer ao ROC algumas orientações para o exercício das suas funções nomeadamente: (i) a natureza e âmbito dos trabalhos a efectuar para cumprir o estipulado nas normas acima referidas; e (ii) a minuta do relatório a emitir pelo ROC.

⁵¹ Consultado em <http://infocontab.com.pt/download/DRA/DRA840.pdf>.

3. ESTUDO EMPÍRICO

3.1. Objectivos do estudo

Este capítulo procura desenvolver os aspectos relacionados com o estudo empírico realizado: a metodologia de investigação, o instrumento de recolha dos dados, a amostra e os resultados obtidos.

3.2. Metodologia de investigação

3.2.1. Método de recolha de dados

Num trabalho de investigação a recolha de dados⁵² é fundamental para realizar o estudo empírico pretendido. É por isso, necessário escolher o método mais adequado para recolher os dados de forma eficiente. Neste estudo, recorreu-se ao correio postal e ao correio electrónico (através de *e-mail*) para a recolha de dados, embora em fases distintas. Numa primeira fase foram enviados, em finais de Novembro de 2003, os questionários endereçados para as moradas das empresas cotadas em Bolsa e das SROC's que constituem a amostra. De referir que os questionários enviados por via postal foram ainda acompanhados de uma carta de apresentação (Apêndice 1) e um envelope já selado para facilitar o envio das respostas por parte dos inquiridos. No entanto, as respostas tardaram e as recebidas foram muito reduzidas, pelo que entre Fevereiro e Março de 2004 procedeu-se a um novo envio do questionário desta vez através do recurso ao correio electrónico.

O correio electrónico (*e-mail*) apresenta algumas vantagens nomeadamente o facto de ser menos dispendioso, abranger um maior número de entidades em simultâneo e permitir ao inquirido responder de uma forma mais rápida. Porém, apresenta também algumas desvantagens que se prendem com o facto da possibilidade do endereço electrónico não ser dirigido de imediato a quem deve responder ao questionário. Devido à dificuldade em obter as respostas, foram ainda efectuados contactos telefónicos solicitando o preenchimento do questionário e simultaneamente o endereço de *e-mail*

⁵² “Os dados são informação na forma de observações, ou medidas, dos valores de uma ou mais variáveis normalmente fornecidos por um conjunto de entidades” (Hill & Hill, 2002, p.41).

mais indicado da pessoa que deveria proceder ao seu preenchimento. Procedeu-se a um novo envio dos questionários por *e-mail* de acordo com as indicações mais específicas obtidas através do contacto telefónico e de modo a obter uma maior taxa de respostas que permitisse validar o estudo. Das 145 SROC's e 50 empresas cotadas em Bolsa que constituem a amostra foram recebidas respectivamente 38 (26,2%) e 32 respostas (64%). Embora a taxa de resposta das SROC's não seja elevada os valores enquadram-se nos valores percentuais que normalmente são obtidos através do questionário enviado por correio e que oscilam entre 20% a 50% (Frankfort-Nachmias e Nachmias, 1996).

3.2.2. Questionário

Atendendo aos objectivos do estudo de aferir a opinião dos inquiridos sobre a importância da análise e gestão do risco no âmbito do trabalho de auditoria considerou-se pertinente utilizar como instrumento de recolha de dados o inquérito por questionário. Segundo Barañano (2004, p.96) “o questionário é a ferramenta utilizada para a obtenção de informação em primeira mão, (...)” e “na investigação empírica é fundamental para a verificação das hipóteses previamente formuladas.”

Foram elaborados dois questionários idênticos, de acordo com a população em estudo: um questionário para as SROC's e outro para as empresas cotadas em Bolsa. Tentou-se que os questionários fossem, na medida do possível, semelhantes para permitir a análise comparativa das respostas. Procurou-se também cumprir os requisitos normalmente aconselhados pela literatura (Barañano, 2004; Hill e Hill, 2002) relativamente à elaboração de questionários, nomeadamente:

- utilização de questões fechadas para permitir por um lado, uma maior compreensão por parte dos inquiridos e simultaneamente um aumento da taxa de resposta e por outro lado, facilitar o tratamento estatístico dos dados;
- utilização de questões de resposta dicotómica – Sim ou Não;
- utilização, sempre que possível, de frases curtas, simples e com um elevado grau de clareza;
- estruturar o questionário por temas iniciando com as questões de índole mais geral e depois as questões de carácter mais específico;

- utilização de uma carta para acompanhar os questionários explicitando quais os objectivos da investigação;
- garantia de confidencialidade da informação fornecida;
- facultar os resultados obtidos dos questionários, no caso do inquirido assim o desejar.

Embora a maior parte das questões de ambos os questionários fosse de resposta fechada há ainda algumas questões abertas que procuram de certo modo apoiar na interpretação de alguns resultados.

3.2.3. Estrutura dos questionários

a) Questionário Empresas cotadas em Bolsa (Apêndice 2)

Este questionário foi estruturado em duas partes:

Parte A – Caracterização Geral constituída pelos pontos 1 a 3: o ponto 1 relativo a informações pessoais e profissionais dos inquiridos, como o nome, o sexo, a idade, as habilitações literárias, a posição hierárquica e a função desempenhada na empresa; o ponto 2 relativo à identificação da empresa, nomeadamente o nome, a sede, o sector de actividade económica e respectivo C.A.E., o número de colaboradores no ano 2002, o volume de negócios em 2002 e a antiguidade; o ponto 3 relativo a informações sobre a estrutura da empresa nomeadamente sobre a existência ou não de um Departamento de Auditoria Interna, de uma Secção específica de Análise de Gestão do Risco e de um sistema de controlo interno. Salienta-se o facto do nome do inquirido ser facultativo de forma a possibilitar o anonimato.

Parte B – Análise e gestão do risco aplicada à auditoria constituída pelos pontos 4 a 8. No ponto 4 pretendeu-se obter a opinião dos inquiridos face à necessidade e importância da avaliação do risco e também aferir se essa avaliação é ou não efectuada pelas empresas. No ponto 5 procurou-se aferir a opinião dos inquiridos relativamente a questões ligadas à gestão do risco procurando determinar se a empresa efectua ou não essa gestão. No ponto 6 pretendeu-se determinar se a empresa desenvolve ou não

medidas para dar resposta aos riscos identificados. No ponto 7 procurou-se aferir essencialmente o processo de comunicação dos riscos identificados. Por fim, no ponto 8 pretendeu-se analisar a opinião dos inquiridos face à importância que a análise e gestão do risco de negócio assume para a tomada de decisão estratégica da empresa.

De forma a validar os questionários foi efectuado um pré-teste que consistiu em solicitar a várias pessoas das áreas da auditoria que respondessem ao mesmo, de forma a apurar a compreensibilidade e facilidade de resposta às questões formuladas. As contribuições obtidas permitiram ajustar alguns pormenores, essencialmente ao nível da terminologia utilizada e construir assim a versão final do questionário.

b) Questionário SROC's (Apêndice 3)

Este questionário foi também estruturado em duas partes:

Parte A – Caracterização Geral constituída pelos pontos 1 e 2: O ponto 1 relativo a informações pessoais e profissionais dos inquiridos, como o nome, o sexo, a idade, as habilitações literárias, a posição hierárquica e a função desempenhada na SROC; o ponto 2 relativo à identificação da sociedade, nomeadamente o nome, a sede, o número de colaboradores no ano 2002 e a antiguidade. Tal como no questionário efectuado às Empresas o nome do inquirido era facultativo de forma a possibilitar o anonimato de quem respondeu ao questionário.

Parte B – Análise e gestão do risco aplicada à auditoria constituída pelos pontos 3 a 7. No ponto 3 pretendeu-se obter a opinião dos inquiridos face à necessidade e importância da avaliação do risco por parte das empresas. No ponto 4 procurou-se aferir a opinião dos inquiridos relativamente a questões ligadas à gestão do risco. No ponto 5 pretendeu-se analisar a opinião dos inquiridos face à necessidade de resposta aos riscos identificados. No ponto 6 procurou-se analisar a percepção dos inquiridos no que respeita à comunicação do risco e à sua consubstanciação num relatório específico. No ponto 7 pretendeu-se analisar a opinião dos inquiridos no que se refere à importância que a análise e gestão do risco de negócio tem para a tomada de decisão estratégica das empresas.

Algumas das questões que constituem a Parte B - Análise de gestão do risco aplicada à auditoria, de ambos os questionários, foram já referidas por McNamee (1996) num questionário intitulado “*Project Risk Management: Self-Assessment Questionnaire*” integrado no documento de trabalho que desenvolveu sobre “*Business Risk Assessment*”.

Neste estudo McNamee (1996, p.99) considera que a gestão do risco é efectuada com base informações obtidas pela prévia avaliação do risco que são fundamentais para a tomada de decisão. Essas decisões precisam de ser apoiadas por uma avaliação eficiente e eficaz dos riscos de negócio e do processo de gestão do risco. O questionário apresentado pelo autor nesse documento está dividido em vários pontos:

- A – identificação do risco: em que se pretende identificar eventuais ameaças e oportunidades;
- B – medição e priorização do risco: cujo objectivo é avaliar a importância do risco definindo os níveis de risco aceitáveis;
- C – resposta e gestão do risco: que acções devem ser tomadas para gerir os riscos identificados;
- D – controlo da resposta ao risco: no sentido de existir um controlo contínuo do risco (utilizando para o efeito um plano de gestão do risco).

3.2.4. Técnicas para análise dos dados

Para analisar os dados recolhidos procedeu-se à escolha da técnica mais indicada para o efeito, tendo o tratamento estatístico sido efectuado com o recurso a *software* específico - *Statiscal Package for Social Science* (SPSS – versão 13) para permitir obter os resultados que constituem no fundo o reconhecimento da investigação para a comunidade científica.

Neste sentido, foram realizados dois tipos de estudo:

- a) Análise descritiva
- b) Testes de hipóteses

3.3. População e amostra

3.3.1. População

Para desenvolver o estudo empírico foi seleccionada uma população⁵³ de profissionais que, por excelência, melhor se identificam com o objecto da investigação no âmbito do trabalho em auditoria. Neste sentido, escolhemos as Sociedades de Revisores Oficiais de Contas pois representam o grupo de profissionais mais representativos na área da auditoria e são os responsáveis pela elaboração da Certificação Legal das Contas. Em paralelo considerámos importante considerar também as Empresas cotadas em Bolsa pelo facto de as mesmas estarem sujeitas a esta certificação e por isso seria interessante comparar a opinião de ambos acerca do estudo.

A população em estudo é assim constituída pelas:

- a) Empresas cotadas em Bolsa no mercado contínuo da Bolsa de Valores Euronext Lisboa em 31 de Dezembro de 2003, disponíveis no site da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários⁵⁴ constituídas por 54 empresas embora tenham sido excluídas 4 por representarem a mesma empresa, o que totaliza assim uma amostra de 50 empresas (Apêndice 4);
- b) Sociedades de Revisores Oficiais de Contas incluídas na lista de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas organizada nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 126.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 127.º do Decreto-lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, referida a 1 de Janeiro de 2003 e disponível no site da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas⁵⁵ (Apêndice 5).

⁵³ População ou universo “do ponto de vista estatístico é o conjunto de valores de uma variável sobre a qual pretendemos tirar conclusões” (Hill e Hill, 2002, p.41)

⁵⁴ Disponível em www.cmvm.pt/index.asp e no Boletim de Cotações, Ano 83, N.º 18173 de 31 de Dezembro de 2003, pp.3-4.

⁵⁵ Disponível em www.cidadevirtual.oroc.pt.

3.3.2. Selecção da Amostra

Relativamente à população em estudo inquirida obtiveram-se as seguintes respostas:

- a) Empresas – das 50 empresas inquiridas responderam 32, o que representa uma taxa de resposta de 64%.
- a) SROC's – das sociedades inquiridas responderam 38, o que representa uma taxa de resposta de cerca de 26,2%;

A população e a amostra do estudo constam da tabela seguinte:

Tabela 3.1 – População e amostra do estudo

Inquiridos	População	Amostra	%
SROC's	145	38	26,2%
Empresas	50	32	64%

3.4. Apresentação e Análise dos Resultados

3.4.1. Análise descritiva

Numa primeira abordagem efectuamos uma caracterização geral e comparativa dos inquiridos – Empresas cotadas e Sociedades de Revisores Oficiais de Contas. Posteriormente, procedemos individualmente a uma apresentação e análise dos resultados dos questionários das SROC's e das Empresas.

3.4.1.1. Caracterização geral da amostra

Numa primeira parte (Tabela 3.2 à Tabela 3.7) apresentamos e analisamos os resultados que caracterizam os inquiridos das duas amostras em estudo - SROC's e Empresas, relativamente aos seguintes aspectos: idade, habilitações literárias, posição hierárquica, função desempenhada e a antiguidade na empresa ou na SROC's.

Tabela 3.2 – Distribuição dos inquiridos segundo a sua idade

Idade	SROC's		Empresas	
	Nº	%	Nº	%
< 30 anos	5	13,20	2	6,25
30 - 39 anos	7	18,40	10	31,25
40 - 49 anos	7	18,40	13	40,63
50 - 59 anos	6	15,80	4	12,50
> 59 anos	13	34,20	3	9,37
Total	38	100,00	32	100,00

Apreciado a distribuição dos participantes segundo o grupo etário, constatamos que a maioria dos inquiridos das SROC's tem idade superior a 59 anos, ao passo que nas empresas a maioria situa-se na faixa etária dos 40 a 49 anos.

Tabela 3.3 – Distribuição dos inquiridos segundo as habilitações literárias

Habilitações Literárias	SROC's		Empresas	
	Nº	%	Nº	%
Bacharelato	1	2,60	2	6,25
Licenciatura	27	71,10	20	62,50
Mestrado	9	23,70	8	25,00
Doutoramento	1	2,60	1	3,13
Não responde	-	-	1	3,13
Total	38	100,00	32	100,00

Por sua vez, ao nível das habilitações literárias em ambas as amostras, a maioria dos participantes tem formação superior ao nível da licenciatura e mestrado conforme se pode constatar pela tabela 3.3.

Analisando as tabelas 3.4 e 3.5 constata-se que a maioria dos inquiridos em ambas as populações estudadas ocupam funções de topo, o que à partida significa que são profissionais com bastante experiência na área em que trabalham.

Tabela 3.4 - Distribuição dos inquiridos segundo a posição hierárquica que ocupam

Posição Hierárquica	SROC's		Empresas	
	Nº	%	Nº	%
Topo	29	76,30	16	50,00
Intermédia	8	21,10	14	43,75
Inferior	1	2,60	-	-
Órgão de apoio	-	-	2	6,25
Total	38	100,00	32	100,00

Tabela 3.5 - Distribuição dos inquiridos segundo a função desempenhada nas SROC's

Função desempenhada	SROC's	
	Nº	%
Sócio	28	73,70
Sénior	5	13,20
Júnior	2	5,30
Outra	1	2,60
Sócio e Director	2	5,30
Total	38	100,00

Tabela 3.6 - Distribuição dos inquiridos segundo a função desempenhada nas empresas

Função desempenhada	Empresas	
	Nº	%
Director Geral	2	6,250
Director Financeiro	4	12,500
Responsável pelo Departamento Auditoria Interna	10	31,250
Chefe de Secção	1	3,125
Outra	14	43,750
Responsável pelo Departamento de Auditoria Interna e ROC	1	3,125
Total	32	100,00

Tal como seria expectável, nas SROC's, a maioria dos inquiridos (73,7 %) é sócio conforme é visível na tabela 3.5, ao passo que nas empresas a maioria desempenha outras funções, e cerca de 31% são responsáveis pelo Departamento de Auditoria Interna (tabela 3.6). Mais uma vez, estes valores confirmam que de uma forma geral os

inquiridos são conhecedores das matérias de auditoria pois trabalham nessa área de uma forma mais ou menos directa.

Tabela 3.7 - Distribuição dos inquiridos segundo a antiguidade

Antiguidade	SROC's		Empresas	
	Nº	%	Nº	%
< 5 anos	7	18,40	4	12,50
5 - 10 anos	7	18,40	2	6,25
> 10 anos	24	63,20	26	81,25
Total	38	100,00	32	100,00

A tabela 3.7 demonstra que a maioria dos participantes neste estudo, tem mais de 10 anos de antiguidade (SROC's - 63,2% e empresas - 81,25%). Estes resultados comprovam as análises que foram efectuadas anteriormente no que se refere à experiência profissional dos inquiridos.

3.4.1.2. Análise dos Resultados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC's)

Neste ponto são apresentados e analisados os resultados obtidos da **Parte B - Análise e gestão do risco aplicada à auditoria** do questionário das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas que está dividida em várias abordagens ao risco referidas a seguir: avaliação do risco, gestão do risco, resposta ao risco, comunicação do risco e análise e gestão do risco de negócio e a tomada de decisão estratégica.

➤ Avaliação do risco

Tabela 3.8 – Distribuição das respostas segundo a importância atribuída à análise e gestão do risco

Importância atribuída à análise e gestão de risco	Nº	%	Participação de todos os elementos da empresa na análise e gestão do risco	Nº	%
Sim	37	97,37	Sim	30	78,95
Não	1	2,63	Não	7	18,42
Não aplicável	0	0	Não aplicável	1	2,63
Total	38	100,00	Total	38	100,00

A tabela 3.8 demonstra que os participantes no estudo são quase unânimes (97,37%) no que respeita à importância que atribuem ao facto das empresas efectuarem a análise e gestão do risco, sendo que uma grande percentagem (78,95%) considera também importante o envolvimento de todos os elementos da empresa nessa análise. Estes resultados são idênticos aos apresentados nos estudos realizados por Holzinger (1999) e PriceWaterHouseCoopers (2002) no que respeita à importância atribuída à gestão do risco alargada a todos os níveis da organização.

Tabela 3.9 – Distribuição das respostas segundo a importância da existência de um Departamento/Secção de análise e gestão do risco

Existência de um Departamento/Secção análise e gestão do risco	SROC's	
	Nº	%
Sim	21	55,26
Não	16	42,11
Sem resposta	1	2,63
Total	38	100,00

Contudo, e embora a tabela 3.8 tenha revelado que 78,95% considera importante a participação de todos os elementos na análise e gestão do risco, a tabela 3.9 demonstra que apenas 21 dos inquiridos considera fundamental que as empresas disponham de um Departamento/Secção específico para esse efeito.

Tabela 3.10 - Distribuição das respostas segundo quem deve assumir a responsabilidade pelo Departamento/Secção do risco

Responsabilidade pelo Departamento/Secção do risco	SROC's	
	Nº	%
Administração da empresa	19	50,00
Departamento de Auditoria Interna	12	31,59
Revisor Oficial de Contas	1	2,63
Auditor Interno	0	0,00
Outro	1	2,63
Departamento de Auditoria Interna, ROC e Auditor Interno	1	2,63
ROC e Outro	1	2,63
Administração da empresa e Departamento de Auditoria Interna	1	2,63
Administração da empresa e Outro	1	2,63
Sem resposta	1	2,63
Total	38	100,00

Metade dos inquiridos defende que a responsabilidade do Departamento de risco deve esta a cargo da Administração da empresa, enquanto que cerca de 32% atribui essa responsabilidade ao Departamento de auditoria interna. Salienta-se o facto de alguns dos participantes atribuírem essa responsabilidade simultaneamente a várias entidades.

Na questão 3.5. do questionário: “*A identificação prévia dos riscos internos e externos à empresa facilita o planeamento de auditoria?*” todos os participantes responderam afirmativamente, ou seja concordam que a identificação prévia dos riscos internos e externos facilita o planeamento da auditoria.

No que respeita à questão 3.6. “*Os procedimentos de auditoria abrangem o exame dos riscos actuais?*” as respostas permitem constatar que 37 dos 38 inquiridos defende que os procedimentos de auditoria devem abranger o exame dos riscos actuais.

Relativamente à questão 3.7. do questionário: “*É importante que a empresa disponha de indicadores de risco adequados?*” a opinião dos participantes foi uníssona na importância atribuída ao facto da empresa ter à sua disposição indicadores de risco que sejam adequados e permitam certamente um melhor desempenho organizacional.

Tabela 3.11 - Distribuição das respostas segundo o recurso a especialistas de análise de riscos

Recurso a especialistas de análise de riscos	SROC's	
	Nº	%
Sim	30	78,95
Não	6	15,79
Sem resposta	2	5,26
Total	38	100,00

Pela tabela 3.11, constatamos que mais de $\frac{3}{4}$ dos inquiridos são da opinião que a empresa deve recorrer a especialistas de análise de riscos.

Tabela 3.12 - Distribuição das respostas segundo a opinião sobre a identificação e quantificação das causas dos riscos

Identificação e quantificação das causas do risco	SROC's	
	Nº	%
Sim	34	89,47
Não	3	7,90
Sem resposta	1	2,63
Total	38	100,00

Quando analisamos a opinião dos inquiridos sobre a identificação e quantificação das causas dos riscos, a percentagem de concordância é bastante significativa (89,47%).

➤ **Gestão do risco**

Tabela 3.13 - Distribuição das respostas segundo a responsabilidade pela gestão de risco

Responsabilidade pela gestão do risco	SROC's	
	Nº	%
Administração da empresa	32	84,21
Departamento de Auditoria Interna	3	7,90
Revisor Oficial de Contas	1	2,63
Auditor Interno	1	2,63
Todos	1	2,63
Total	38	100,00

No que concerne à responsabilidade da gestão do risco, 84,21% dos participantes afirmam que a mesma deve ser da Administração da empresa, o que está em consonância com outras questões onde os inquiridos também remetem responsabilidade para os órgãos de administração da empresa.

À questão 4.2. do questionário: “*É de opinião que exista um planeamento das acções a empreender no caso de ocorrência de um novo risco?*” a larga maioria (97,37%) dos inquiridos concordam com esse planeamento, sendo que apenas um dos inquiridos tenha opinião contrária.

Quanto à questão 4.3. “A prevenção do risco deverá ser uma preocupação constantes da empresa?” todos os participantes são unânimes em considerar que a prevenção do risco deve ser uma preocupação constante da empresa.

Tabela 3.14 - Distribuição das respostas segundo a necessidade de um plano de gestão do risco

Necessidade de um plano de gestão do risco	SROC's	
	Nº	%
Sim	33	86,84
Não	5	13,16
Total	38	100,00

De acordo com a tabela 3.14, 86,84% dos inquiridos consideram que é necessário que as empresas disponham de um plano de gestão do risco.

Tabela 3.15 - Distribuição das respostas segundo a importância da existência de meios para mitigar os riscos

Importância da existência de meios para mitigar os riscos	SROC's	
	Nº	%
Sim	35	92,11
Não	3	7,89
Total	38	100,00

Quanto aos meios para mitigar os riscos, a maioria dos participantes (92,11%) concorda que a empresa deveria dispor de tal sistema. Na sequência desta questão procurou-se aferir a opinião dos inquiridos sobre se a existência de um sistema de controlo interno pode actuar como prevenção relativamente aos riscos. As respostas referenciadas na tabela seguinte permitem verificar uma percentagem idêntica de concordância (92,11%).

Tabela 3.16 - Distribuição das respostas segundo a existência de um controlo interno para prevenir os riscos

Existência de um sistema de controlo interno para prevenir os riscos	SROC's	
	Nº	%
Sim	35	92,11
Não	3	7,89
Total	38	100,00

No que respeita à questão 4.7. “*A gestão do risco é um assunto a debater nas reuniões dos órgãos de gestão?*” 36 dos inquiridos (94,74%) responderam afirmativamente, um dos inquiridos não respondeu e o outro considerou que a gestão do risco não é matéria a ser discutida nas reuniões dos órgãos de gestão.

À questão 4.8. “*O controlo contínuo dos riscos permite um melhor desempenho do trabalho de auditoria?*” constatou-se que a opinião dos inquiridos é perfeitamente uniforme pois 97,37% considera que o controlo contínuo dos riscos permite, sem dúvida, um melhor desempenho da auditoria.

Tabela 3.17 - Distribuição das respostas segundo a opinião relativamente à empresa estabelecer acordos contratuais para partilhar, evitar, mitigar os riscos

Partilhar os riscos			Evitar os riscos			Mitigar os riscos		
Resposta	SROC's		Resposta	SROC's		Resposta	SROC's	
	Nº	%		Nº	%		Nº	%
Sim	25	65,79	Sim	24	63,16	Sim	25	65,79
Não	1	2,63	Não	5	13,16	Não	3	7,89
Sem resposta	12	31,58	Sem resposta	9	23,68	Sem resposta	10	26,32
Total	38	100,00	Total	38	100,00	Total	38	100,00

A tabela 3.17, demonstra a opinião dos inquiridos sobre a empresa estabelecer acordos contratuais para partilhar, evitar e mitigar os riscos, verificando-se que mais de metade das respostas são afirmativas variando as percentagens entre os 63,16% (evitar os riscos) e os 65,79% (partilhar e mitigar os riscos).

➤ **Resposta ao risco**

Tabela 3.18 - Distribuição das respostas segundo a resposta ao risco

Desenvolver medidas			Plano de gestão do risco		
Resposta	Nº	%	Resposta	Nº	%
Sim	38	100,00	Sim	37	97,37
Não	0	0,00	Não	1	2,63
Total	38	100,00	Total	38	100,00

Como demonstra a tabela 3.18 os inquiridos são unânimes na importância que atribuem ao desenvolvimento de medidas que possam responder aos riscos identificados e 97,37% consideram que o plano de gestão do risco é uma das formas de resposta.

➤ **Comunicação do risco**

Tabela 3.19 - Distribuição das respostas segundo a opinião sobre a comunicação do risco

Comunicação do risco	SROC's	
	Nº	%
Considera importante que todos os riscos identificados sejam comunicados aos responsáveis?		
Sim	36	94,74
Não	2	5,26
Total	38	100,00
A informação sobre a análise e gestão do risco deverá ser comunicada periodicamente à administração?		
Sim	37	97,37
Sem resposta	1	2,63
Total	38	100,00
A empresa deverá realizar reuniões com especialistas de gestão do risco para discutir eventuais questões?		
Sim	35	92,11
Não	1	2,63
Sem resposta	2	5,26
Total	38	100,00

Considera fundamental a elaboração de um relatório de risco?		
Sim	30	78,95
Não	7	18,42
Sem resposta	1	2,63
Total	38	100,00

Quanto às questões acerca de aspectos relacionados com a comunicação do risco (tabela 3.19) nomeadamente à necessidade de comunicar os riscos aos responsáveis e à administração assim como à importância de reunir com especialistas na área e à elaboração do relatório de risco os inquiridos respondem afirmativamente variando as percentagens entre um mínimo de 78,95% (relatório de risco) e um máximo de 97,37% (participação à administração).

Tabela 3.20 - Distribuição das respostas segundo a responsabilidade pela elaboração do relatório de risco

Responsabilidade pela elaboração do relatório de risco	SROC's	
	Nº	%
Administração da empresa	19	50,00
Departamento de Auditoria Interna	9	23,70
Revisor Oficial de Contas	2	5,26
Auditor Interno	0	0
Outro	1	2,63
Administração da empresa e Departamento de Auditoria Interna	1	2,63
Departamento de Auditoria Interna e Revisor Oficial de Contas	1	2,63
Revisor Oficial de Contas e Outro	1	2,63
Administração da empresa e Outro	2	5,26
Departamento Auditoria Interna, Revisor Oficial de Contas e Auditor Interno	1	2,63
Todos	1	2,63
Total	38	100,00

Quanto à responsabilidade pela elaboração do respectivo relatório de risco, 50% dos inquiridos consideram que deve pertencer à administração da empresa, sendo que cerca de 24% considera que essa responsabilidade deverá pertencer ao departamento de auditoria interna. Salienta-se o facto de alguns inquiridos considerarem que a elaboração

do relatório de risco é da responsabilidade de várias entidades: administração, departamento de auditoria interna, ROC e outras (controlo de gestão).

Relativamente à questão 6.6. do questionário “*O relatório dos riscos deve ter o parecer do Revisor Oficial de Contas?*” as opiniões dividem-se: 60,53% dos inquiridos consideram que sim contra 36,84% que consideram que não, e um dos inquiridos (2,63%) não respondeu.

No que se refere à questão 6.7. “*Na sua opinião o relatório de auditoria deve evidenciar a análise e gestão do risco?*” 73,68% dos inquiridos respondeu que sim, sendo que os restantes 26,32% acham que não.

➤ **A análise e gestão do risco de negócio e a tomada de decisão estratégica**

Tabela 3.21 - Distribuição das respostas segundo a contribuição da análise e gestão do risco

Contribuição da análise e gestão do risco	SROC's	
	Nº	%
Melhoria do desempenho organizacional		
Sim	37	97,37
Sem resposta	1	2,63
Total	38	100,00
Formulação estratégica da empresa		
Sim	32	84,21
Não	5	13,16
Sem resposta	1	2,63
Total	38	100,00
Aumento de competitividade e sucesso empresarial		
Sim	37	97,37
Não	1	2,63
Total	38	100,00
Tomada de decisão		
Sim	33	86,84
Não	5	13,16
Total	38	100,00

Melhoria da performance da empresa		
Sim	36	94,74
Não	1	2,63
Sem resposta	1	2,63
Total	38	100,00
Continuidade da empresa		
Sim	35	92,11
Não	3	7,89
Total	38	100,00
Identificar as incertezas enfrentadas pela empresa		
Sim	37	97,37
Não	1	2,63
Total	38	100,00

Por sua vez, a tomada de decisão estratégica é sempre considerada de forma positiva nos vários aspectos; de salientar que os aspectos que reúnem maior nº de respostas positivas são a identificação das incertezas, a melhoria do desempenho organizacional a melhoria da competitividade (cada um deles com 97.40% a concordar); por sua vez o aspecto menos consensual é a formulação estratégica com 84.20% a concordar.

Tabela 3.22 - Distribuição das respostas segundo a importância do risco de negócio

Novo foco da auditoria			Determinação do risco global de auditoria			Desenvolvimento estratégico da empresa		
Resposta	SROC's		Resposta	SROC's		Resposta	SROC's	
	Nº	%		Nº	%		Nº	%
Sim	27	71,05	Sim	35	92,11	Sim	36	94,74
Não	8	21,06	Não	2	5,26	Não	1	2,63
Sem resposta	3	7,89	Sem resposta	1	2,63	Sem resposta	1	2,63
Total	38	100,00	Total	38	100,00	Total	38	100,00

A Tabela 3.22 demonstra que cerca de 71% dos inquiridos considera que o risco de negócio é o novo foco da auditoria e que o mesmo representa um factor determinante quer para a determinação do risco global de auditoria (92,11%) quer para o desenvolvimento estratégico da empresa (94,74%).

Tabela 3.23 - Distribuição das respostas segundo a responsabilidade pela avaliação do risco de negócio

Responsabilidade pela avaliação do risco de negócio	SROC's	
	Nº	%
Administração da empresa	29	76,33
Departamento de Auditoria interna	3	7,89
Revisor Oficial de Contas	2	5,26
Auditor Interno	0	0,00
Administração da empresa e Revisor Oficial de Contas	1	2,63
Administração da empresa, Revisor Oficial de Contas e Auditor Interno	1	2,63
Todos os anteriores	2	5,26
Total	38	100,00

De acordo, com a tabela 3.23, verificamos que uma elevada percentagem dos inquiridos (76,33%) é da opinião que a avaliação do risco de negócio é da responsabilidade da administração da empresa, o que está em consonância com os outros aspectos já aqui analisados.

Tabela 3.24 - Distribuição das respostas segundo o papel desempenhado pelo ROC perante o risco

Papel desempenhado pelo ROC perante o risco		SROC's	
		Nº	%
O Revisor Oficial de Contas deve conhecer exaustivamente o negócio do cliente?	Sim	32	84,21
	Não	6	15,79
	Total	38	100,00
Os métodos e procedimentos utilizados pela auditoria tradicional são suficientes para entender e analisar o negócio do cliente?	Sim	14	36,84
	Não	23	60,53
	Sem resposta	1	2,63
	Total	38	100,00
A análise do risco estratégico é actualmente uma das preocupações do Revisor Oficial de Contas?	Sim	28	73,68
	Não	9	23,68
	Sem resposta	1	2,63
	Total	38	100,00

Pela análise da tabela 3.24 relativa à actividade desempenhada pelo ROC verificamos que uma grande percentagem dos inquiridos considera que é fundamental o conhecimento do negócio do cliente (84,21%) e a análise do risco estratégico (73,68%)

são preocupações do ROC. Salienta-se o facto de alguns inquiridos defenderem a opinião contrária: 15,79% não considera fundamental o conhecimento do negócio e 23,68% não tem como preocupação actual a análise do risco estratégico. Por outro lado, 60,53% dos inquiridos considera que os métodos e procedimentos utilizados pela auditoria tradicional não são suficientes para entender e analisar o negócio do cliente.

Tabela 3.25 - Distribuição das respostas segundo a necessidade do ROC identificar os riscos

Risco de controlo			Risco de detecção			Risco inerente			Risco estratégico		
Resposta	SROC's		Resposta	SROC's		Resposta	SROC's		Resposta	SROC's	
	Nº	%		Nº	%		Nº	%		Nº	%
Sim	38	100,00	Sim	36	94,74	Sim	36	94,74	Sim	26	68,43
Não	0	0,00	Não	1	2,63	Não	1	2,63	Não	9	23,68
Sem resposta	0	0,00	Sem resposta	1	2,63	Sem resposta	1	2,63	Sem resposta	3	7,89
Total	38	100,00	Total	38	100,00	Total	38	100,00	Total	38	100,00

A Tabela 3.25 retrata a opinião dos inquiridos relativamente à indispensável identificação dos riscos no trabalho de auditoria desenvolvido pelo ROC. As respostas são unânimes, a grande maioria dos inquiridos (variando desde os 94,74% até aos 100%) considera imprescindível que o ROC identifique os riscos de controlo, de detecção e inerente. No que se refere à necessária identificação do risco estratégico, 68,43% acha que é fundamental, sendo que 23,68% não dá relevância a esta questão e 7,89% dos inquiridos não respondeu.

Tabela 3.26 - Distribuição das respostas segundo a responsabilidade do ROC perante a continuidade

Responsabilidade sobre emissão de opinião relativa à continuidade da empresa			Auditoria baseada no risco auxilia na emissão da viabilidade e continuidade da empresa		
Resposta	Nº	%	Resposta	Nº	%
Sim	36	94,74	Sim	36	94,74
Não	1	2,63	Não	2	5,26
Sem resposta	1	2,63	Sem resposta	0	0,00
Total	38	100,00	Total	38	100,00

De acordo com a Tabela 3.26 as respostas demonstram que a larga maioria dos inquiridos (94,74%) considera que o ROC deve expressar a sua opinião sobre a continuidade da empresa e defendem que a auditoria baseada no risco auxilia positivamente essa análise.

Tabela 3.27 - Distribuição das respostas segundo as razões válidas para adoptar uma abordagem da auditoria baseada no risco de negócio

Razões válidas para adoptar uma abordagem da auditoria baseada no risco de negócio		SROC's	
		Nº	%
Eficiência da auditoria	Sim	33	86,84
	Não	5	13,16
	Total	38	100,00
Eficácia da auditoria	Sim	32	84,21
	Não	5	13,16
	Sem resposta	1	2,63
	Total	38	100,00
Mudanças tecnológicas	Sim	33	86,84
	Não	4	10,53
	Sem resposta	1	2,63
	Total	38	100,00
Serviço do cliente	Sim	29	76,32
	Não	6	15,79
	Sem resposta	3	7,89
	Total	38	100,00
Internacionalização	Sim	27	71,06
	Não	9	23,68
	Sem resposta	2	5,26
	Total	38	100,00
Diferenciação dos produtos	Sim	28	73,69
	Não	9	23,68
	Sem resposta	1	2,63
	Total	38	100,00

Na opinião dos inquiridos as razões válidas para a auditoria adoptar uma abordagem baseada no risco de negócio mais representativas são a eficiência e as mudanças tecnológicas, ambas com 86,84% de repostas afirmativas. Acresce salientar que a internacionalização só é apontada como razão válida por 71,06% dos respondentes.

3.4.1.3. Análise dos Resultados – Empresas cotadas em Bolsa

Neste ponto são apresentados e analisados os resultados obtidos das questões relacionadas com o ponto 3. **Estrutura da empresa** e a **Parte B - Análise e gestão do risco aplicada à auditoria** do questionário das Empresas cotadas em Bolsa. Relativamente à estrutura da empresa pretendemos analisar em termos internos como é organizada a estrutura organizacional das empresas em termos de auditoria interna, gestão do risco e controlo interno. Tal como o questionário das SROC's a parte B está dividida em várias abordagens ao risco: avaliação do risco, gestão do risco, resposta ao risco, comunicação do risco e análise e gestão do risco de negócio e a tomada de decisão estratégica.

➤ Estrutura da empresa

Tabela 3.28 - Distribuição das respostas das empresas segundo a sua estrutura interna

Estrutura interna das empresas		Empresas	
		Nº	%
A empresa dispõe de um Departamento de Auditoria Interna?	Sim	20	62,50
	Não	12	37,50
	Total	32	100,00
O Departamento de Auditoria dispõe de uma Secção/Sector de Análise e Gestão do Risco?	Sim	10	31,25
	Não	10	31,25
	Não aplicável	12	37,50
	Total	32	100,00
A empresa recorre a serviços externos de Análise e Gestão do Risco?	Sim	7	21,88
	Não	5	15,62
	Não aplicável	20	62,50
	Total	32	100,00
Existe na empresa um Departamento ou Secção dedicada exclusivamente à Análise e Gestão do Risco?	Sim	15	46,88
	Não	17	53,12
	Total	32	100,00
No caso de a empresa não dispor de um Departamento ou Secção de Análise e Gestão do Risco, é seu objectivo implementá-lo a curto prazo?	Sim	2	6,24
	Não	15	46,88
	Não aplicável	15	46,88
	Total	32	100,00

Considera importante que a empresa disponha internamente de um Departamento ou Secção de Análise e Gestão do Risco?	Sim	21	65,63
	Não	8	25,00
	Sem resposta	3	9,37
	Total	32	100,00
A empresa tem implementado um sistema de controlo interno?	Sim	32	100,00
	Total	32	100,00

No que respeita à caracterização da estrutura interna das empresas, a Tabela 3.28 revela que a maioria das empresas (62,5%) possui um departamento de auditoria interna na sua estrutura organizacional, e que metade desses departamentos integra uma Secção/Sector de análise e gestão do risco. Das 10 empresas que não dispõem de uma secção/sector para análise gestão do risco, 7 empresas recorrem externamente a esses serviços. Cerca de 53% das empresas não dispõe de um departamento ou secção específica para a análise e gestão do risco e 46,88% dessas empresas não pretende implementá-lo no curto prazo. No entanto é visível a importância que os inquiridos (65,63%) atribuem à existência de um departamento ou secção que trate especificamente esta matéria.

Todas as empresas da amostra são unânimes em afirmar que têm um sistema de controlo interno implementado.

➤ Avaliação do risco

Relativamente à questão 4.1. do questionário “*A análise o risco é uma necessidade compartilhada por todos os elementos da empresa?*” 25 empresas da amostra (78,12%) responderam afirmativamente, e apenas 7 empresas (21,18%) partilham de opinião contrária.

Tabela 3.29 - Distribuição das respostas segundo a avaliação do riscos

Identificar os riscos			Analisar os riscos			Gerir os riscos		
Resposta	Empresas		Resposta	Empresas		Resposta	Empresas	
	Nº	%		Nº	%		Nº	%
Sim	31	96,88	Sim	32	100,00	Sim	29	90,63
Não	1	3,12	Não	0	0,00	Não	3	9,37
Total	32	100,00	Total	32	100,00	Total	32	100,00

A Tabela 3.29 demonstra que as 96,88% das empresas consideram necessário a identificação dos riscos, 90,63% defendem que os riscos devem ser geridos e todas as empresas são unânimes no que respeita à análise dos riscos na preparação das demonstrações financeiras.

Tabela 3.30 - Distribuição das respostas segundo a identificação dos riscos

Identificação dos riscos		Empresas	
		Nº	%
Os riscos estão perfeitamente identificados na empresa?	Sim	26	81,25
	Não	6	18,75
	Total	32	100,00
A identificação dos riscos abrange os riscos internos e externos?	Sim	31	96,88
	Não	1	3,12
	Total	32	100,00
O historial da empresa é utilizado na identificação dos riscos?	Sim	31	96,88
	Não	1	3,12
	Total	32	100,00
Os sintomas de risco são devidamente identificados e documentados?	Sim	21	65,62
	Não	11	34,38
	Total	32	100,00
Os procedimentos de auditoria abrangem um exame dos riscos actuais?	Sim	26	81,25
	Não	5	15,63
	Sem resposta	1	3,12
	Total	32	100,00

De acordo com a Tabela 3.30 e no que respeita à identificação dos riscos constata-se que a maioria das empresas inquiridas (81,25%) identificam os riscos e utilizam (96,88%) o historial da empresa para realizar essa tarefa. Relativamente aos eventuais sintomas que possam ocorrer de risco, 65,62% das empresas faz essa identificação e inclusive documenta-a. Já no que concerne aos procedimentos de auditoria o exame dos riscos é efectuado por 26 das empresas inquiridas (81,25%).

Quando questionadas sobre os indicadores de medição de riscos e mais concretamente à questão 4.8. “*Na empresa há indicadores de medição dos riscos?*”, as respostas dividem-se, pois 53,12% dos inquiridos responderam que não (17 empresas) e os restantes 46,88% afirmaram que sim (15 empresas).

Considerou-se de extrema relevância que as empresas indicassem os principais indicadores de medição dos riscos utilizados e então foi considerada no questionário uma questão aberta (questão 4.9.) para esse efeito. Das 15 empresas que afirmam ter indicadores de risco, 66,67% (10 empresas) responderam a esta questão e revelam que utilizam como principais indicadores de medição do risco:

- volume de crédito concedido;
- controlo de produção e consumo de matérias-primas;
- Gaps de liquidez, impactos de alterações das taxas de juro, perfis de maturidade, VaR, ratings, scorings, regulamentação do Banco de Portugal (rácios de crédito vencido), etc (sector da Banca);
- Indicadores para risco de crédito, risco de mercado e risco operacional;
- Business risk model – composto por vários grupos de riscos (envolvente, operações, empowerment, tecnológicos, integridade e tomada de decisão).

As restantes 5 empresas (33,33%) embora afirmem ter indicadores de medição dos riscos não os revelaram.

Quanto à questão 4.10 “*Considera que os indicadores utilizados pela empresa na medição dos riscos são os mais adequados?*” das 15 empresas que afirmaram ter indicadores de medição dos riscos 14 consideram que estes são os mais adequados e uma das empresas não respondeu.

Tabela 3.31 - Distribuição das respostas segundo as potenciais fontes de risco da envolvente externa

Potenciais fontes de riscos da envolvente externa		Empresas	
		Nº	%
Novas tecnologias	Sim	22	68,75
	Não	10	31,25
	Total	32	100,00
Alterações das necessidades e expectativas dos clientes	Sim	30	93,75
	Não	2	6,25
	Total	32	100,00
Concorrência	Sim	30	93,75
	Não	2	6,25
	Total	32	100,00

Alteração da legislação	Sim	26	81,25
	Não	6	18,75
	Total	32	100,00
Catástrofes naturais	Sim	25	78,12
	Não	7	21,88
	Total	32	100,00
Mudanças económicas	Sim	30	93,75
	Não	2	6,25
	Total	32	100,00

Pela Tabela 3.31, constatamos que relativamente à envolvente externa a maioria dos inquiridos identificou positivamente todos os aspectos como potenciais fontes de risco, sendo os mais referidos: as alterações das necessidades e expectativas, a concorrência e as mudanças económicas (93,75% cada um deles); por sua vez o aspecto menos referido é as novas tecnologias com 68,75% de respostas afirmativas.

Tabela 3.32 - Distribuição das respostas segundo a avaliação do risco

Avaliação do risco		Empresas	
		Nº	%
A empresa costuma recorrer a especialistas em análise de riscos?	Sim	14	43,75
	Não	18	56,25
	Total	32	100,00
No processo de avaliação do risco costumam ser identificadas e quantificadas as causas específicas de cada risco?	Sim	20	62,50
	Não	12	37,50
	Total	32	100,00
Os riscos estão ordenados segundo uma hierarquia?	Sim	8	25,00
	Não	22	68,75
	Sem resposta	2	6,25
	Total	32	100,00

Os resultados obtidos permitem verificar que 56,25% das empresas não recorrem a especialistas em análise de riscos contra 43,75% que o fazem. No processo de avaliação do risco 62,5% das empresas identificam e quantificam as causas específicas de cada risco, embora apenas 25% estabeleça uma hierarquia de riscos. São ainda poucas as

empresas que hierarquizam os riscos, o que segundo McNamee (1996) é fundamental para uma boa gestão organizacional.

➤ **Gestão do risco**

Tabela 3.33 - Distribuição das respostas segundo a importância da gestão do risco

Importância da gestão do risco	Resposta	Empresas	
		Nº	%
A gestão do risco é fundamental para o desenvolvimento de actividade de auditoria interna?	Sim	26	81,25
	Não	6	18,75
	Total	32	100,00
A gestão do risco é imprescindível para a empresa atingir os seus objectivos?	Sim	26	81,25
	Não	6	18,75
	Total	32	100,00
Os órgãos de gestão da empresa dão importância à gestão do risco?	Sim	28	87,50
	Não	3	9,38
	Sem resposta	1	3,12
	Total	32	100,00
Existe planeamento das acções a empreender no caso de ocorrência de um novo risco?	Sim	19	59,38
	Não	12	37,50
	Sem resposta	1	3,12
	Total	32	100,00
Estão definidas estratégias alternativas de prevenção do risco?	Sim	19	59,38
	Não	12	37,50
	Sem resposta	1	3,12
	Total	32	100,00
A empresa dispõe de um plano específico de gestão do risco?	Sim	13	40,63
	Não	18	56,25
	Sem resposta	1	3,12
	Total	32	100,00
O plano de gestão do risco está em permanente actualização?	Sim	13	40,63
	Não aplicável	18	56,25
	Sem resposta	1	3,12
	Total	32	100,00
A empresa dispõe de alguns modelos de gestão do risco?	Sim	17	53,12
	Não	15	46,88
	Total	32	100,00

Relativamente a um conjunto de questões sobre a importância que as empresas atribuem à gestão do risco, constatamos pela Tabela 3.33 os seguintes resultados:

- 81,25% consideram que a gestão do risco é fundamental para o desenvolvimento da actividade de auditoria interna e contribui positivamente para atingir os objectivos;
- 87,50% referem que os órgãos de gestão dão importância à gestão do risco;
- 59,37% concordam com planeamento de acções e estratégias para prevenção do risco;
- 40,63% dispõe de um plano de gestão do risco que está em permanente actualização e 53,12% adoptam modelos de gestão de risco.

Os resultados obtidos relativo à interligação da auditoria interna com a gestão do risco são similares com os apresentados no estudo desenvolvido por Walker et al. (2003).

À questão 5.9. “*Estão clarificados todos os meios necessários para mitigar os riscos identificados?*” as respostas dividiram-se, metade das empresas responderam afirmativamente e a outra metade negativamente.

Tabela 3.34 - Distribuição das respostas segundo os métodos utilizados na mitigação dos riscos

Controlar o risco			Partilhar o risco			Evitar o risco		
Resposta	Empresas		Resposta	Empresas		Resposta	Empresas	
	Nº	%		Nº	%		Nº	%
Sim	25	78,12	Sim	22	68,75	Sim	24	75,00
Não	3	9,38	Não	7	21,87	Não	4	12,50
Sem resposta	4	12,5	Sem resposta	3	9,38	Sem resposta	4	12,50
Total	32	100,00	Total	32	100,00	Total	32	100,00

Quanto aos métodos utilizados pelas empresas na mitigação dos riscos (tabela 3.34) todos os inquiridos respondem positivamente, sendo de destacar que as empresas apresentam uma maior concordância quando se trata de controlar e evitar o risco, com 78,12% e 75% respectivamente de respostas afirmativas. De salientar que 12,5% dos inquiridos não responderam a estes aspectos. No entanto, a partilha dos riscos é também um aspecto tido em conta pelas empresas embora com um peso menos significativo (68,85% de respostas afirmativas contra 21,87% de respostas negativas).

Estes resultados revelam alguma preocupação das empresas relativamente aos métodos para mitigar os riscos, resultados também já apurados em estudos desenvolvidos por McNamee e Selim (1999).

Tabela 3.35 - Distribuição das respostas segundo a função do controlo interno

Mitigar o risco			Evitar o risco			Diversificar o risco		
Resposta	Empresas		Resposta	Empresas		Resposta	Empresas	
	Nº	%		Nº	%		Nº	%
Sim	28	87,50	Sim	20	62,50	Sim	24	75,00
Não	2	6,25	Não	10	31,25	Não	7	21,88
Sem resposta	2	6,25	Sem resposta	2	6,25	Sem resposta	1	3,12
Total	32	100,00	Total	32	100,00	Total	32	100,00

A tabela 3.35 evidencia que o sistema de controlo interno contribui positivamente para mitigar o risco (87,50%), evitar o risco (62,50%) e diversificar o risco (75,00%).

Relativamente à questão 5.12. “*Considera que o sistema de controlo interno contribui para prevenir o risco?*” todas as empresas são unânimes e consideram o sistema de controlo interno actua como prevenção do risco.

Um dos aspectos que se pretendeu também analisar foi a postura dos órgãos de gestão face à gestão do risco através da questão 5.13. “*A gestão do risco é um assunto discutido abertamente nas reuniões dos órgãos de gestão?*” Os resultados obtidos revelam que em 26 empresas inquiridas esta preocupação é tida em conta, representando assim uma taxa de resposta positiva de 81,25%. Uma das empresas não respondeu a esta questão e as restantes (15,63%) ainda não falam desta questão abertamente.

Relativamente à questão 5.14. “*Existe um controlo contínuo dos riscos identificados?*” 25 empresas responderam que sim (78,13%) e as restantes 7 responderam que não (21,87%).

Tabela 3.36 - Distribuição das respostas segundo a adequação dos acordos contratuais

Partilhar os riscos			Evitar os riscos			Mitigar os riscos		
Resposta	Empresas		Resposta	Empresas		Resposta	Empresas	
	Nº	%		Nº	%		Nº	%
Sim	26	81,25	Sim	21	65,63	Sim	28	87,50
Não	5	15,63	Não	10	31,25	Não	3	9,38
Sem resposta	1	3,12	Sem resposta	1	3,12	Sem resposta	1	3,12
Total	32	100,00	Total	32	100,00	Total	32	100,00

Pela tabela 3.36 constatamos que os acordos contratuais efectuados pela empresa são, na opinião da maioria das empresas, adequados para partilhar, evitar e mitigar os riscos. Estes acordos evidenciados pelas empresas como maior relevância para partilha e mitigação dos riscos (81,25% e 87,50% das respostas afirmativas respectivamente). No entanto, a percentagem de respostas é menos significativa quando se trata de evitar os riscos, pois 65,63% das empresas responderam que sim e 31,25% responderam que não.

➤ Resposta ao risco

Para analisar de que forma é que as empresas respondem aos riscos identificados foram efectuadas duas questões: a questão 6.1. “*São desenvolvidas medidas imediatas para dar resposta aos riscos identificados?*” em que se obtiveram resultados bastante positivos – 30 empresas responderam que sim (93,75%) e apenas 2 empresas não desenvolvem este tipo de medidas.

Pretendeu-se também aferir através da questão 6.2. “*O plano de gestão do risco é usado como guia para o controlo da respectiva resposta?*” se as empresas que dispõem de um plano de gestão do risco o utilizam como forma de dar resposta aos riscos identificados. De acordo com os resultados da Tabela 3.33 das 13 empresas da amostra que dispõem de um plano de gestão de risco 11 empresas (84,62%) responderam que recorrem a esse plano como guia para o controlo da respectiva resposta.

➤ **Comunicação do risco**

Tabela 3.37 - Distribuição das respostas segundo a comunicação do risco

Comunicação do risco	Resposta	Empresas	
		Nº	%
Todos os riscos identificados são comunicados aos responsáveis?	Sim	27	84,38
	Não	5	15,62
	Total	32	100,00
A informação sobre a análise e gestão do risco é comunicada periodicamente à administração?	Sim	26	81,25
	Não	5	15,63
	Sem resposta	1	3,12
	Total	32	100,00
A informação sobre a análise e gestão do risco é comunicada periodicamente aos <i>stakeholders</i> ?	Sim	16	50,00
	Não	13	40,63
	Sem resposta	3	9,37
	Total	32	100,00
São realizadas reuniões entre os diversos órgãos de gestão para discutir a problemática do risco?	Sim	24	75,00
	Não	8	25,00
	Total	32	100,00
São realizadas reuniões com especialista de gestão do risco para discutir eventuais questões?	Sim	18	56,25
	Não	13	40,63
	Sem resposta	1	3,12
	Total	32	100,00
É elaborado um relatório do risco que contemple a sua identificação e possíveis alternativas de gestão?	Sim	16	50,00
	Não	16	50,00
	Total	32	100,00

No respeitante às questões da Tabela 3.37 sobre a comunicação do risco, constatamos os seguintes resultados:

- os riscos são comunicados quer aos responsáveis quer à administração pela maioria das empresas (84,38% e 81,25% respectivamente);
- 50% das empresas afirmam que comunicam periodicamente aos *stakeholders* informação sobre a análise e gestão do risco, sendo que 40,63% ainda não o faz;

- há uma preocupação por parte das empresas em realizar reuniões para comunicar e discutir eventuais questões relacionadas com o risco, embora sejam mais significativas as reuniões ao nível dos órgãos (75,00%) do que as reuniões com especialistas de gestão do risco que só são feitas por 56,25% das empresas;
- o relatório do risco que permita comunicar possíveis alternativas de gestão só é elaborado por metade das empresas.

Tabela 3.38 - Distribuição das respostas segundo a responsabilidade pela elaboração do relatório de risco

Responsabilidade pela elaboração do relatório de risco	Empresas	
	Nº	%
Administração da empresa	4	12,50
Departamento de Auditoria Interna	3	9,37
Revisor Oficial de Contas	0	0,00
Auditor Interno	0	0,00
Outro	7	21,87
Departamento de Auditoria Interna e Outro	1	3,13
Todos	1	3,13
Não aplicável	16	50,00
Total	32	100,00

Quanto à responsabilidade da elaboração do relatório de risco (tabela 3.38) das 16 empresas que confirmaram a sua elaboração (tabela 3.37) 7 empresas optaram pela opção “outros” (21,87%) referindo que essa responsabilidade deve estar a cargo nomeadamente: direcção do risco, finanças, *risk Office*. As restantes empresas afirmaram que a responsabilidade é da administração (12,50%), do departamento de auditoria interna (9,37%).

À questão 7.8. do questionário “*O relatório dos riscos deve ter o parecer do Revisor Oficial de Contas?*” apenas 6 empresas (18,75%) responderam afirmativamente, a maioria das empresas (59,38%) é da opinião que esse relatório não deve ter o parecer do ROC e as restante empresas (21,87%) não responderam a esta questão.

Quanto à questão 7.9. “*O relatório de auditoria evidencia a análise e gestão do risco?*” as opiniões dividem-se pois 15 empresas (46,88%) afirmam que sim, 15 responderam que não e as restantes 2 empresas não responderam.

Outra particularidade diz respeito à questão 7.10. “*A empresa proporciona aos responsáveis pela análise e gestão do risco acções de formação/actualização?*” em que as respostas foram maioritariamente afirmativas (65,62%) o que traduz a preocupação das empresas na formação do seu pessoal.

➤ **Análise e gestão do risco de negócio e a tomada de decisão estratégica**

Tabela 3.39 - Distribuição das respostas segundo a contribuição da análise e gestão do risco de negócio na tomada de decisão estratégica

Melhoria do desempenho organizacional			Determinação do risco global de auditoria			Formulação estratégica da empresa		
Resposta	Empresas		Resposta	Empresas		Resposta	Empresas	
	Nº	%		Nº	%		Nº	%
Sim	30	93,75	Sim	24	75,00	Sim	26	81,25
Não	2	6,25	Não	7	21,88	Não	6	18,75
Sem resposta	0	0,00	Sem resposta	1	3,12	Sem resposta	0	0,00
Total	32	100,00	Total	32	100,00	Total	32	100,00

Relativamente às questões que avaliam a contribuição da análise e gestão do risco de negócio na tomada de decisão estratégica os resultados obtidos (tabela 3.39) evidenciam respostas positivas nomeadamente:

- a maioria das empresas (93,75%) considera que a análise e gestão do risco de negócio contribui para a melhoria do seu desempenho organizacional;
- 75% das empresas revelam que a avaliação do risco de negócio afecta positivamente a determinação do risco global de auditoria, embora 21,88% das empresas não seja da mesma opinião;
- é notório que as empresas defendem uma relação positiva e directa entre a análise e gestão do risco de negócio e a formulação estratégica da empresa, pois 81,25% reponderam afirmativamente a essa questão.

No sentido de examinar em que medida é que a análise e gestão do risco contribuem para a formulação estratégica da empresa foi formulada uma questão aberta (questão 8.4. do questionário). Das 26 empresas que responderam afirmativamente (tabela 3.39), 8 empresas não evidenciaram em que medida se estabelece a relação acima referida e as restantes 18 empresas identificaram um conjunto de aspectos interessantes que podem explicar em que medida é que a análise e gestão do risco contribuem para a definição da estratégia da empresa e dos quais salientamos:

- permite tomar medidas preventivas relativamente a eventuais riscos;
- melhora o posicionamento da empresa antecipando situações com impactos negativos no negócio;
- alterações de decisões de gestão que evitam ou mitigam os riscos;
- os riscos afectam os objectivos de negócio;
- definição de estratégias de expansão ou diversificação dos negócios;
- manutenção dos actuais negócios.

Há ainda algumas empresas que referem a gestão do risco como a base para a gestão estratégica, para o planeamento de auditoria e controlo interno.

A questão 8.5. “*Os riscos de negócio não controlados têm implicações na conduta da auditoria?*” teve como objectivo aferir a relação entre os riscos de negócio e a actividade de auditoria. Relativamente a esta questão 20 empresas (62,5%) responderam afirmativamente, 10 empresas (31,25%) responderam que não há implicações e 2 empresas não responderam.

Tabela 3.40 - Distribuição das respostas segundo a importância da análise e gestão do risco

Importância da análise e gestão do risco Resposta		Empresas	
		Nº	%
A análise e gestão do risco são factores de aumento de competitividade e sucesso empresarial?	Sim	31	96,88
	Não	1	3,12
	Total	32	100,00
Considera que a análise e gestão do risco é condição essencial para melhorar a performance da empresa?	Sim	28	87,50
	Não	4	12,50
	Total	32	100,00

A análise e gestão do risco contribuem para garantir a continuidade da empresa?	Sim	28	87,50
	Não	3	9,38
	Sem resposta	1	3,12
	Total	32	100,00
A análise e gestão do risco permitem identificar as incertezas enfrentadas pela empresa?	Sim	32	100,00
	Total	32	100,00
O enfoque no risco de negócio é factor preponderante para o desenvolvimento estratégico da empresa?	Sim	29	90,62
	Não	3	9,38
	Total	32	100,00
A elaboração do relatório de risco é fundamental para a tomada de decisões?	Sim	23	71,88
	Não	7	21,87
	Sem resposta	2	6,25
	Total	32	100,00

Relativamente ao grupo de questões que avaliam a análise e gestão do risco de negócio na tomada de decisão estratégica (tabela 3.40) mais uma vez as empresas valorizam positivamente os vários aspectos. Para as empresas a análise e gestão do risco é de extrema relevância (100,00% de respostas positivas) para a identificação de incertezas, para o aumento da competitividade e sucesso empresarial (96,88%), para a melhoria da performance empresarial e da continuidade da empresa (87,50% cada de respostas afirmativas). Constata-se que a maioria das empresas (90,62%) dão especial atenção ao risco de negócio para o seu desenvolvimento estratégico e que 71,88% das empresas considera que a elaboração do relatório de risco é essencial e ajuda na tomada de decisão.

Tabela 3.41 - Distribuição das respostas segundo as razões válidas para a auditoria adoptar uma abordagem baseada no risco de negócio

Razões válidas para a auditoria adoptar uma abordagem baseada no risco de negócio	Empresas		
	Nº	%	
Eficiência da auditoria	Sim	27	84,38
	Não	3	9,37
	Sem resposta	2	6,25
	Total	32	100,00

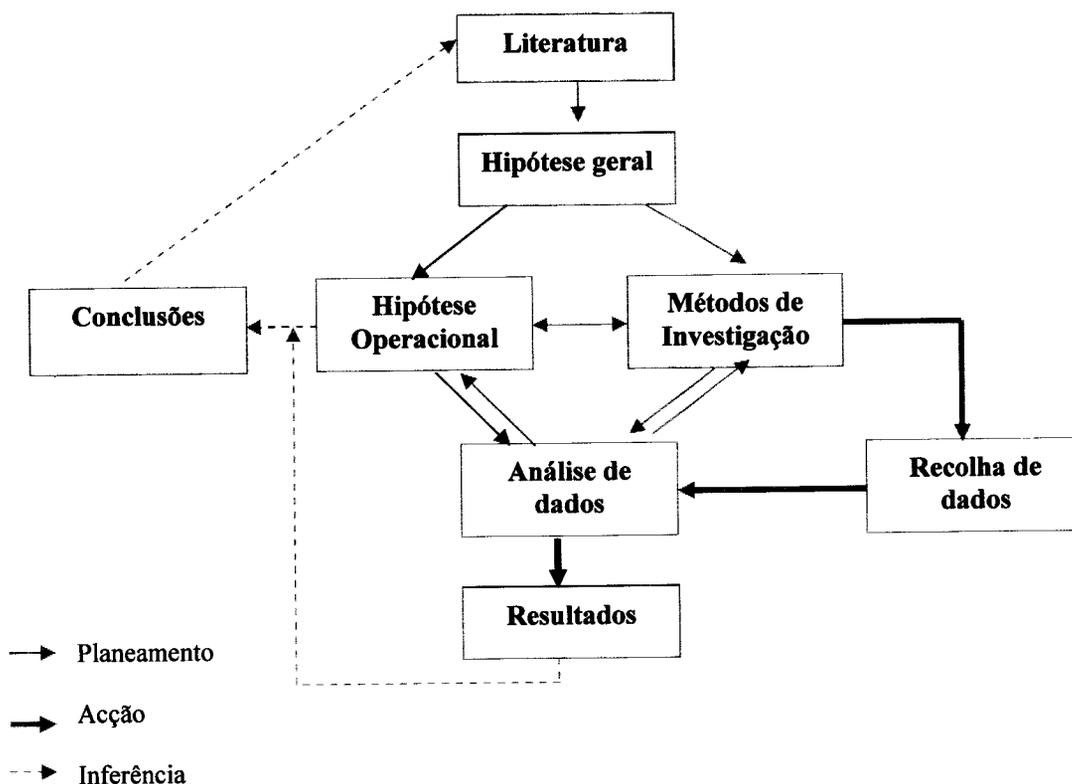
Eficácia da auditoria	Sim	25	78,12
	Não	5	15,63
	Sem resposta	2	6,25
	Total	32	100,00
Mudanças tecnológicas	Sim	27	84,38
	Não	3	9,37
	Sem resposta	2	6,25
	Total	32	100,00
Serviço do cliente	Sim	23	71,88
	Não	6	18,75
	Sem resposta	3	9,37
	Total	32	100,00
Internacionalização	Sim	22	68,75
	Não	7	21,88
	Sem resposta	3	9,37
	Total	32	100,00
Diferenciação dos produtos	Sim	18	56,25
	Não	11	34,38
	Sem resposta	3	9,37
	Total	32	100,00

Através da tabela 3.41, verificamos que as razões válidas para a auditoria adoptar uma abordagem baseada no risco de negócio é a eficiência e as mudanças tecnológicas (com 84.38% dos respondentes a responderem afirmativamente). O aspecto menos valorizado é a diferenciação dos produtos com 56.25% dos participantes a responderem positivamente.

3.4.2. Análise estatística dos dados

A investigação empírica foi planeada de forma a seguir as etapas definidas por Hill e Hill (2002), tal como se esquematiza na seguinte figura:

Figura 3.1 - Etapas da investigação empírica



Fonte: Hill, Manuela Magalhães e Hill, Andrew (2002), *Investigação por Questionário*, Edições Sílabo, Lisboa, p.32

De acordo com este modelo, as hipóteses gerais e operacionais são formuladas no início da investigação empírica e após a recolha de informação e análise de dados é possível reformular as hipóteses operacionais e os respectivos métodos de investigação de acordo com os resultados que se vão obtendo à medida que o estudo avança.

Neste estudo considerou-se a seguinte **hipótese geral**:

Existe uma relação entre a dimensão das organizações e a gestão do risco, sendo certo que a opinião dos responsáveis das empresas e dos auditores externos são semelhantes em relação às questões essenciais sobre a importância da gestão do risco para a performance das empresas.

3.4.2.1. Dimensão das Empresas e Gestão do risco

Relativamente à amostra das empresas cotadas em Bolsa um dos objectivos do estudo empírico é perceber se existe uma relação directa entre a dimensão da organização e a importância da gestão do risco.

Para averiguar a dimensão da organização foram recolhidos, através dos questionários e de dados facultados pela Euronext, os seguintes dados sobre as empresas questionadas: Volume de Negócios, Total do Activo e Número de trabalhadores (Apêndice 6).

Hipótese 1: A existência de um Departamento de Auditoria Interna na empresa está correlacionada com a dimensão da empresa

Para testar esta hipótese utiliza-se a resposta da questão 3.1. “*A empresa dispõe de um Departamento de Auditoria Interna?*” do questionário efectuado às empresas para relacionar com os valores das variáveis da dimensão: Volume de Negócios, Total do Activo e N° trabalhadores.

Hipótese 2: A existência de um Departamento ou Secção de Análise e Gestão do Risco está correlacionada com a dimensão da empresa

Para testar esta hipótese utiliza-se a resposta da questão 3.4. “*Existe na empresa um Departamento ou Secção dedicada exclusivamente à Análise e Gestão do Risco?*” do questionário das empresas para relacionar com os valores das variáveis da dimensão: Volume de Negócios, Total do Activo e N° trabalhadores.

Para compreender a importância que a organização atribui à gestão do risco foi elaborada uma questão sobre a existência ou não de um departamento de auditoria interna e de um departamento de gestão de risco.

Assim, a hipótese geral é colocada nos seguintes termos:

Hipótese geral: Existe uma relação entre a dimensão da organização e a existência dum departamento de auditoria interna e/ou de um departamento de gestão de risco.

- **Definição da variável latente “dimensão”**

Pretende-se estimar a variável latente⁵⁶ “dimensão da organização” a partir dos valores das variáveis Volume de Negócios, Total do Activo e Número de trabalhadores.

H0 - é possível construir uma medida adequada da variável latente “dimensão” com base numa combinação linear de 3 características: Volume de Negócios, Total do Activo e Número de trabalhadores.

Por adequada entende-se:

- Uma medida com fiabilidade adequada;
- Uma medida unidimensional;
- Uma medida com validade adequada.

Para avaliar a fiabilidade da variável usou-se a técnica Alfa de Cronbach em que o coeficiente de fiabilidade interna é estimado como sendo o valor médio de todos os coeficientes possíveis do tipo “*split-half*” (Hill e Hill, 2002).

Tabela 3.42 - Fiabilidade da variável dimensão

Reliability Statistics	
Cronbach's Alpha	N of Items
,060	3

O resultado obtido é de 0.060, que de acordo com Hill e Hill (2002), um coeficiente abaixo de 0.6 é inaceitável.

Usando apenas 2 variáveis também o coeficiente Alfa não é aceitável.

⁵⁶ Variável latente é “uma variável que não pode ser observada nem medida directamente mas que pode ser definida a partir de um conjunto de outras variáveis (possíveis de serem observadas ou medidas) que edem qualquer coisa em comum (nomeadamente, a variável latente).” (Hill e Hill, 2002, p.135).

Tabela 3.43 - Coeficiente de fiabilidade da variável dimensão

Item-Total Statistics					
	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item-Total Correlation	Squared Multiple Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
2.4. Número médio de colaboradores (2002)	8215122,59	2,282E+014	,321	,960	,079
2.5. Volume negócios milhares euros (2002)	7251343,33	2,175E+014	,231	,960	,001
Total do Activo milhares euros (2002)	977956,30	1,800E+012	,230	,059	,033

Para saber se seria uma medida unidimensional as 3 componentes teriam de definir um só factor numa análise factorial. Também este teste se revelou inadequado. Assim não se deve tirar conclusões a partir de uma medida que não tem fiabilidade adequada.

Esta hipótese é rejeitada e terá de ser dividida em função de cada uma das suas componentes.

- **Caracterização das variáveis**

As variáveis independentes “Volume de Negócios”, “Total do Activo” e “Número de trabalhadores” são variáveis quantitativas contínuas, ou seja, variáveis métricas.

A variável dependente “existência de um departamento interno de auditoria” assim como a variável “existência de um departamento de gestão de risco” são variáveis qualitativas, nominais e do tipo escala nominal, qualitativamente diferentes e mutuamente exclusivas (sim / não).

Da amostra constam 27 casos, o que permite fazer estudos de associação e regressão. Na regressão múltipla o tamanho mínimo da amostra deve ser $N=5K$, em que N = tamanho mínimo e K o nº de variáveis independentes.

Após explorar os dados empíricos obtidos verificou-se que provavelmente nenhuma das variáveis necessárias ao teste desta hipótese tem distribuição normal, como se pode ver na tabela seguinte em que os valores de assimetria e achatamento são muito elevados.

Tabela 3.44 - Assimetria / achatamento da variável dimensão

		Statistics		
		2.4. Número médio de colaboradores (2002)	2.5. Volume negócios milhares euros (2002)	Total do Activo milhares euros (2002)
N	Valid	27	27	27
	Missing	5	5	5
Skewness		3,098	2,994	2,733
Std. Error of Skewness		,448	,448	,448
Kurtosis		10,082	10,085	7,413
Std. Error of Kurtosis		,872	,872	,872
Percentiles	25	1568,00	199690,00	387076,00
	50	3295,00	721778,00	1378608,00
	75	7380,00	1085604,00	4568956,00

Numa distribuição normal os valores de assimetria (skewness) e de achatamento (kurtosis) são próximos de zero, ou no mínimo, inferiores a duas vezes o valor do erro padrão (Hill e Hill, 2002).

Para confirmar esta primeira avaliação da normalidade usaram-se os seguintes processos: histograma, o gráfico Q-Q plot e os testes estatísticos Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk. O histograma das variáveis confirma visualmente o afastamento da curva normal (Apêndice 7).

Foram elaborados os gráficos normais Q-Q plot e “detrended” normal Q-Q plot, para as três variáveis (Apêndice 8). Os gráficos Q-Q plot apresentam os valores observados no eixo horizontal e os valores que se esperava obter se a normalidade se verificasse no eixo vertical. Os desvios visíveis das rectas representam desvios da normalidade.

Os gráficos “detrended” normal Q-Q plot mostra no eixo vertical a diferença entre os valores normalizados para cada observação e os correspondentes valores esperados e no eixo horizontal os valores observados.

O teste de Kolmogorov-Smirnov, que é mais apropriado quando as amostras são de pequena dimensão ($n < 30$), pretende testar:

H_0 : A população tem distribuição normal

versus

H_1 : A população não tem distribuição normal

Tabela 3.45 - Teste sobre a normalidade das variáveis: N° médio de colaboradores, Volume de negócios e Total do Activo

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
2.4. Número médio de colaboradores (2002)	,321	27	,000	,572	27	,000
2.5. Volume negócios milhares euros (2002)	,258	27	,000	,636	27	,000
Total do Activo milhares euros (2002)	,350	27	,000	,540	27	,000

a. Lilliefors Significance Correction

Para determinar se se rejeita a hipótese nula é necessário examinar a probabilidade associada com o teste estatístico, o valor de p, que nos resultados do SPSS aparece como “sig.”. Se este valor for inferior ao valor escolhido para ser estatisticamente significativo (por exemplo 0,05 para 95% de confiança), então a hipótese nula é rejeitada e pode concluir-se que os dados não são representativos duma distribuição normal. A tabela 3.45 mostra que as 3 variáveis têm valores de 0.000, pelo que se rejeita a hipótese nula.

Podemos, então, concluir que a hipótese de estarmos perante uma amostra proveniente de uma população com distribuição normal não é de aceitar. O facto das variáveis não terem uma distribuição normal impede a utilização de técnicas paramétricas que têm como pressuposto que a amostra em análise tenha uma distribuição normal.

Sendo assim, a alternativa que existe são os testes não paramétricos pois estes não exigem nenhum modelo pré-definido para a população. As técnicas não paramétricas permitem analisar variáveis com valores numa escala ordinal ou numa escala nominal.

Os coeficientes de correlação medem a relação entre duas variáveis ordinais como o coeficiente rho de Spearman e tau-b de Kendall.

- **Definição das hipóteses operacionais**

Hipótese 1: Existe uma associação, estatisticamente significativa, entre a existência de um departamento interno de auditoria e o Volume de Negócios, o Total do Activo e o Número de trabalhadores.

Existem vários coeficientes de correlação multivariados sendo o coeficiente de correlação de *Spearman* o mais adequado para o caso em análise uma vez que não exige nenhum pressuposto sobre a forma de distribuição e é uma medida de associação entre duas variáveis ordinais. Este coeficiente em vez de usar as magnitudes das observações usa as respectivas ordens (ranks).

Testar a seguinte hipótese nula:

H_0 : As variáveis não são correlacionadas

Versus

H_1 : As variáveis são correlacionadas

Obteve-se a seguinte matriz de correlação:

Tabela 3.46 - Matriz de correlação entre a dimensão e a existência de um departamento interno de auditoria

Correlations						
			2.4. Número médio de colaboradores (2002)	2.5. Volume negócios milhares euros (2002)	Total do Activo milhares euros (2002)	3.1. A empresa dispõe de um Departamento de Auditoria Interna?
Kendall's tau_b	2.4. Número médio de colaboradores (2002)	Correlation Coefficient	1,000	,670**	,527**	,442**
		Sig. (2-tailed)	.	,000	,000	,007
		N	27	27	27	27
	2.5. Volume negócios milhares euros (2002)	Correlation Coefficient	,670**	1,000	,584**	,508**
	Sig. (2-tailed)	,000	.	,000	,002	
	N	27	27	27	27	
	Total do Activo milhares euros (2002)	Correlation Coefficient	,527**	,584**	1,000	,647**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	.	,000	
	N	27	27	27	27	
	3.1. A empresa dispõe de um Departamento de Auditoria Interna?	Correlation Coefficient	,442**	,508**	,647**	1,000
	Sig. (2-tailed)	,007	,002	,000	.	
	N	27	27	27	32	
Spearman's rho	2.4. Número médio de colaboradores (2002)	Correlation Coefficient	1,000	,827**	,709**	,532**
		Sig. (2-tailed)	.	,000	,000	,004
		N	27	27	27	27
	2.5. Volume negócios milhares euros (2002)	Correlation Coefficient	,827**	1,000	,731**	,611**
	Sig. (2-tailed)	,000	.	,000	,001	
	N	27	27	27	27	
	Total do Activo milhares euros (2002)	Correlation Coefficient	,709**	,731**	1,000	,778**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	.	,000	
	N	27	27	27	27	
	3.1. A empresa dispõe de um Departamento de Auditoria Interna?	Correlation Coefficient	,532**	,611**	,778**	1,000
	Sig. (2-tailed)	,004	,001	,000	.	
	N	27	27	27	32	

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

A associação é tanto maior quanto mais próximo o coeficiente estiver de 1. Os valores de 0.532, 0.611 e 0.778 revelam que existe uma associação mas não muito forte. Pelo que podemos concluir que estas variáveis são importantes mas não decisivas.

De notar pela tabela 3.46 que os coeficientes são todos positivos o que sugere que quanto maior for a organização maior a importância dada à auditoria interna.

A matriz de correlação também nos dá a probabilidade de estarmos errados se assumirmos que a relação encontrada na amostra reflecte a relação entre a existência dum departamento de auditoria interna e o nº de colaboradores, volume de negócios e total do activo que existe na população total, da qual esta amostra foi retirada. A probabilidade é 0.000 que está abaixo do limite convencionado 0.05.

Assim a hipótese não é de rejeitar. Existe uma associação positiva e podemos generalizar os resultados à população.

Hipótese 2: Existe uma relação, estatisticamente significativa, entre a existência de um departamento de análise e gestão do risco e o Volume de Negócios, o Total do Activo e o Número de trabalhadores.

Através dos resultados obtidos na tabela 3.47 podemos concluir que a associação entre a existência de um departamento de Gestão de risco é muito fraca relativamente ao nº de colaboradores (0.352) e fraca relativamente às outras duas variáveis (0.552 e 0.666).

A probabilidade de estarmos errados se assumirmos que a relação encontrada na amostra reflecte a relação em teste existe na população total é menor que 0.05 no caso do volume de negócios e total do activo mas é maior no caso do nº de colaboradores.

Assim rejeita-se a hipótese para a relação entre a existência de um departamento de Gestão de risco e o nº de colaboradores mas não se rejeita a hipótese de associação positiva entre a existência de um departamento de Gestão de risco e o volume de negócios e o total do activo, embora fraca e podemos generalizar este resultado à população.

Tabela 3.47 - Matriz de correlação entre a dimensão e a existência de um departamento de análise e gestão do risco

Correlations						
			2.4. Número médio de colaboradores (2002)	2.5. Volume negócios milhares euros (2002)	Total do Activo milhares euros (2002)	3.4. Existe na empresa um Departamento ou Secção dedicada exclusivamente e à Análise e Gestão do Risco?
Kendall's tau_b	2.4. Número médio de colaboradores (2002)	Correlation Coefficient	1,000	,670**	,527**	,293
		Sig. (2-tailed)	.	,000	,000	,073
		N	27	27	27	27
	2.5. Volume negócios milhares euros (2002)	Correlation Coefficient	,670**	1,000	,584**	,459**
		Sig. (2-tailed)	,000	.	,000	,005
		N	27	27	27	27
	Total do Activo milhares euros (2002)	Correlation Coefficient	,527**	,584**	1,000	,554**
		Sig. (2-tailed)	,000	,000	.	,001
		N	27	27	27	27
	3.4. Existe na empresa um Departamento ou Secção dedicada exclusivamente à Análise e Gestão do Risco?	Correlation Coefficient	,293	,459**	,554**	1,000
		Sig. (2-tailed)	,073	,005	,001	.
		N	27	27	27	32
Spearman's rho	2.4. Número médio de colaboradores (2002)	Correlation Coefficient	1,000	,827**	,709**	,352
		Sig. (2-tailed)	.	,000	,000	,072
		N	27	27	27	27
	2.5. Volume negócios milhares euros (2002)	Correlation Coefficient	,827**	1,000	,731**	,552**
		Sig. (2-tailed)	,000	.	,000	,003
		N	27	27	27	27
	Total do Activo milhares euros (2002)	Correlation Coefficient	,709**	,731**	1,000	,666**
		Sig. (2-tailed)	,000	,000	.	,000
		N	27	27	27	27
	3.4. Existe na empresa um Departamento ou Secção dedicada exclusivamente à Análise e Gestão do Risco?	Correlation Coefficient	,352	,552**	,666**	1,000
		Sig. (2-tailed)	,072	,003	,000	.
		N	27	27	27	32

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

3.4.2.2. Análise comparativa das amostras

Pretende-se testar se os responsáveis das empresas cotadas em Bolsa e os auditores externos (SROC's) têm a mesma opinião acerca das questões essenciais relacionadas com a gestão do risco.

Para testar esta hipótese recorreu-se ao teste do Qui-quadrado que geralmente é utilizado para testar se dois grupos independentes diferem relativamente a uma determinada característica. É um teste não paramétrico, ou seja, não depende dos parâmetros populacionais, como média e variância. Este teste averigua se a frequência com que os elementos da amostra se repartem pelas classes de uma variável nominal categorizada é idêntica ou não. O princípio básico deste método é comparar proporções, isto é, as possíveis divergências entre as frequências observadas e esperadas.

Em termos gerais, pode-se dizer que os dois grupos têm opiniões semelhantes se as diferenças entre as frequências observadas e esperadas em cada categoria forem muito pequenas, próximas de zero.

A hipótese nula testa se não existem diferenças estatisticamente significativas entre as amostras relativamente à distribuição nas classes da variável. Rejeita-se a hipótese quando o nível de significância alfa for baixo. O nível de significância alfa representa a máxima probabilidade de erro ao rejeitar uma hipótese.

Ao menor valor de alfa a partir do qual se rejeita H_0 chama-se probabilidade de significância ou p-value. Este valor representa uma medida complementar do grau de “certeza” a partir do qual assumimos como real (representativo da população) o resultado (ou estatística) obtido no estudo. Para um determinado nível de significância alfa a regra geral é rejeitar H_0 se $p\text{-value} \leq \alpha$.

3.4.2.2.1. Hipótese 1

H_0 – A opinião das Empresas e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas é semelhante relativamente à importância da empresa dispor de um Departamento ou Secção de Análise e Gestão do Risco.

Para testar esta hipótese foram consideradas as seguintes questões:

Quadro 3.1 – Questões para testar a hipótese 1

Nº Questão		Questões
Questionário das Empresas	Questionário das SROC's	
3.6.	3.3.	Considera importante que a empresa disponha internamente de um Departamento ou Secção de Análise e Gestão do Risco?

Fonte: Elaboração própria

Exibe-se seguidamente o resultado do SPSS com o quadro que contém o registo das frequências observadas (Count) e as frequências esperadas (Expected count).

Tabela 3.48 – Frequências observadas / frequências esperadas – Hipótese 1

Crosstab

			Considera importante que a empresa disponha internamente de um Departamento ou Secção de Análise e Gestão do Risco?		Total
			Não	Sim	
tipo empresa	Count	8	21	29	
	Expected Count	10,5	18,5	29,0	
Roc	Count	16	21	37	
	Expected Count	13,5	23,5	37,0	
Total	Count	24	42	66	
	Expected Count	24,0	42,0	66,0	

Seguidamente a tabela 3.49 mostra a estatística do teste qui-quadrado (Pearson Chi-square), os graus de liberdade (df) e a probabilidade de significância associada, o valor de p-value (Asymp. Sig. 2-sided).

Igualmente exhibe o resultado do teste de Fisher que se utiliza em alternativa ao teste qui-quadrado quando as condições deste teste não são preenchidas ou quando os dados estão agrupados em tabelas de contingência 2x2 que é o caso em análise.

O valor “Continuity Correction” refere-se à correcção de Yates e consiste num ajustamento ao qui-quadrado. Aplica-se apenas a tabelas 2x2 e garante uma melhor aproximação à distribuição binomial. Não vamos analisar esta informação pois é redundante.

No quadro também aparece o rácio de verosimilhança (Likelihood Ratio) que é um teste semelhante ao qui-quadrado para amostras de grande dimensão, não se aplicando às amostras recolhidas.

Tabela 3.49 – Chi-Square Tests – Hipótese 1

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,722 ^b	1	,189		
Continuity Correction ^a	1,112	1	,292		
Likelihood Ratio	1,746	1	,186		
Fisher's Exact Test				,210	,146
N of Valid Cases	66				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 10,55.

Como $p\text{-value} = 0,189 > \alpha = 0,05$ **não se rejeita a hipótese** de que a opinião dos responsáveis das Empresas e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas é semelhante relativamente à importância da empresa dispor de um Departamento ou Secção de Análise e Gestão do Risco.

O resultado do teste de Fisher confirma a decisão de não rejeição da hipótese nula pois a probabilidade de significância para o teste de Fisher bilateral (0.210) e unilateral (0.146) é também superior ao nível de significância (α).

3.4.2.2.2. Hipótese 2

H_0 – A opinião das Empresas e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas é semelhante relativamente a se os procedimentos de auditoria abrangem um exame dos riscos actuais.

Para testar esta hipótese foram consideradas as seguintes questões:

Quadro 3.2 – Questões para testar a hipótese 2

Nº Questão		Questões – Avaliação do risco
Questionário das Empresas	Questionário das SROC's	
4.7.	3.6.	Os procedimentos de auditoria abrangem o exame dos riscos actuais?

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3.50 – Frequências observadas / frequências esperadas – Hipótese 2

Crosstab

			Os procedimentos de auditoria abrangem um exame dos riscos actuais?		Total
			Não	Sim	
tipo empresa	Count	5	26	31	
	Expected Count	2,7	28,3	31,0	
Roc	Count	1	37	38	
	Expected Count	3,3	34,7	38,0	
Total	Count	6	63	69	
	Expected Count	6,0	63,0	69,0	

Tabela 3.51 – Chi-Square Tests – Hipótese 2

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	3,917 ^b	1	,048		
Continuity Correction ^a	2,402	1	,121		
Likelihood Ratio	4,130	1	,042		
Fisher's Exact Test				,083	,060
N of Valid Cases	69				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,70.

Já em relação a esta questão a probabilidade de significância (p-value) é 0,048 inferior a alfa ($\alpha = 0,05$), pelo que em relação a esta questão se poderia rejeitar a hipótese de opiniões semelhantes.

Neste caso note-se que a nota de rodapé indica que “2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,70”. Nesta situação o teste qui-quadrado não pode ser aplicado com rigor.

As condições seguintes são necessárias para a aplicação do teste qui-quadrado:

- $N > 20$
- Todos os E_{ij} serem superiores a 1
- 80% dos E_{ij} serem superiores ou iguais a 5

Neste caso é mais apropriado ler o resultado do teste de Fisher e neste o p-value é 0,083 e 0,060, ambos superiores a $\alpha = 0,05$, pelo que não se rejeita a hipótese.

3.4.2.2.3. Hipótese 3

H_0 – A opinião das Empresas e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas é semelhante relativamente à contribuição do sistema de controlo interno na prevenção do risco.

Para testar esta hipótese foram consideradas as seguintes questões:

Quadro 3.3 – Questões para testar a hipótese 3

Nº Questão		Questões – Gestão do risco
Questionário das Empresas	Questionário das SROC's	
5.12.	4.6.	Considera que o sistema de controlo interno contribui para prevenir o risco?

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3.52 – Frequências observadas / frequências esperadas – Hipótese 3

tipo * Considera que o sistema de controlo interno contribui para prevenir o risco? Crosstabulation

			Considera que o sistema de controlo interno contribui para prevenir o risco?		Total
			Não	Sim	
tipo empresa	Count	0	32	32	
	Expected Count	1,4	30,6	32,0	
Roc	Count	3	35	38	
	Expected Count	1,6	36,4	38,0	
Total	Count	3	67	70	
	Expected Count	3,0	67,0	70,0	

Tabela 3.53 – Chi-Square Tests – Hipótese 3

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2,639 ^b	1	,104		
Continuity Correction ^a	1,066	1	,302		
Likelihood Ratio	3,778	1	,052		
Fisher's Exact Test				,245	,154
N of Valid Cases	70				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,37.

A tabela 3.53 apresenta a estatística do teste Pearson Chi-square e a probabilidade de significância associada. Como $p\text{-value} = 0,104 > \alpha = 0,05$ **não se rejeita a hipótese** de que a percepção das empresas e das SROC's é idêntica.

3.4.2.2.4. Hipótese 4

H_0 – A opinião das Empresas e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas é semelhante relativamente a se o relatório dos riscos deve ter o parecer do Revisor Oficial de Contas.

Para testar esta hipótese foram consideradas as seguintes questões:

Quadro 3.4 – Questões para testar a hipótese 4

Nº Questão		Questões – Comunicação do risco
Questionário das Empresas	Questionário das SROC's	
7.8.	6.6.	O relatório dos riscos deve ter o parecer do Revisor Oficial de Conta?

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3.54 – Frequências observadas / frequências esperadas – Hipótese 4

tipo * O relatório dos riscos deve ter o parecer do Revisor Oficial de Contas? Crosstabulation

			O relatório dos riscos deve ter o parecer do Revisor Oficial de Contas?		Total
			Não	Sim	
tipo	empresa	Count	19	6	25
		Expected Count	16,9	8,1	25,0
	Roc	Count	23	14	37
		Expected Count	25,1	11,9	37,0
Total		Count	42	20	62
		Expected Count	42,0	20,0	62,0

Tabela 3.55 – Chi-Square Tests – Hipótese 4

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,307 ^b	1	,253		
Continuity Correction ^a	,751	1	,386		
Likelihood Ratio	1,336	1	,248		
Fisher's Exact Test				,283	,194
N of Valid Cases	62				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,06.

A tabela 3.55 apresenta a estatística do teste Pearson Chi-square e a probabilidade de significância associada. Como $p\text{-value} = 0,253 > \alpha = 0,05$ **não se rejeita a hipótese** de que a percepção das empresas e SROCs é idêntica.

3.4.2.2.5. Hipótese 5

H_0 – A opinião das Empresas e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas é semelhante relativamente à importância da análise e gestão do risco de negócio para a tomada de decisão estratégica.

Para testar esta hipótese foram consideradas as seguintes questões:

Quadro 3.5 – Questões para testar a hipótese 5

Nº Questão		Questões – A análise e gestão do risco de negócio e a tomada de decisão estratégica
Questionário das Empresas	Questionário das SROC's	
8.1.	7.1.	Considera que a gestão do risco contribui para melhorar o desempenho organizacional?
8.3.	7.2.	A análise e gestão do risco contribuem para a formulação estratégica da empresa?
8.6.	7.4.	A análise e gestão do risco são factores de aumento de competitividade e sucesso empresarial?
8.7.	7.5.	A elaboração do relatório de risco é fundamental para a tomada de decisões?
8.8.	7.6.	Considera que a análise e gestão do risco é condição essencial para melhorar a performance da empresa?
8.9.	7.7.	A análise e gestão do risco contribuem para garantir a continuidade da empresa?
8.10.	7.8.	A análise e gestão do risco permitem identificar as incertezas enfrentadas pela empresa?
8.11.	7.11.	O enfoque no risco de negócio é factor preponderante para o desenvolvimento estratégico da empresa?
8.12.1. a 8.12.6	7.19.1 a 7.19.6.	Considera que as seguintes razões são válidas para a auditoria adoptar uma abordagem baseada no risco de negócio? Eficiência da auditoria Eficácia da auditoria Mudanças tecnológicas Serviço do cliente Internacionalização Diferenciação dos produtos

Fonte: Elaboração própria

Foi repetida a mesma hipótese nula em relação às questões semelhantes e referenciadas na tabela 3.56 Sempre que não se podia garantir que a estatística do teste qui-quadrado possuía a distribuição qui-quadrada com um grau de confiança, foi também analisado teste de Fisher.

Os resultados obtidos resumem-se no seguinte quadro elaborado de acordo com os dados obtidos do SPSS (Apêndice 9).

Tabela 3.56 – Chi-Square Tests – Hipótese 5

Questões	P-value Qui-quadrado	P-value Fisher bilateral	Hipótese nula
Considera que a gestão do risco contribui para melhorar o desempenho organizacional?	.123	.211	Não se rejeita
A análise e gestão do risco contribuem para a formulação estratégica da empresa?	.553	.743	Não se rejeita
A análise e gestão do risco são factores de aumento de competitividade e sucesso empresarial?	.902	1.00	Não se rejeita
A elaboração do relatório de risco é fundamental para a tomada de decisões?	.274	.344	Não se rejeita
Considera que a análise e gestão do risco é condição essencial para melhorar a performance da empresa?	.117	.175	Não se rejeita
A análise e gestão do risco contribuem para garantir a continuidade da empresa?	.794	1.00	Não se rejeita
A análise e gestão do risco permitem identificar as incertezas enfrentadas pela empresa?	.355	1.00	Não se rejeita
O enfoque no risco de negócio é factor preponderante para o desenvolvimento estratégico da empresa?	.237	.330	Não se rejeita
Considera que as seguintes razões são válidas para a auditoria adoptar uma abordagem baseada no risco de negócio:			
Eficiência da auditoria	.688	1.00	Não se rejeita
Eficácia da auditoria	.719	.743	Não se rejeita
Mudanças tecnológicas	.914	1.00	Não se rejeita
Serviço do cliente	.717	.757	Não se rejeita
Internacionalização	.936	1.00	Não se rejeita
Diferenciação dos produtos	.233	.286	Não se rejeita

Pelos resultados obtidos na tabela 3.56 o p-value é sempre superior a 0,05 (valor α) e logo não há qualquer dúvida em relação à não rejeição da hipótese nula podendo concluir que não existem diferenças de opinião entre os responsáveis das empresas e os SROC's relativamente às questões comuns.

4. CONCLUSÕES

4.1. Conclusões Finais

O longo deste estudo pretendeu-se aferir a importância atribuída quer pelas empresas cotadas em Bolsa quer pelas Sociedades de Revisores Oficiais de Contas relativamente à análise e gestão do risco. A gestão do risco têm vindo a assumir particular relevância nas empresas pois é essencial para o sucesso empresarial numa sociedade que se assume global. O negócio empresarial constitui o pilar base de sustentação para qualquer organização, o que impõe aos gestores um conhecimento dos eventuais riscos inerentes ao próprio negócio.

Por outro lado, a auditoria interna desempenha, actualmente, um papel fulcral nas organizações pois as suas recomendações são determinantes para a tomada de decisão. Nesse sentido, a identificação, avaliação e gestão dos riscos é uma tónica de bastante relevo nas empresas.

Em Portugal, destaca-se a crescente preocupação das entidades reguladoras em fornecer normas e recomendações sobre o controlo interno e a gestão do risco. É claro que esta visibilidade é maior nas empresas do sector financeiro pois estas estão sujeitas a maiores riscos de diversa natureza.

Na abordagem da análise e gestão do risco aplicada à auditoria as conclusões decorrentes do estudo empírico revelam que tanto as empresas cotadas como os SROC's atribuem uma importância relevante à identificação, análise e gestão dos riscos que deve envolver todos os elementos da organização.

Relativamente à gestão do risco as empresas cotadas e as SROC's partilham da opinião que a responsabilidade desta matéria deve estar a cargo essencialmente da administração e que internamente devem existir um plano de gestão do risco. Também referem que o controlo interno e o controlo dos riscos permitem um melhor desempenho da auditoria interna e da própria organização.

Ambas as populações inquiridas concordam que são necessárias medidas para dar resposta aos riscos identificados e que é fundamental a comunicação desses riscos internamente a todos os níveis organizacionais e externamente ao *stakeholders*.

Nos testes de hipóteses à dimensão realizados na segunda parte do estudo empírico, os resultados obtidos permitem concluir que há uma associação positiva entre a dimensão das empresas e a existência de um departamento de auditoria interna (quanto maior são as empresas maior é a importância que atribuem à auditoria interna) embora entre a dimensão e a gestão do risco essa relação seja pouco significativa, sendo difícil extrapolar os resultados.

Nos testes de hipóteses realizados com o intuito de aferir a opinião das empresas e das SROC's, sobre diversas questões relacionadas com a análise e gestão do risco os resultados obtidos confirmam uma percepção idêntica destes inquiridos no que se refere aos seguintes aspectos:

- É atribuída importância à existência de um Departamento/Secção análise e gestão do risco no seio empresarial;
- Os procedimentos de auditoria devem abranger os riscos actuais;
- O sistema de controlo interno contribui positivamente para a prevenção do risco;
- O relatório dos riscos deve conter um parecer do Revisor Oficial de Contas;
- A análise e gestão do risco de negócio são importantes para a tomada de decisão estratégica.

Em suma, a análise e gestão do risco é um dos focos de atenção das empresas cotadas e dos auditores externos quando desenvolvem o seu trabalho de auditoria. Esta temática, ainda pouco desenvolvida em Portugal, é inesgotável e deverá ser alvo de futuras investigações e reflexões.

4.2. Limitações do Estudo

O estudo apresenta algumas limitações relativamente à amostra pois esta é reduzida face à população total, sobretudo no que diz respeito às Sociedades de Revisores Oficiais de Contas. Esta situação deve-se ao facto do número de repostas obtidas ser também reduzido inviabilizando assim, a realização de outros testes estatísticos complementares à análise efectuada. Devido a estas limitações tivemos algumas dificuldades em extrapolar os resultados obtidos.

No entanto, e apesar das limitações anteriormente referidas, este estudo pode ser entendido como uma contribuição para futuras investigações na área da gestão do risco que, é sem dúvida, uma temática com grande relevância na actualidade.

4.3. Propostas para investigações futuras

Após a conclusão deste trabalho de investigação, concluímos que muito ainda há para investigar nesta área. Dada a actual conjuntura económico-financeira e as situações de corrupção e fraude que estão na ordem do dia, consideramos que seria de todo pertinente aferir a eficácia e eficiência dos mecanismos de controlo interno e gestão do risco implementados nas empresas, no sentido de explicar quais as condicionantes do desempenho organizacional.

BIBLIOGRAFIA

- ALBINO, Francisco Melo (2001) “Auditoria interna em Portugal”, Revista de Auditoria Interna Nº 9, Dezembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 12-14.
- ALBINO, Francisco Melo (2002) “Auditoria interna em Portugal” Revista de Auditoria Interna Nº 10, Março, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 23-26.
- ALBINO, Francisco Melo (2007) “Os auditores internos e a gestão do risco” Revista de Auditoria Interna Nº 27, Julho/Setembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 2-3.
- ALLEGRINI, Marco and D’ONZA, Giuseppe (2003), Internal Auditing and Risk Assessment in Large Italian Companies: an Empirical Survey, International Journal of Auditing, Nov., Vol. 7, Issue 3, pp. 191-208.
- ALMEIDA, Bruno José Machado de (2005) Auditoria e Sociedade Diferenças de Expectativas, Publisher Team, Lisboa.
- ALMEIDA, Domingos M. Sequeira de (2005), “Gestão de Risco e Governo das Sociedades”, Revista de Auditoria Interna Nº 22, Outubro/Dezembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 9-14.
- ALMEIDA, Domingos M. Sequeira de (2006), “O Valor da Auditoria Interna”, Revista de Auditoria Interna Nº 25, Outubro/Dezembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 3-4.
- ALMEIDA, Domingos M. Sequeira de (2007) “Auditoria interna e sustentabilidade”, Revista de Auditoria Interna Nº 28, Outubro/Dezembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 3-4.
- ALMEIDA, J. J. Marques (1998a), Auditoria: uma abordagem actual, Jornal do Técnico de Contas e da Empresa, 392.
- ALMEIDA, J. J. Marques, (1998b), “Da auditoria financeira à auditoria da estratégia: o caminho irreversível”, BCROC Nº 14, Janeiro/Março, pp-9-16.
- ALMEIDA, J. J. Marques (2000), Auditoria Previsional e Estratégica, Vislis Editores, Lisboa.
- ALMEIDA, J. J. Marques (2001), “Natureza e Papel da Auditoria na Sociedade Actual”, Revista Revisores & Empresas, Jan/Mar.

- ALMEIDA, J. J. Marques (2002), “A profissão de ROC: Evolução e Perspectivas”, Revista de Contabilidade e Comércio, Nº 230, pp. 403-422.
- ALVES, João António Lopes (2001) “Conferência Anual do IPAI sobre Auditoria Interna e “Corporate Governance””, Revista de Auditoria Interna Nº 6, Janeiro/Março, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 8-9.
- ANTUNES, Jerónimo, HONORATO, Wesley Ramos, ANTUNES, Guilherme M. B. (2007) “A importância da atuação dos comités de auditoria nos trabalhos dos auditores independentes de companhias abertas brasileiras”, consultado em <http://jeronimoantunes.files.wordpress.com/2007/10/importancia-da-atuacao-dos-comites-de-auditoria.pdf>, consultado em 20/08/2009.
- AZEVEDO, Mário (2001), Teses, Relatórios e Trabalho Escolares – Sugestões para estruturação da escrita, 2ª edição, Universidade Católica Editora, Lisboa.
- AZEVEDO, Belmiro de (2006), “Gerir o Risco através da Criação de Valor” Revista de Auditoria Interna Nº 23, Janeiro/Março, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 14-15.
- BANCO DE PORTUGAL, Aviso nº 5/2008, consultado em Dezembro de 2009, <http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/5-2008a.pdf>.
- BANCO DE PORTUGAL, Aviso nº 3/2006, consultado em Dezembro de 2009, www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/3-2006a.pdf.
- BANHAM, Russ (2004), “Enterprising Views of Risk Management”, Journal of Accountancy, Jun, 197, 6, pp. 65-71.
- BARAÑANO, Ana María (2004), Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão – manual de apoio à realização de trabalhos de investigação, Edições Sílabo, Lisboa.
- BARREIRO, Manuel Marques (1999), “O Factor de Risco e o Novo Posicionamento da Auditoria Interna” Revista de Auditoria Interna, Nº 02, Outubro/Dezembro, Instituto Português de Auditores Internos, IPAI, pp.7-9.
- BARREIRO, Manuel Marques (2007), “Auditoria Interna – Aliada da estratégia empresarial”, Revista de Auditoria Interna Nº 27, Abril/Junho, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), p.4.
- BEASLEY, Mark S., CLUNE, Richard, HERMANSON, Dana R. (2005), “ERM: a status report”, The Internal Auditor, Feb., Vol. 62, Nº 1, pp. 67-72.
- BDC- Barroso, Dias Caseirão & Associados-SROC (2000), VII Congresso dos ROC.

- BEJA, Rui (2004), Risk Management – Gestão, Relato e Auditoria dos Riscos do Negócio, Áreas Editora, Lisboa.
- BELLUZ, Diana Del Bel (2002), “Modern risk management”, CA Magazine, Toronto, Nov., Vol. 135, Iss. 9, pp.39-41.
- CÂMARA, Paulo (2008), “A Auditoria Interna e o Governo das Sociedades – 1ª parte”, Revista de Auditoria Interna Nº 31, Julho/Setembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp.11-15.
- CARREIRO, Marta (2008), “O estado da arte da auditoria interna em Portugal”, Revista de Auditoria Interna Nº 31, Julho/Setembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 29-30.
- CARMICHAEL, Douglas R., WILLINGHAM, John J. (1985), Perspectives in Auditing, Fourth Edition, McGraw-Hill Companies, Inc.
- CARMICHAEL, Douglas R., WILLINGHAM, John J., SCHALLER, Carol A. (1996), Auditing Concepts and Methods: A Guide to Current Theory and Practice, Sixth Edition, McGraw-Hill Companies, Inc.
- CARVALHO, Rodrigo Mário de (1999), “Coluna «Rota do Risco»”, Revista de Auditoria Interna, 2, Out/Dez, IPAI, Lisboa.
- CARVALHO, Rodrigo Mário de (2000), “Coluna «Rota do Risco»”, Revista de Auditoria Interna, 3, Jan/Mar, IPAI, Lisboa.
- CASTANHEIRA, Nuno Miguel Caeiro (2007), Auditoria Interna baseada no Risco. Estudo do caso Português – Tese de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Universidade do Minho.
- CHAMBERS, Andrew D. (1992a), Internal Auditing: Theory and Practice, London, Pitman Publishing.
- CHAMBERS, Andrew D. (1992b), Effective internal audits – How to plan and implement, London, Pitman Publishing.
- CHAMBERS, Andrew D. (1994), Auditoria interna eficaz: un nuevo enfoque de planificacion estratégica que garantiza la consecucion de objetivos de la empresa, Barcelona, Foli, cop.
- CONROW, Edmund H., (2000), “Effective risk management: some keys to success”, Reston: American Institute of Aeronautics and Astronautics, cop.
- COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (2004), Enterprise Risk Management – Integrated Framework, http://www.coso.org/Publications/ERM/COSO_ERM_ExecutiveSummary.pdf.

- COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (2007), Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada, http://www.coso.org/documents/COSO_ERM_ExecutiveSummary_Portuguese.pdf.
- COSTA, Carlos Baptista da (2007), Auditoria Financeira – teoria & prática, 8ª edição, Editora Rei dos Livros.
- DÍEZ, Bienvenida Almela (1997-1998) “El papel relevante de los comités de auditoría ante los próximos retos de la auditoría”, Boletín AECA nº 4, AECA, Noviembre/Febrero, pp. 21-24.
- Directriz de Revisão/Auditoria 400 (2000), “Avaliação do Risco de Revisão/Auditoria”, Manual do ROC.
- Directriz de Revisão/Auditoria 410 (2000), “Controlo Interno”, Manual do ROC.
- FADZIL, Faudziah Hanim, HARON, Hasnah, JANTAN, Muhamad (2005), “Internal auditing practices and internal control system”, Managerial Auditing Journal, Vol. 20, 8/9, pp. 844-866.
- FERNÁNDEZ, Florencio Fernández (1994), “Los Comités de Auditoría”, Revista Técnica nº 5, 3ª época.
- FERREIRA, Eugénio (2002) “A auditoria financeira” Anuário da Economia Portuguesa, pp. 112-119.
- FLINT, David (1988), Philosophy and Principles of Auditing – An Introduction, Anthony Rowe Ltd, London.
- FRANKFORT-NACHMIAS, NACHMIAS, D. (1996). Research Methods in the Social Sciences, 5th ed., Edward Arnold, London.
- GOODWIN, Jenny (2003), “The Relationship Between the Audit Committee and the Internal Audit Function: Evidence from Australia and New Zealand”, International Journal of Auditing, 7, pp. 263-278.
- GOODWIN-Stewart, Jenny, KENT, Pamela (2006), “The use of internal audit by Australian companies”, Managerial Auditing Journal, Vol. 21, 1/2: 81-101.
- GRIFFITHS, David (2006a), Risk based internal auditing – an introduction, versão 2.0.3, http://www.internalaudit.biz/files/introduction/Internalauditv2_0_3.pdf, consultado em Outubro 2006.
- GRIFFITHS, David (2006b), Risk based internal auditing – Three views on implementation, versão 1.0.1, consultado em Outubro 2006, <http://www.internalaudit.biz/files/implementation/Implementing%20RBIA%20v1.1.pdf>.

- HILL, Manuela Magalhães, HILL, Andrew (2002), *Investigação por Questionário*, Edições Sílabo, Lisboa.
- HOLSTEIN, James (2006), *Risk Management*, Financial Times, Diário Económico e Ernst & Young, pp.7-9.
- HOLZINGER, A. (1999), “The New Internal Auditing Function”, *The Internal Auditor*, Jun., Vol. 56, Nº 3, p. 11.
- HOUSTON, Richard W., PETERS, Michael F., PRATT, Jamie H. (1999), “The audit risk model, business risk and audit-planning decisions”, *The Accounting Review*, Jul, Vol. 74, Nº 3: 281-298.
- IPAI, “A Lei de Sarbanes-Oxley de 2002 – Resumo das principais cláusulas de interesse para os Auditores Internos”, consultado em 20/08/2009, [http://www.ipai.pt/fotos/gca/a lei sarbanes oxley de 2002 ipai 1227288615.pdf](http://www.ipai.pt/fotos/gca/a%20lei%20sarbanes%20oxley%20de%202002%20ipai%201227288615.pdf)
- *International Standards for the Professional Practice of Internal Auditing (Standards)*, (2009), The Institute Of Internal Auditors, consultado em 18/12/2009, <http://www.theiia.org/guidance/standards%2Dand%2Dguidance/ippf/standards/>.
- Instituto de Seguros de Portugal, Norma Regulamentar Nº 14/2005-R, de 29 de Novembro, www.isp.pt/winlib/cgi/winlibimg.exe?key=&doc=15456&img=1774, consultado em Dez. de 2009.
- Instituto de Seguros de Portugal, Norma Regulamentar Nº 10/2006-R, de 24 de Outubro, www.isp.pt/winlib/cgi/winlibimg.exe?key=&doc=16001&img=1999, consultado em Dez. de 2009.
- Instituto de Seguros de Portugal, Circular Nº 7/2009, de 23 de Abril, www.isp.pt/winlib/cgi/winlibimg.exe?key=&doc=18049&img=2729, consultado em Dez. de 2009.
- KNECHEL, W. Robert (2001), *Auditing Assurance & Risk*, 2nd Edition, South-Western, Canada.
- KNECHEL, W. R., EILIFSEN, Aasmund e WALLAGE, Philip, (2001), “Application of the business risk audit model: A field study”, *Accounting Horizons*, Sarasota, Sep, Vol. 15, Iss. 3, pgs. 193-207.
- KONRATH, Larry F. (2002), *Auditing: A Risk Analysis Approach*, 5th Edition, South-Western, Canada.
- LEMON, W. Morley, TATUM, Kay W., TURLEY, W. Stuart (2000), *Developments in the Audit Methodologies of Large Accounting Firms*, London, APB.

- LIKIERMAN, Sir Andrew (2006), “A avaliação do risco é crucial para um bom desempenho”, Risk Management, Financial Times, Diário Económico e Ernst & Young, pp.125-130.
- MACHADO, A. J. Cardão (2004), “Auditoria Interna baseada no Risco”, Jornal de Contabilidade da Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade, Nº 333 Dezembro: 413-417.
- MARQUES, Madeira (1999), “Riscos para a Gestão e Práticas das Auditorias”, Revista de Auditoria Interna Nº 02, Outubro/Dezembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp.11-12.
- MARQUES, Madeira (2003), “Sarbanes - Oxley Act anotações e reflexões”, Revista de Auditoria Interna Nº 14, Março, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 17-19.
- MAROCO, João (2003), Análise estatística com utilização do SPSS, Edições Sílabo, Lisboa.
- MARTINELLI auditores (2002), Curso Básico de Auditoria Interna – Módulo 1, Jan. 2002, www.reitoria.rei.unicamp.br/auditoria/documentos/mod1_ap.pdf
- MARTINS, Isabel e MORAIS, Georgina (1998), Auditoria Interna – Função e Processo, Áreas Editora.
- MAUTZ, R. K., SHARAF, Hussein A. (1961), The Philosophy of auditing, American Accounting Association, Sarasota.
- MCNAMEE, David (1996), Business Risk Assessment, Management Control Concepts, Walnut Creek; CA, USA.
- MCNAMEE, David (1997), “Risk-based auditing”, The Internal Auditor, Aug., Vol. 54, Nº 4, pp. 22-27.
- MCNAMEE, David e SELIM, Georges (1998), “Risk Management: Changing The Internal Auditor’s Paradigm”, The Institute of Internal Auditors Research Foundation.
- MCNAMEE, David e SELIM, Georges (1999), “The next step in risk management”, The Internal Auditor, Jun. Vol. 56, Nº 3, pp. 35-38.
- MCNAMEE, David (2000), “Targeting business risk”, The Internal Auditor, Oct., Vol. 57, Nº 5: 46-51.
- MERKLEY, Brian W. e MICCOLIS, Jerry A. (2002), “Getting left behind”, Risk Management, Apr, 49, 4, pp.28-50.

- MESCHER, Bruce E. (2005), “Avaliando o Desempenho do Comitê de Auditoria”, http://www.deloitte.com/dtt/cda/doc/content/artigo_comite_audit_032005.pdf, consultado em 19/08/2009.
- MORAIS, Armando de (1998), Dicionário de Inglês - Português, 3.^a edição, Dicionários Editora, Porto Editora, Porto.
- MORAIS, Maria Georgina da Costa Tamborino, (2008) “A importância da auditoria interna para a gestão: o caso das empresas portuguesas”, 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, <http://www.ccontabeis.com.br/18cbc/570.pdf> consultado em 18/08/2009.
- NAGY, Albert L., CENKER, William J. (2002), “An assessment of the newly defined internal audit function”, *Managerial Auditing Journal*, 17/3: 130-137.
- NETO, Mário Silvestre (2001), “Os “Audit Committees””, *Revista de Auditoria Interna* Nº 08, Julho/Setembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 7-8.
- NEVES, Neutel (1999), “Ontem, Hoje...e Amanhã?”, *Revista de Auditoria Interna* Nº 02, Outubro/Dezembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), p.10.
- Norma Internacional de Auditoria 240 (2004), “A Responsabilidade do Auditor ao Considerar a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras”, Manual do ROC.
- Norma Internacional de Auditoria 315 (refeita) (2008), “Compreensão da Entidade e do Seu Ambiente e Avaliar os Riscos de Distorção Material”, Manual do ROC.
- NUNES, Jorge (2006), “Os Riscos da Gestão”, *Risk Management, Financial Times, Diário Económico e Ernst & Young*, pp.43-44.
- PEREIRA, Alexandre e POUPA, Carlos (2003), *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*, 1ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa.
- PESTANA, M. H. e GAGEIRO J. N. (2003), *Análise de Dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS*, 3ª Edição Revista e Aumentada, Edições Sílabo, Lisboa.
- PICKETT, K. H. Spencer (1997), *The Internal Auditing Handbook*, John Wiley & Sons, Ltd, England.
- PICKETT, K. H. Spencer (2005), *Auditing the Risk Management Process*, John Wiley & Sons, Inc. New Jersey.

- PINHEIRO, Joaquim Leite (2005a), “Sarbanes-Oxley Act uma perspectiva mais aprofundada do COSO”, Revista de Auditoria Interna Nº 21, Julho/Setembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 4-6.
- PINHEIRO, Joaquim Leite (2005b), “Auditoria Interna – Criar Sucesso”, Revista de Auditoria Interna Nº 22, Outubro/Dezembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 4-6.
- PINHEIRO, Joaquim Leite (2006), “Auditoria Interna – performance e sucesso da função”, Revista de Auditoria Interna Nº 24, Julho/Setembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 3-5.
- PINHEIRO, Joaquim Leite (2007a), “Nice Job” e um desafio para a auditoria interna”, Revista de Auditoria Interna Nº 27, Julho/Setembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 13-14.
- PINHEIRO, Joaquim Leite (2007b), “Risco, crise e auditoria interna – um desafio ou uma preocupação?”, Revista de Auditoria Interna Nº 28, Outubro/Dezembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 19-21.
- PINHEIRO, Joaquim Leite (2008), Auditoria Interna – Auditoria Operacional – Manual Prático para Auditores Internos, Editora Rei dos Livros, Lisboa.
- PORTER, Brenda, SIMON, Jon, HATHERLY, David (2003), Principles of External Auditing, Second Edition, John Wiley & Sons, Ltd.
- PRICEWATERHOUSECOOPERS (2002a), “Forces of Change and Transition: Forum for Thought Leaders in Internal Auditing”, www.pwcglobal.com, consultado em 23/05/2004.
- PRICEWATERHOUSECOOPERS (2002b), “Risk management survey”, www.pwc.com/en_GX/gx/financial-services/.../111802rm.pdf, consultado em 23/05/2004.
- Projecto de Directriz de Revisão/Auditoria 840 (2008), “Relatório Sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno das Empresas de Seguros”, consultado em <http://infocontab.com.pt/download/DRA/DRA840.pdf>.
- ROZO, José Danúbio, (2002) “Controle Interno como variável explicativa do sucesso empresarial”, 2º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo. Disponível em: www.eac.fea.usp.br/congressousp
- S. SUAREZ, Andres (1991), La Moderna Auditoria - Un análisis conceptual y metodológico, McGraw-Hill de Management.

- SÁ, Elisabete de (2008), “Auditoria interna em Portugal ainda está longe da maturidade”, *Revista de Auditoria Interna* N° 30, Abril/Junho, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 25-28.
- SALGUEIRO, Pedro (2006), “As Novas Tendências na Gestão do Risco”, *Risk Management, Financial Times, Diário Económico e Ernst & Young*, pp.187-189.
- SEBASTIÁN, Altina (2008), “Auditoria Interna e Comité de Auditoria”, http://www.ipai.pt/fotos/gca/ai_e_comite_de_auditoria_altina_sebastian_gonzalez_1227112741.pdf, consultado em 20/08/2009.
- SELIM, Georges, MCNAMEE, David (1999a), “Risk Management and Internal Auditing: What are the Essential Building Blocks for a Successful Paradigm Change?”, *International Journal of Auditing*, 3, pp. 147-155.
- SELIM, Georges, MCNAMEE, David (1999b), “Risk Management and Internal Auditing Relationship: Developing and Validating a Model”, *International Journal of Auditing*, 3:159-174.
- SILVA, António Manuel Barbosa da (2005), “A Gestão do Risco”, *Revista de Auditoria Interna* N° 21, Julho/Setembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 8-12.
- SILVA, António Manuel Barbosa da (2006), “Contextualização da gestão e auditoria do risco”, *Revista de Auditoria Interna* N° 25, Outubro/Dezembro, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp. 10-12.
- SILVA, Carlos Alberto da (2003), *ABC do SPSS for Windows – Introdução ao Tratamento de Dados em Ciências Sociais*, ADIM, Monsaraz.
- SOUSA, Orlando (2007), “Auditoria Interna – evolução para além da Sarbanes-Oxley”, *Revista de Auditoria Interna* N° 26, Janeiro/Março, Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), pp.3-4.
- TARANTINO, Anthony (2006), *Manager’s Guide to Compliance*, John Wiley & Sons, Inc., New Jersey.
- VERSCHOOR, Curtis C. (2002), “Audit Committees Focus on Risk Management”, *Internal Auditing*, July/August, Vol. 17, N° 4: 27-32.
- WALKER, Paul L., SHENKIR, William G., BARTON, Thomas L. (2003), “ERM in practice”, *The Internal Auditor*, Aug, Vol. 60, N° 4, p. 51-55.
- WILLIAMS, JR., C. Arthur et al (1998), *Risk Management and Insurance*, Eight Edition, McGraw-Hill International Editions, Singapore.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Carta de Apresentação

Maria da Conceição S.C.S. Aleixo Duarte
Av. Professor Bento Jesus Caraça, Nº 87 – 3º A
2910-430 Setúbal
Tel: 96 6515071
E-mail: csalema@sapo.pt

Assunto: Questionário sobre a análise e gestão do risco aplicada à auditoria

Exmos. Senhores:

Solicitamos a vossa colaboração para o preenchimento deste questionário que se enquadra no âmbito da elaboração de uma Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria pela Universidade de Évora na área da auditoria. Da presente investigação faz parte um estudo empírico que visa avaliar a importância da análise e gestão do risco nas organizações evidenciando a gestão do risco como nova tendência da auditoria e o seu impacto na definição da estratégia empresarial.

Agradecendo desde já toda a atenção dispensada, solicitamos que o mais breve possível nos devolva, para a morada acima referida, a resposta de V. Exas., que muito irá contribuir para o desenvolvimento desta investigação. Naturalmente, que toda a informação fornecida é estritamente confidencial, sendo as respostas apenas utilizadas para análise estatística.

Se desejar obter os resultados do questionário, por favor indique-o, pois teremos todo o gosto em facultar os resultados a quem tiver preenchido o questionário.

Muito obrigada pela colaboração.

Atenciosamente

Apêndice 2 – Questionário dirigido às Empresas cotadas em Bolsa

Questionário sobre a análise e gestão do risco aplicada à auditoria

Este questionário enquadra-se no âmbito da elaboração de uma Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria de cuja dissertação faz parte um estudo empírico que visa avaliar a importância da análise e gestão do risco nas organizações. Esta investigação pretende ainda evidenciar a gestão do risco como nova tendência da auditoria e o seu impacto na definição da estratégia empresarial. Agradecemos, antecipadamente, a colaboração de V. Exas. no preenchimento deste questionário, que muito irá contribuir para o desenvolvimento desta investigação. Naturalmente que toda a informação fornecida é estritamente confidencial, sendo as respostas apenas utilizadas para análise estatística.

Instruções para o preenchimento do questionário:

Assinale com uma cruz (X) na quadrícula correspondente à resposta escolhida sempre que aplicável.

Muito obrigada pela colaboração.

Questionário

Parte A – Caracterização Geral

1. Identificação de quem responde ao questionário

1.1. Nome

1.2. Sexo

- Masculino
 Feminino

1.3. Idade

- Menos de 30 anos
 De 30 a 39 anos
 De 40 a 49 anos
 De 50 a 59 anos
 Mais de 59 anos

1.4. Habilitações Literárias

- Escolaridade obrigatória
 Ensino Secundário
 Bacharelato
 Licenciatura
 Mestrado
 Doutoramento
 Outras Quais? _____
-

1.5. Designação da posição hierárquica que ocupa na empresa

- Topo
 Intermédia
 Inferior
 Órgão de apoio
 Outra

Qual? _____

1.6. Designação da função desempenhada na empresa

- Director Geral
 Director Financeiro
 Responsável pelo Departamento de Auditoria Interna
 Revisor Oficial de Contas
 Auditor
 Chefe de Secção
 Outra Qual? _____
-

2. Identificação da empresa

2.1. Nome da empresa

2.2. Sede

2.3. Sector de Actividade Económica e respectivo C.A.E.

2.4. Número médio de colaboradores (2002)

2.5. Volume de Negócios (2002)

2.6. Antiguidade da empresa

Menos de 5 anos

De 5 a 10 anos

Mais de 10 anos

3. Estrutura da empresa

3.1. A empresa dispõe de um Departamento de Auditoria Interna?

Sim Não

3.2. Em caso afirmativo, o Departamento de Auditoria dispõe de uma Secção/Sector de Análise e Gestão do Risco?

Sim Não

3.3. Em caso negativo, a empresa recorre a serviços externos de Análise e Gestão do Risco?

Sim Não

3.4. Existe na empresa um Departamento ou Secção dedicada exclusivamente à Análise e Gestão do Risco?

Sim Não

3.5. No caso de a empresa não dispor de um Departamento ou Secção de Análise e Gestão do Risco, é seu objectivo implementá-lo a curto prazo?

Sim Não

3.6. Considera importante que a empresa disponha internamente de um Departamento ou Secção de Análise e Gestão do Risco?

Sim Não

3.7. A empresa tem implementado um sistema de controlo interno?

Sim Não

Parte B – Análise e gestão do risco aplicada à auditoria

4. Avaliação do risco

4.1. A análise do risco é uma necessidade compartilhada por todos os elementos da empresa?

Sim Não

4.2. Na avaliação dos riscos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras é necessário?

4.2.1. Identificar os riscos Sim Não

4.2.2. Analisar os riscos Sim Não

4.2.3. Gerir os riscos Sim Não

4.3. Os riscos estão perfeitamente identificados na empresa?

Sim Não

4.4. A identificação dos riscos abrange os riscos internos e externos?

Sim Não

4.5. O historial da empresa é utilizado na identificação dos riscos?

Sim Não

4.6. Os sintomas de risco são devidamente identificados e documentados?

Sim Não

4.7. Os procedimentos de auditoria abrangem um exame dos riscos actuais?

Sim Não

4.8. Na empresa há indicadores de medição dos riscos?

Sim Não

4.9. Se respondeu afirmativamente à questão anterior enumere os principais indicadores utilizados.

4.10. Considera que os indicadores utilizados pela empresa na medição dos riscos são os mais adequados?

Sim Não

4.11. Considera que os seguintes elementos, da envolvente externa, são potenciais fontes de risco?

- | | | |
|---|------------------------------|------------------------------|
| 4.11.1. Novas tecnologias | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| 4.11.2. Alterações das necessidades e expectativas dos clientes | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| 4.11.3. Concorrência | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| 4.11.4. Alteração da legislação | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| 4.11.5. Catástrofes naturais | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| 4.11.6. Mudanças económicas | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |

4.12. A empresa costuma recorrer a especialistas em análise de riscos?

Sim Não

4.13. No processo de avaliação do risco costumam ser identificadas e quantificadas as causas específicas de cada risco?

Sim Não

4.14. Os riscos estão ordenados segundo uma hierarquia?

Sim Não

5. Gestão do risco

5.1. A gestão do risco é fundamental para o desenvolvimento da actividade de auditoria interna?

Sim Não

5.2. A gestão do risco é imprescindível para a empresa atingir os seus objectivos?

Sim Não

5.3. Os órgãos de gestão da empresa dão importância à gestão do risco?

Sim Não

5.4. Existe planeamento das acções a empreender no caso de ocorrência de um novo risco?

Sim Não

5.5. Estão definidas estratégias alternativas de prevenção do risco?

Sim Não

5.6. A empresa dispõe de um plano específico de gestão do risco?

Sim Não

5.7. O plano de gestão do risco está em permanente actualização?

Sim Não

5.8. A empresa dispõe de alguns modelos de gestão do risco?

Sim Não

5.9. Estão clarificados todos os meios necessários para mitigar os riscos identificados?

Sim Não

5.10. Os seguintes métodos são utilizados pela empresa na mitigação dos riscos?

5.10.1. Controlar o risco? Sim Não

5.10.2. Partilhar o risco? Sim Não

5.10.3. Evitar o risco? Sim Não

5.11. O sistema de controlo interno implementado na empresa permite:

5.11.1. Mitigar o risco? Sim Não

5.11.2. Evitar o risco? Sim Não

5.11.3. Diversificar o risco? Sim Não

5.12. Considera que o sistema de controlo interno contribui para prevenir o risco?

Sim Não

5.13. A gestão do risco é um assunto discutido abertamente nas reuniões dos órgãos de gestão?

Sim Não

5.14. Existe um controlo contínuo dos riscos identificados?

Sim Não

5.15. Os acordos contratuais efectuados pela empresa são adequados para:

5.15.1. Partilhar os riscos? Sim Não

5.15.2. Evitar os riscos? Sim Não

5.15.3. Mitigar os riscos? Sim Não

6. Resposta ao risco

6.1. São desenvolvidas medidas imediatas para dar resposta aos riscos identificados?

Sim Não

6.2. O plano de gestão do risco é usado como guia para o controlo da respectiva resposta?

Sim Não

7. Comunicação do risco

7.1. Todos os riscos identificados são comunicados aos responsáveis?

Sim Não

7.2. A informação sobre a análise e gestão do risco é comunicada periodicamente à administração?

Sim Não

7.3. A informação sobre a análise e gestão do risco é comunicada periodicamente aos stakeholders?

Sim Não

7.4. São realizadas reuniões entre os diversos órgãos de gestão para discutir a problemática do risco?

Sim Não

7.5. São realizadas reuniões com especialistas de gestão do risco para discutir eventuais questões?

Sim Não

7.6. É elaborado um relatório do risco que contemple a sua identificação e possíveis alternativas de gestão?

Sim Não

7.7. A elaboração do relatório de risco é da responsabilidade:

- Da Administração da empresa
- Do Departamento de Auditoria Interna
- Do Revisor Oficial de Contas
- Do Auditor Interno
- Outro Qual? _____

7.8. O relatório dos riscos deve ter o parecer do Revisor Oficial de Contas?

Sim Não

7.9. O relatório de auditoria evidencia a análise e gestão do risco?

Sim Não

7.10. A empresa proporciona aos responsáveis pela análise e gestão do risco acções de formação/actualização?

Sim Não

8. A análise e gestão do risco de negócio e a tomada de decisão estratégica

8.1. Considera que a gestão do risco contribui para melhorar o desempenho organizacional?

Sim Não

8.2. A avaliação do risco de negócio contribui para a determinação do risco global de auditoria?

Sim Não

8.3. A análise e gestão do risco contribuem para a formulação estratégica da empresa?

Sim Não

8.4. Se respondeu afirmativamente à questão anterior refira em que medida?

8.5. Os riscos de negócio não controlados têm implicações na conduta da auditoria?

Sim Não

8.6. A análise e gestão do risco são factores de aumento de competitividade e sucesso empresarial?

Sim Não

8.7. A elaboração do relatório de risco é fundamental para a tomada de decisões?

Sim Não

8.8. Considera que a análise e gestão do risco é condição essencial para melhorar a performance da empresa?

Sim Não

8.9. A análise e gestão do risco contribuem para garantir a continuidade da empresa?

Sim Não

8.10. A análise e gestão do risco permitem identificar as incertezas enfrentadas pela empresa?

Sim Não

8.11. O enfoque no risco de negócio é factor preponderante para o desenvolvimento estratégico da empresa?

Sim Não

8.12. Considera que as seguintes razões são válidas para a auditoria adoptar uma abordagem baseada no risco de negócio?

8.12.1. Eficiência da auditoria Sim Não

8.12.2. Eficácia da auditoria Sim Não

8.12.3. Mudanças tecnológicas Sim Não

8.12.4. Serviço do cliente Sim Não

8.12.5. Internacionalização Sim Não

8.12.6. Diferenciação dos produtos Sim Não

Apêndice 3 – Questionário dirigido às Sociedades de Revisores Oficiais de Contas**Questionário sobre a análise e gestão do risco aplicada à auditoria**

Este questionário enquadra-se no âmbito da elaboração de uma Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria de cuja dissertação faz parte um estudo empírico que visa avaliar a importância da análise e gestão do risco nas organizações. Esta investigação pretende ainda evidenciar a análise e gestão do risco como nova tendência da auditoria e o seu impacto na definição da estratégia empresarial. Agradecemos, antecipadamente, a colaboração de V. Exas. no preenchimento deste questionário, que muito irá contribuir para o desenvolvimento desta investigação. Naturalmente que toda a informação fornecida é estritamente confidencial, sendo as respostas apenas utilizadas para análise estatística.

Instruções:

Assinale com uma cruz (X) na quadrícula correspondente à resposta escolhida.

Muito obrigada pela colaboração.

Questionário

PARTE A – Caracterização Geral

1. Identificação de quem responde ao questionário

1.1. Nome

1.2. Sexo

- Masculino
 Feminino

1.3. Idade

- Menos de 30 anos
 De 30 a 39 anos
 De 40 a 49 anos
 De 50 a 59 anos
 Mais de 59 anos

1.4. Habilitações Literárias

- Ensino Secundário
 Bacharelato
 Licenciatura
 Mestrado
 Doutoramento
 Outras Quais? _____
-

1.5. Designação da posição hierárquica que ocupa na sociedade

- Topo
 Intermédia
 Inferior
 Órgão de apoio
 Outra

Qual? _____

1.6. Designação da função desempenhada na sociedade

- Sócio
 Director
 Sénior
 Júnior
 Assistente
 Outra Qual? _____
-

2. Identificação da sociedade

2.1. Nome da sociedade

2.2. Sede

2.3. Número médio de colaboradores (2002)

2.4. Antiguidade da sociedade

Menos de 5 anos

De 5 a 10 anos

Mais de 10 anos

PARTE B – Análise e gestão do risco aplicada à auditoria

3. Avaliação do risco

3.1. Considera importante que as empresas efectuem a análise e gestão do risco?

Sim Não

3.2. Se respondeu afirmativamente, é de opinião que todos os elementos da empresa devem colaborar nesse sentido?

Sim Não

3.3. Considera fundamental que as empresas disponham de um Departamento/Secção de análise e gestão do risco?

Sim Não

3.4. Na sua opinião quem deverá ser responsável pela gestão desse Departamento/Secção?

Administração da empresa

Departamento de Auditoria Interna

Revisor Oficial de Contas

Auditor Interno

Outro Qual? _____

3.5. A identificação prévia dos riscos internos e externos à empresa facilita o planeamento de auditoria?

Sim Não

3.6. Os procedimentos de auditoria abrangem o exame dos riscos actuais?

Sim Não

3.7. É importante que a empresa disponha de indicadores de risco adequados?

Sim Não

3.8. Na sua opinião a empresa deve recorrer a especialistas de análise de riscos?

Sim Não

3.9. É de opinião que as causas dos riscos estejam perfeitamente identificadas e quantificadas?

Sim Não

4. Gestão do risco

4.1. A gestão do risco é da responsabilidade:

4.1.1. Da Administração

4.1.2. Do Departamento de Auditoria Interna

4.1.3. Do Revisor Oficial de Contas

4.1.4. Do Auditor Interno

4.1.5. Outro Qual? _____

4.2. É de opinião que exista um planeamento das acções a emprender no caso de ocorrência de um novo risco?

Sim Não

4.3. A prevenção do risco deverá ser uma preocupação constante da empresa?

Sim Não

4.4. É necessário que a empresa disponha de um plano de gestão do risco?

Sim Não

4.5. É essencial que existam na empresa meios para mitigar os riscos?

Sim Não

4.6. A existência de um sistema de controlo interno contribui para prevenir o risco?

Sim Não

4.7. A gestão do risco é um assunto a debater nas reuniões dos órgãos de gestão?

Sim Não

4.8. O controlo contínuo dos riscos permite um melhor desempenho do trabalho de auditoria?

Sim Não

4.9. A empresa deve estabelecer acordos contratuais para:

4.9.1. Partilhar os riscos Sim Não

4.9.2. Evitar os riscos Sim Não

4.9.3. Mitigar os riscos Sim Não

5. Resposta ao risco

5.1. Considera importante desenvolver medidas no sentido de responder aos riscos identificados?

Sim Não

5.2. Na sua opinião o plano de gestão do risco é uma forma de responder aos riscos identificados?

Sim Não

6. Comunicação do risco

6.1. Considera importante que todos os riscos identificados sejam comunicados aos responsáveis?

Sim Não

6.2. A informação sobre a análise e gestão do risco deverá ser comunicada periodicamente à administração?

Sim Não

6.3. A empresa deverá realizar reuniões com especialistas de gestão do risco para discutir eventuais questões?

Sim Não

6.4. Considera fundamental a elaboração de um relatório de risco?

Sim Não

6.5. A elaboração do relatório de risco é da responsabilidade:

Da Administração da empresa

Do Departamento de Auditoria Interna

Do Revisor Oficial de Contas

Do Auditor Interno

Outro Qual? _____

6.6. O relatório dos riscos deve ter o parecer do Revisor Oficial de Contas?

Sim Não

6.7. Na sua opinião o relatório de auditoria deve evidenciar a análise e gestão do risco?

Sim Não

7. A análise e gestão do risco de negócio e a tomada de decisão estratégica

7.1. Considera que a gestão do risco contribui para melhorar o desempenho organizacional?

Sim Não

7.2. A análise e gestão do risco contribuem para a formulação estratégica da empresa?

Sim Não

7.3. Se respondeu afirmativamente à questão anterior diga em que medida?

7.4. A análise e gestão do risco são factores de aumento de competitividade e sucesso empresarial?

Sim Não

7.5. A elaboração do relatório de risco é fundamental para a tomada de decisão?

Sim Não

7.6. Considera que a análise e gestão do risco é condição essencial para melhorar a performance da empresa?

Sim Não

7.7. A análise e gestão do risco contribuem para garantir a continuidade da empresa?

Sim Não

7.8. A análise e gestão do risco permitem identificar as incertezas enfrentadas pela empresa?

Sim Não

7.9. O risco de negócio é o novo foco da auditoria?

Sim Não

7.10. A avaliação do risco de negócio contribui para a determinação do risco global de auditoria?

Sim Não

7.11. O enfoque no risco de negócio é factor preponderante para o desenvolvimento estratégico da empresa?

Sim Não

7.12. A avaliação do risco do negócio é da responsabilidade:

7.12.1 Da Administração da empresa

7.12.2 Do Departamento de Auditoria Interna

7.12.3 Do Revisor Oficial de Contas

7.12.4 Do Auditor Interno

7.12.5 Outro Qual? _____

7.13. O Revisor Oficial de Contas deve conhecer exhaustivamente o negócio do cliente?

Sim Não

7.14. Os métodos e procedimentos utilizados pela auditoria tradicional são suficientes para entender e analisar o negócio do cliente?

Sim Não

7.15. A análise do risco estratégico é actualmente uma das preocupações do Revisor Oficial de Contas?

Sim Não

7.16. Na actividade desenvolvida pelo Revisor Oficial de Contas é indispensável a identificação do:

7.16.1. Risco de controlo? Sim Não

7.16.2. Risco de detecção? Sim Não

7.16.3. Risco inerente? Sim Não

7.16.4. Risco estratégico? Sim Não

7.17. É da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas expressar a sua opinião sobre a continuidade da empresa?

Sim Não

7.18. Entende que a auditoria baseada no risco auxilia o Revisor Oficial de Contas a pronunciar-se sobre a viabilidade e continuidade da empresa?

Sim Não

7.19. Considera que as seguintes razões são válidas para a auditoria adoptar uma abordagem baseada do risco de negócio?

- | | | |
|------------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| 7.19.1. Eficiência da auditoria | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| 7.19.2. Eficácia da auditoria | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| 7.19.3. Mudanças tecnológicas | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| 7.19.4. Serviço do cliente | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| 7.19.5. Internacionalização | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| 7.19.6. Diferenciação dos produtos | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |

Apêndice 4 – Lista das Empresas Cotadas em Bolsa

(empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa em Mercado Contínuo em 31/12/2003)

1	Banco Comercial dos Açores, SA
2	Banco Comercial Português, SA
3	Banco Espírito Santo, SA
4	B.S.C.H - Banco Santander Central Hispano SA
5	Banco Totta & Açores, SA
6	Banco BPI, SA
7	Banif, SGPS, SA
8	Brisa, SA
9	Celulose do Caima, SPGS, SA
10	Cimpor - Cport SGPS, SA
11	CIN - Corp.Ind. Norte, SA
12	Cires - CI.Res.Sintéticas
13	Cofina, SGPS, SA
14	Compta-Eq.Ser.Informática, SA
15	Corticeira Amorim, SGPS, SA
16	Espírito Santo Financeira (Portugal), SA
17	EDP, SA
18	Efacec Capital, SGPS, SA
19	Estoril-Sol, SGPS, SA
20	Finibanco-Holding, SGPS, SA
21	Fisipe-Fibras S.Portugal, SA
22	Gescartão, SGPS, SA
23	Gr.Soaes Costa, SGPS, SA
24	Ibersol, SGPS, SA
25	Imobiliária C. Grão Pará, SA
26	Impresa, SGPS, SA
27	Inapa - Inv. Part.Gestão, SA
28	Jerónimo Martins, SGPS, SA
29	Lisgráfica-Imp.A.Gráficas, SA
30	Modelo Continente, SGPS, SA
31	Mota-Engil, SGPS, SA
32	Novabase, SGPS, SA
33	P.Telecom, SGPS, SA
34	Papelaria Fernandes, SA
35	Pararede, SGPS, SA
36	Portucel, SA
37	PT Multimédia, SGPS, SA
38	Reditus, SGPS, SA
39	SAG GEST-Sol.Aut.Glob, SGPS, SA
40	Salvador Caetano-I.M.V.T, SGPS, SA
41	SEMAPA, SGPS, AS
42	SOC.Com.Orey Antunes, SA
43	Somague, SGPS, AS
44	Sonae Industria, SGPS, SA
45	Sonae, SGPS, AS
46	Sonaecom, SGPS, AS
47	Sumolis-CI.F..Bebidas, AS
48	Teixeira Duarte- Eng. Const, SA
49	Tertir-Terminais Portugal, SA
50	VAA-V.Alegre Atlantis, SGPS, SA

Apêndice 5 – Lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas

Lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (organizada nos termos do disposto na alínea d) do nº2 do artigo 126º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro, referida a 1 de Janeiro de 2001.

1	Matos Gil & Nunes Cameira
2	Bernardo & Muralha
3	Armando Meireles e Lopes Vinga
4	A. M. Calado Fortes, F Marques & Associados
5	António Grenha, Bryant Jorge & Moura Tavares
6	Moisés Cardoso e Castelo Saraiva
7	Marques Branco & Teixeira Cardoso
8	Silva Gomes e Vieira Sanches
9	Ascensão, Gomes, Cruz & Associado
10	José Vilela e Inácio Chambel Gião
11	Leopoldo Alves e Associados
12	Alexandre Coelho & Luís Rosa
13	Martins da Cruz e Henriques de Almeida
14	Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
15	Albuquerque, Aragão e Associados
16	Moreira, Valente e Associados
17	A. Gonçalves Monteiro e Associados
18	Oliveira, Reis e Associados
19	Ferreira Bravo e Fernandes da Silva
20	Bernardes, Sismeiro & Associados
21	Braga & Costa
22	Carlos Teixeira & Noé Gomes
23	Barroso, Dias, Caseirão e Associados
24	Paulo Jorge de Sousa da Fonseca Ferreira
25	Mariquito, Correia & Associados
26	Gregório e Frescata
27	F. Madeira & H. Araújo
28	S. Vás Lima & F. Brás
29	Júlio Alves, Mário Baptista e Associado
30	Caiano Pereira, António e José Reimão
31	Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados
32	A. Gândara, O. Figueiredo & Associados
33	Patrício, Mimoso e Mendes Jorge
34	António Dias e Associados
35	P. Matos Silva, Garcia JR., P. Caiado & Associados
36	Freire, Loureiro e Associados
37	Oliveira Rego & Associados
38	S. Fernandes, Barros, Fonseca & Associado
39	Ana Maria Mendes & Fernando Alçada
40	Carlos Aires, Ribas Pacheco e Associados
41	Abílio Azevedo, António Baptista, Elísio Quintas & Lino Vieira
42	António Barreira, Fernando Vieira, Justino Romão & Associados
43	Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados
44	António Magalhães & Carlos Santos
45	Armindo Costa, Serra Cruz, Martins & Associado
46	Pinto Castanheira, Marques de Almeida & Associados
47	Pedro Travassos e Associados
48	Maia, Mesquita e Associados
49	Álvaro, Falcão e Associados
50	Ledo, Morgado e Associados
51	Isabel Paiva, Galvão, Mata e Associados
52	Leal & Carreira
53	António Pimpão e Maximino Mota
54	Vítor Franco e Lisboa Nunes
55	Martins Pereira e Associados

56	António Borges, João Macedo & Associado
57	Duarte Giesta, Esteves Rodrigues & Associados
58	Santos Carvalho, Silva Costa e Associados
59	Freire, Kaizeler & Lourenço
60	Alves da Cunha, A. Henriques & A. Dias
61	M. Rodrigues, B. Assunção e Associado
62	J. Lemos Pereira e R. Lemos Pereira
63	Figueiredo & Neves
64	Assunção, Oliveira e Sá e Cambão
65	Paula Saraiva & Manuel Pereira
66	Paulo Figueiredo, Palmira Caravela e Associados
67	A. Santos, J. Alves e Associados
68	Ângelo Couto & Alberto Couto
69	A. Figueiredo Lopes & Mário Dias
70	Cruz das Neves, Silva Cardoso e Associados
71	Cravo, Fortes, Antão e Associados
72	Raimundo Aleixo, C. Rodrigues & Silvério Rodrigues
73	Oliveira Lima, Neves da Silva e Fernanda Colaço
74	Ribeiro, Pires & Sousa
75	Velosa, Nadais & Associados
76	Jorge Silva, Oliveira e Silva, Victor Campos, A. Neto & Fernandes
77	Alves da Costa & Jorge Pinho
78	Magalhães, Neves e Associados
79	Pedro Leandro & António Belém
80	Botelho, Roseiro & Associados
81	Amândio Tavares & Artur Junqueira
82	Ribeiro & Azevedo
83	Aguiar Mendonça, Carmo Martins & Mesquita Barbas
84	Noras Silvério & Bizarro do Vale
85	Matos, Soares & Vaz
86	J. Basto & C. Sousa Góis
87	Martinez, Carvalhêda, Plácido e Associado
88	Cruz, Cunha, Campos e Associados
89	Domingos Barão & José Silva
90	João Augusto & Associados
91	Óscar Quinta, Canedo Mota & Pires Fernandes
92	Victor Simões & Pega Magro
93	António Anjos, F. Brandão & Associados
94	Espírito Santo, Cruz & Coelho
95	Oliveira e Vergamota
96	Neves, Azevedo Rodrigues e Batalha
97	Rosa Lopes, Gonçalves Mendes e Associado
98	Sebastião A. P. Carriço & Carlos A. M. Santos
99	Afonso Diz & Santos Silva
100	Carlos Abreu, João Cipriano e Associados
101	Hernâni Duarte, Leite Assunção, Santos Silva e Associados
102	Henrique, Duarte e Gonçalves
103	Pereira Rosa, Victor Ladeiro
104	Camacho Palma & Lisboa Afonso
105	Pedro Roque & Crisóstomo Real
106	Neves da Silva, Pão Avo e Velosa Ferreira
107	A. P. Malheiro Veloso & Associados
108	Marques dos Reis e Calado Barrento
109	Rui Ascensão & Esteves Afonso
110	Alberto Martins & Henriques Pinto
111	Nelson Moinhos & Paulo Lima

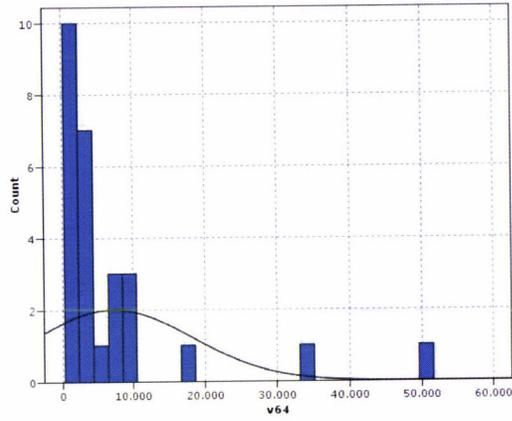
112	João Fernandes & Associados
113	Fernando Ribeiro & Oliveira Maia
114	Carlos José, Victor José & Valente
115	Fátima Pinto e Vítor Freire
116	Gomes Marques e Carlos Alexandre
117	Navalho, Martins & Associado
118	Pissarra & Contreiras
119	Ferreira & Santos
120	Silva Neves & Teresa Marques
121	Oliveira e Sá, João Araújo & Associados
122	Baptista da Costa e Associados
123	Duarte Nuno e Teixeira Pinto
124	Victor Valente & Manuel Domingues
125	Sá e Araújo
126	Joaquim Camilo & Virginie Cabo
127	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e J. C. Faria
128	Manuel L. Brito & Associados
129	Borges & Fernandes
130	Salgueiro, Castanheira e Associados
131	Sousa Santos e Associados
132	Gaspar Castro e Romeu Silva
133	Fátima Pereira & Carlos Duarte
134	Piedade Vaz & Trigo Morais
135	Joaquim Carrilho e Garcia Pais
136	Lampreia & Viscoso
137	J. Ferreira Ribeiro e Associado
138	Amália Baleiro & Manuel Fonseca
139	Mendes, Ferreira & Soutinho
140	Borda Rodrigues e António Cambão
141	Reinaldo Soares, Rogério Coelho & José Jacob
142	Gonçalves e Fonseca
143	A. Paredes, A. Oliveira e M. Branco
144	Victor Oliveira e Hélia Félix
145	Jaime Matos, Castanheira Guilherme e Martins da Silva

Apêndice 6 – Caracterização da amostra das Empresas Cotadas

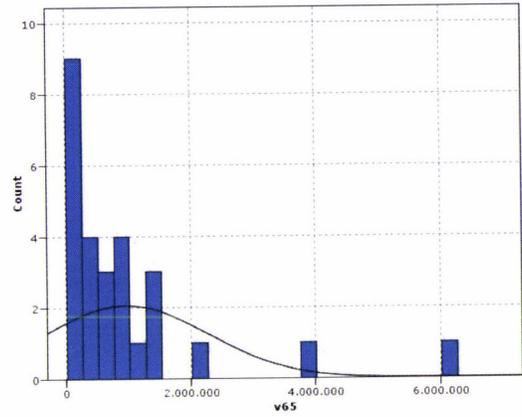
Amostra - empresas cotadas na bolsa	Nº médio de trabalhadores (2002)	Volume de negócios (milhares €)	Total do activo (milhares €)
Banco Comercial Português, SA	17.606	2.093.981,00	61.851.573,00
Banco Espírito Santo, SA	8.523	1.337.276,00	41.233.823,00
Banco Totta & Açores, SA	7.308	912.658,00	26.864.083,00
Banco BPI, SA	7.380	751.011,00	25.669.074,00
Banif, SGPS, SA	2.159	199.690,00	6.066.775,00
Brisa, SA	2.968	487.106,00	4.568.956,00
Celulose do Caima, SPGS, SA	263	48.102,00	113.677,00
Cimpor - Cport SGPS, SA	6.092	1.317.207,00	3.337.859,00
Cofina, SGPS, SA	1.478	216.583,00	330.571,00
Compta-Eq.Ser.Informática, SA	675	47.162,00	51.797,00
Corticeira Amorim, SGPS, SA	4.243	441.052,00	578.443,00
Finibanco-Holding, SGPS, SA	898	94.371,00	1.553.123,00
Fisipe-Fibras S.Portugal, SA	581	168.858,00	123.230,00
Impresa, SGPS, SA	1.646	245.390,00	427.801,00
Jerónimo Martins, SGPS, SA	34.511	3.891.746,00	2.235.259,00
Mota-Engil, SGPS, SA	8.651	876.107,00	1.140.450,00
Pararede, SGPS,SA	344	26.401,00	51.697,00
Portucel, SA	2.369	1.085.604,00	2.729.757,00
SAG GEST-Sol.Aut.Glob, SGPS, SA	1.568	810.815,00	631.055,00
Salvador Caetano-I.M.V.T, SGPS, SA	3.295	489.294,00	387.076,00
SEMAPA, SGPS, SA	2.095	491.061,00	1.068.460,00
Somague, SGPS, AS	3.431	771.055,00	908.667,00
Sonae Industria, SGPS, SA	9.032	1.479.488,00	2.338.815,00
Sonae, SGPS, SA	51.591	6.275.663,00	7.967.830,00
Sonaecom, SGPS, SA	2.652	792.652,00	1.378.608,00
Teixeira Duarte- Eng. Const, SA	6.447	721.778,00	1.748.443,00
VAA-V.Alegre Atlantis, SGPS, SA	3.584	141.319,00	237.978,00

Apêndice 7 – Histograma

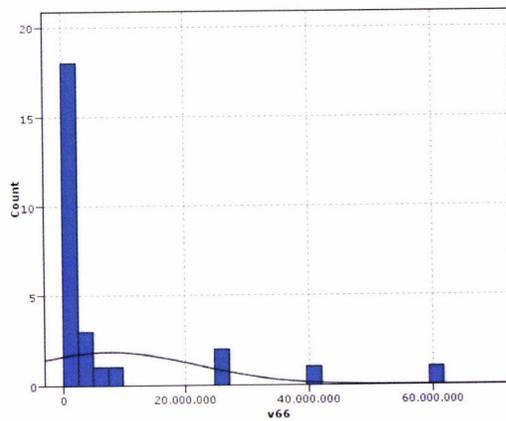
Número médio de colaboradores



Volume de Negócios



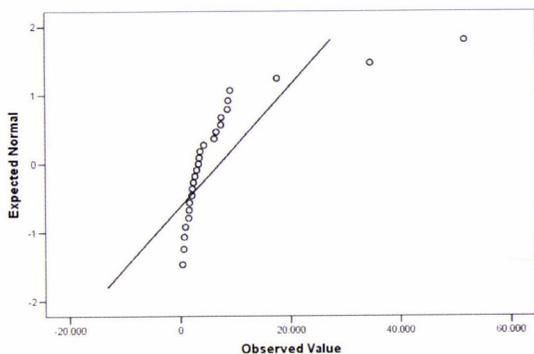
Total do Activo



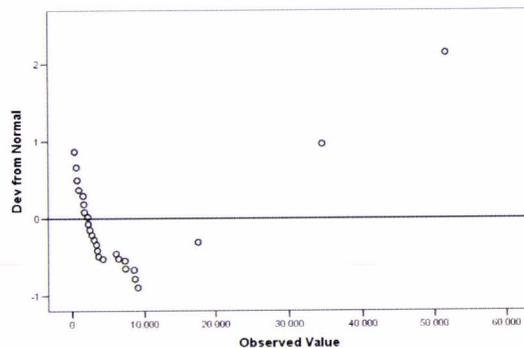
Apêndice 8 – Normal Q-Q Plot e Detrended Normal Q-Q Plot

Número médio de colaboradores

Normal Q-Q Plot of 2.4. Número médio de colaboradores (2002)

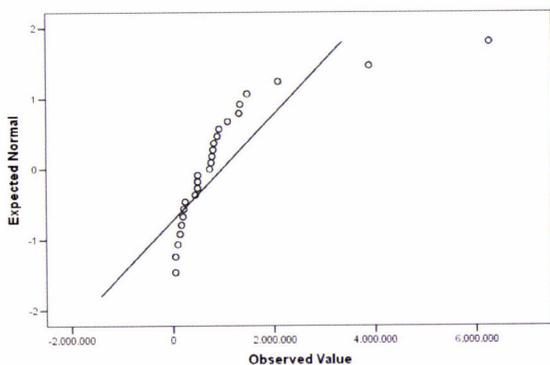


Detrended Normal Q-Q Plot of 2.4. Número médio de colaboradores (2002)

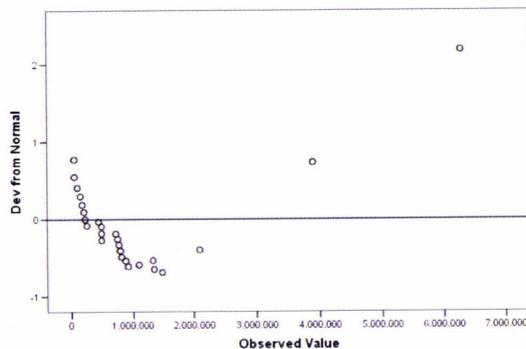


Volume de Negócios

Normal Q-Q Plot of 2.5. Volume negócios milhares euros (2002)

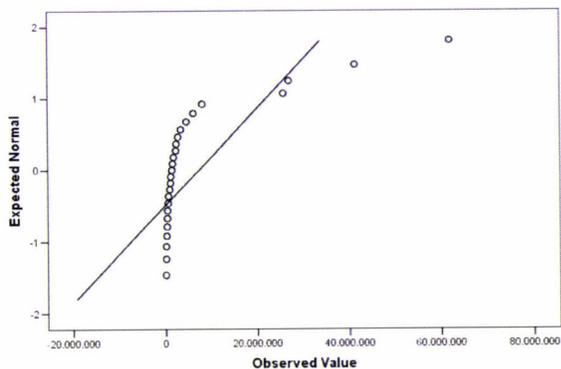


Detrended Normal Q-Q Plot of 2.5. Volume negócios milhares euros (2002)

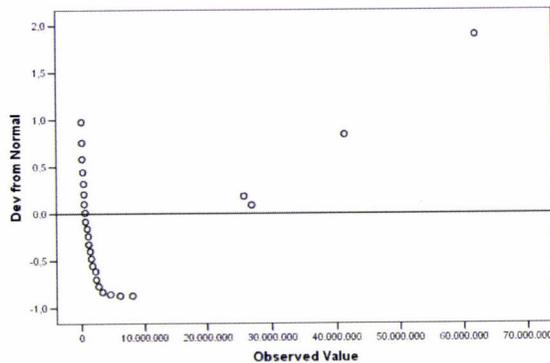


Total do Activo

Normal Q-Q Plot of Total do Activo milhares euros (2002)



Detrended Normal Q-Q Plot of Total do Activo milhares euros (2002)



Apêndice 9 – Testes efectuados para a hipótese 5

tipo * Considera que a gestão do risco contribui para melhorar o desempenho organizacional? Crosstabulation

			Considera que a gestão do risco contribui para melhorar o desempenho organizacional?		Total
			Não	Sim	
tipo	empresa	Count	2	30	32
		Expected Count	,9	31,1	32,0
	Roc	Count	0	37	37
		Expected Count	1,1	35,9	37,0
Total		Count	2	67	69
		Expected Count	2,0	67,0	69,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2,382 ^b	1	,123		
Continuity Correction ^a	,679	1	,410		
Likelihood Ratio	3,143	1	,076		
Fisher's Exact Test				,211	,211
N of Valid Cases	69				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,93.

tipo * A análise e gestão do risco contribuem para a formulação estratégica da empresa? Crosstabulation

			A análise e gestão do risco contribuem para a formulação estratégica da empresa?		Total
			Não	Sim	
tipo	empresa	Count	6	26	32
		Expected Count	5,1	26,9	32,0
	Roc	Count	5	32	37
		Expected Count	5,9	31,1	37,0
Total		Count	11	58	69
		Expected Count	11,0	58,0	69,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,351 ^b	1	,553		
Continuity Correction ^a	,069	1	,793		
Likelihood Ratio	,350	1	,554		
Fisher's Exact Test				,743	,395
N of Valid Cases	69				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,10.

tipo * A análise e gestão do risco são factores de aumento de competitividade e sucesso empresarial? Crosstabulation

			A análise e gestão do risco são factores de aumento de competitividade e sucesso empresarial?		Total
			Não	Sim	
tipo	empresa	Count	1	31	32
		Expected Count	,9	31,1	32,0
	Roc	Count	1	37	38
		Expected Count	1,1	36,9	38,0
Total		Count	2	68	70
		Expected Count	2,0	68,0	70,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,015 ^b	1	,902		
Continuity Correction ^a	,000	1	1,000		
Likelihood Ratio	,015	1	,902		
Fisher's Exact Test				1,000	,709
N of Valid Cases	70				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,91.

tipo * A elaboração do relatório de risco é fundamental para a tomada de decisões? Crosstabulation

			A elaboração do relatório de risco é fundamental para a tomada de decisões?		Total
			Não	Sim	
tipo	empresa	Count	7	23	30
		Expected Count	5,3	24,7	30,0
	Roc	Count	5	33	38
		Expected Count	6,7	31,3	38,0
Total		Count	12	56	68
		Expected Count	12,0	56,0	68,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,194 ^b	1	,274		
Continuity Correction ^a	,597	1	,440		
Likelihood Ratio	1,187	1	,276		
Fisher's Exact Test				,344	,219
N of Valid Cases	68				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,29.

tipo * Considera que a análise e gestão do risco é condição essencial para melhorar a performance da empresa? Crosstabulation

			Considera que a análise e gestão do risco é condição essencial para melhorar a performance da empresa?		Total
			Não	Sim	
tipo	empresa	Count	4	28	32
		Expected Count	2,3	29,7	32,0
	Roc	Count	1	36	37
		Expected Count	2,7	34,3	37,0
Total		Count	5	64	69
		Expected Count	5,0	64,0	69,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2,451 ^b	1	,117		
Continuity Correction ^a	1,210	1	,271		
Likelihood Ratio	2,567	1	,109		
Fisher's Exact Test				,175	,136
N of Valid Cases	69				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,32.

ipo * A análise e gestão do risco contribuem para garantir a continuidade da empresa? Crosstabulation

			A análise e gestão do risco contribuem para garantir a continuidade da empresa?		Total
			Não	Sim	
tipo empresa	Count		3	28	31
	Expected Count		2,7	28,3	31,0
Roc	Count		3	35	38
	Expected Count		3,3	34,7	38,0
Total	Count		6	63	69
	Expected Count		6,0	63,0	69,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,068 ^b	1	,794		
Continuity Correction ^a	,000	1	1,000		
Likelihood Ratio	,068	1	,794		
Fisher's Exact Test				1,000	,561
N of Valid Cases	69				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,70.

tipo * A análise e gestão do risco permitem identificar as incertezas enfrentadas pela empresa? Crosstabulation

			A análise e gestão do risco permitem identificar as incertezas enfrentadas pela empresa?		Total
			Não	Sim	
tipo	empresa	Count	0	32	32
		Expected Count	,5	31,5	32,0
	Roc	Count	1	37	38
		Expected Count	,5	37,5	38,0
Total		Count	1	69	70
		Expected Count	1,0	69,0	70,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,854 ^b	1	,355		
Continuity Correction ^a	,000	1	1,000		
Likelihood Ratio	1,234	1	,267		
Fisher's Exact Test				1,000	,543
N of Valid Cases	70				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,46.

tipo * O enfoque no risco de negócio é factor preponderante para o desenvolvimento estratégico da empresa? Crosstabulation

			O enfoque no risco de negócio é factor preponderante para o desenvolvimento estratégico da empresa?		Total
			Não	Sim	
tipo	empresa	Count	3	29	32
		Expected Count	1,9	30,1	32,0
	Roc	Count	1	36	37
		Expected Count	2,1	34,9	37,0
Total		Count	4	65	69
		Expected Count	4,0	65,0	69,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,399 ^b	1	,237		
Continuity Correction ^a	,444	1	,505		
Likelihood Ratio	1,439	1	,230		
Fisher's Exact Test				,330	,254
N of Valid Cases	69				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,86.

tipo * Eficiência da auditoria Crosstabulation

			Eficiência da auditoria		Total
			Não	Sim	
tipo	empresa	Count	3	27	30
		Expected Count	3,5	26,5	30,0
	Roc	Count	5	33	38
		Expected Count	4,5	33,5	38,0
Total		Count	8	60	68
		Expected Count	8,0	60,0	68,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,161 ^b	1	,688		
Continuity Correction ^a	,000	1	,982		
Likelihood Ratio	,163	1	,686		
Fisher's Exact Test				1,000	,496
N of Valid Cases	68				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,53.

tipo * Eficácia da auditoria Crosstabulation

			Eficácia da auditoria		Total
			Não	Sim	
tipo	empresa	Count	5	25	30
		Expected Count	4,5	25,5	30,0
	Roc	Count	5	32	37
		Expected Count	5,5	31,5	37,0
Total		Count	10	57	67
		Expected Count	10,0	57,0	67,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,130 ^b	1	,719		
Continuity Correction ^a	,000	1	,988		
Likelihood Ratio	,129	1	,719		
Fisher's Exact Test				,743	,490
N of Valid Cases	67				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,48.

tipo * Mudanças tecnológicas Crosstabulation

			Mudanças tecnológicas		Total
			Não	Sim	
tipo	empresa	Count	3	27	30
		Expected Count	3,1	26,9	30,0
	Roc	Count	4	33	37
		Expected Count	3,9	33,1	37,0
Total		Count	7	60	67
		Expected Count	7,0	60,0	67,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,012 ^b	1	,914		
Continuity Correction ^a	,000	1	1,000		
Likelihood Ratio	,012	1	,914		
Fisher's Exact Test				1,000	,618
N of Valid Cases	67				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,13.

tipo * Serviço do cliente Crosstabulation

			Serviço do cliente		Total
			Não	Sim	
tipo	empresa	Count	6	23	29
		Expected Count	5,4	23,6	29,0
	Roc	Count	6	29	35
		Expected Count	6,6	28,4	35,0
Total		Count	12	52	64
		Expected Count	12,0	52,0	64,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,131 ^b	1	,717		
Continuity Correction ^a	,002	1	,968		
Likelihood Ratio	,131	1	,718		
Fisher's Exact Test				,757	,481
N of Valid Cases	64				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,44.

tipo * Internacionalização Crosstabulation

			Internacionalização		Total
			Não	Sim	
tipo	empresa	Count	7	22	29
		Expected Count	7,1	21,9	29,0
	Roc	Count	9	27	36
		Expected Count	8,9	27,1	36,0
Total		Count	16	49	65
		Expected Count	16,0	49,0	65,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,006 ^b	1	,936		
Continuity Correction ^a	,000	1	1,000		
Likelihood Ratio	,006	1	,936		
Fisher's Exact Test				1,000	,585
N of Valid Cases	65				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,14.

tipo * Diferenciação dos produtos Crosstabulation

			Diferenciação dos produtos		Total
			Não	Sim	
tipo	empresa	Count	11	18	29
		Expected Count	8,8	20,2	29,0
	Roc	Count	9	28	37
		Expected Count	11,2	25,8	37,0
Total		Count	20	46	66
		Expected Count	20,0	46,0	66,0

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,425 ^b	1	,233		
Continuity Correction ^a	,854	1	,356		
Likelihood Ratio	1,420	1	,233		
Fisher's Exact Test				,286	,178
N of Valid Cases	66				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,79.